PEER REVIEW REPORTS

"Articles"

PEER REVIEW REPORT FOR:

Carvalho, R. V. C. dos S. e, & Paula, A. P. P. de. (2026). Reavaliando o paradigma da Administração Pública Burocrática brasileira: a burocracia racional-legal pré-1930. *Revista de Administração Pública*, *60*, e2025-0154. https://doi.org/10.1590/0034-761220250154

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Alketa Peci, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-0488-1744

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Fernando de Souza Coelho, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2803-0722

One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: June 16, 2025

Comments to the authors:

O trabalho representa uma excelente contribuição para o estudo da história da administração pública brasileira, ajudando para desfazer mitos, vícios e generalizações que tem caracterizado a produção mais recente, a cargo de estudiosos dos processos de reforma administrativa. Merece ser publicado para enriquecer o acervo de conhecimentos sobre o campo emergente. Rompe com o evolucionismo simplificador da abordagem paradigmática que tem prevalecido desde o advento da Reforma Gerencial, a partir dos trabalhos de Bresser Pereira. O artigo oferece uma boa reflexão teórica sobre o modelo burocrático como estrutura de dominação, adota uma abordagem pouco usual na interpretação histórica da administração pública (Antigo Regime nos Trópicos) e apresenta um série de documentos. que registrariam a existência de uma burocracia no Brasil desde a administração colonial. Caberia aí um questionamento sobre se a listagem de cargos, com as formas de nomeação e a especificação de atribuições, seria suficiente para caracterizar um forma de dominação racional-legal próxima ao modelo weberiano (ainda que variado). Talvez fosse preciso ser mais explícito na descrição de um conjunto de características do modelo burocrático do Antigo Regime nos Trópicos. Também seria possível e desejável registrar esforços mais sistemáticos de racionalização da burocracia do exército imperial (profissionalização) e da burocracia do Itamaraty na República Velha (sitema de mérito, com todas as suas limitações) https://www.academia.edu/36193625/As_origens_diplom%C3%A1ticas_da_meritocracia_o_papel_do_Itamaraty_na_cria%C3%A7%C3%A3o_do_DASP. Sem a sistematização dessas evidências, o argumento sólido se enfraquece.

REVIEWER 2

Date review returned: July 24, 2025

Comments to the authors:

Prezado/a(s) Auto/a(es)

Primeiramente, parabenizo-os pelo manuscrito e agradeço à RAP pela oportunidade de avaliação do trabalho.

Julgo que o artigo tenha contribuições teórico-empíricas para a história da Administração Pública no Brasil, no que se refere a evidenciação não-sistemática de um processo de constituição de uma burocracia racional-legal no Brasil Colônia e, sobretudo, no Brasil Império, tal como antecedentes das modernizações institucionais e reforma administrativa da década de 1930. A seção intitulada "As evidências empíricas históricas: a burocracia racional-legal estatal antes de 1930", cerne do artigo e distribuída entre as páginas 9 e 22 é, de fato, uma elaboração - advinda do MAPA/SIAN - que joga luz, organizadamente, em uma pré-história da burocracia no país. Não se trata, na minha opinião, de algo original, vide que a história administrativa brasileira tem inúmeras contribuições, mormente de historiadores, sobre o processo de racionalização/burocratização anterior ao DASP que, por vezes, não são revisados pelos nossos pesquisadores de administração e/ou administração pública. Porém, a forma de organização do texto, com seus três quadros e três figuras que sintetizam a descrição e análise, são inéditos e merecem ser publicados como um overview que justapôs a revisão de autores como Angélica Camargo e Dilma Cabral (2017) com dados oriundos do MAPA/SIAN. Salienta-se que faltou, em relação ao uso do MAPA/SIAN, explicitar os protocolos do levantamento de dados/documentos dessas bases do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional. Talvez, a tese de um PPg de Administração, de autoria de Araújo e orientada por Vizeu (2000), de pesquisa história da Administração Pública brasileira baseada em uma ampla revisão bibliográfica de obras de historiadores, acrescente fontes e evidências ao artigo. Ver "Colonialismo, administração e iluminismo: história da administração pública colonial e imperial", disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CUB_0134f58c2a9bdcf61b94642650b5bc84

Em contrapartida, o argumento do artigo sobre reavaliação do paradigma da APB no Brasil, tal como apresentado por Bresser-Pereira e na acepção de modelo de gestão, ou seja, princípios administrativos apropriados das ideias de Weber e difundidos - teleologicamente - na literatura internacional de Administração Pública no século XX (em vez da interpretação da burocracia como forma de poder e dominação social, ecoada pela teoria das organizações e incluindo as abordagens/escolas críticas), transparece simplificador na apreciação deste avaliador. Explico-me:

1.A abordagem paradigmática na Administração Pública, na interpretação de modelos organizacionais no setor público, não é exclusiva do Brasil e demarca, com suas vantagens e desvantagens, as permanências e mudanças institucionais de modelos de gestão,

destacando os marcos históricos pró-mudanças nas estruturas e processos organizacionais, de abrangência macrogovernamental, que se apresentam como reformas administrativas. Sim, são simplificadores, pois, por vezes, induzem uma interpretação evolucionista/linear e etapista que ressalta os evento-foco em detrimento da dinâmica do processo (ou dos seus antecendentes). Este artigo de Secchi (2009), um dos mais citados da RAP (https://www.scielo.br/j/rap/a/ptr6WM63xtBVpfvK9SxJ4DM/?format=pdf&lang=pt), é - didaticamente - um exemplo dessa tradição de pesquisa em AP. Enfim, a abordagem tem suas contribuições e limitações; logo, afirmar na introdução do artigo que a abordagem paradigmática da APB no país oscila, binariamente, entre a idealização racional e a irracionalidade caricatural (das disfunções burocráticas) é temerário, bem como escrever nas considerações finais que tal paradigma "(...) oscila entre um Weber exageradamente racional e um Kafka irracionalmente disfuncional" é - igualmente - simplificador. Compreende-se como um recurso de linguagem para sublinhar a crítica, mas o artigo não demonstra tais fatos - explicitamente - a partir da literatura revisada/citada;

2. Um importante trabalho sobre paradigma da Administração Pública brasileira não foi mencionado, qual seja: "Administração Pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas", de Keinert (2000). Citou-se seu artigo na RAE (1994), que foi tão somente um ensaio (inicial) que precedeu a tese de doutorado da autora, orientado por Bresser-Pereira, e publicada em livro em 2000. O que Keinert chama de modelo pós-burocrático em 2000 se coaduna com o que a literatura internacional tem denominado, desde 2010, de modelo neoweberiano, ou seja, o modelo burocrático ajustado a partir de fundamentos como flexibilidade e resultado. Talvez, se o/a(s) autor/a(es) prefere(m) manter à crítica ao paradigma de APB no Brasil e sua difusão a partir da obra de Bresser-Pereira, seja necessário selecionar alguns dos livros/artigos e demostrar a presença das simplificações; e, ainda, separando os livros-textos dos artigos em periódicos. O parágrafo na página 5 do artigo, o qual menciona alguns(mas) autores(as) que reproduzem a abordagem paradigmática da APB no Brasil, é insuficiente e não distingue obras didáticas de trabalhos em revistas científicas;

3. Não se pode ignorar que Bresser-Pereira, escrevendo sobre o modelo de gestão pública que ele denomina de 'gerencial', em oposição ao modelo de APB, no Brasil entre 1995-2010 é, simultaneamente, um ator (e empreendedor) político da reforma administrativa (Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado - PDRAE) e autor acadêmico sobre o tema. Assim, algum nível de simplificação da APB para cotejar os modelos em prol da

administração pública gerencial é esperado, tal como uma reprodução acrítica dessa comparação. Todavia, simplificações (ou generalizações) similares dos críticos da reforma gerencial à época, igualmente distantes do empírico, são observadas. Algumas dessas constatações estão presentes em entrevista publicada na RAP e na tese de doutorado, ambos de autoria de Leonardo Leite (2014 e 2019, respectivamente): https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/30920 e https://repositorio.fgv.br/items/3d99bfed-acdf-482a-bf53-cebb5ac515f5; e

4. Por fim, mas não menos importante, o iluminar dos anos 1930 e da reforma DASP (1936-1938) como a primeira reforma administrativa burocrática do Brasil, embora secundarize o processo racional-legal anterior ao Estado Varguista (e ao modernismo), é compartilhada com autores da sociologia política, economia política e mesmo alguns autores de businees history que interpretam os anos 1930 como ponto de inflexão de um processo de boom da racionalização relacionado à formação do Estado Nacional, ao processo de industrialização e ao espraiamento das ideias das escolas clássicas da administração no Brasil. Eis algumas referências: Edson Nunes (https://books.google.com.br/books/about/A_gram%C3%A1tica_pol%C3%ADtica_do_Brasil.html?hl=pt-BR&id=FdiLI_K8TkMC&redir_esc=y) e Fabio Vizeu (https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/09c04cdd-faee-4c98-83d4-8e8c5d6754ed/content).

Enfim, considerando as supramencionadas contribuições do artigo, assim como os contrapontos apresentados por este avaliador, vislumbro que as evidências empíricas de uma burocracia raciona-legal pré-1930 devam ser o mote do trabalho, atenuando-se (e reescrevendo) a crítica realizada ao paradigma da APB e à obra de Bresser-Pereira. Acredito que o trabalho, tal como está, não demostrou por ora um acúmulo para uma crítica à abordagem da burocracia correlata ao que seu apresenta nos estudos da história da AP no Brasil, atualmente, de um revisionismo do paradigma da AP Patrimonialista - consagrado por Raimundo Faoro - pela abordagem da ART levado a cabo, originalmente, por pesquisadores da UFRJ.

Para terminar, creio que mencionar no último parágrafo da página 19 um conjunto de leis e MPs como "reforma neoliberal" na acepção administrativa sem identificar autoria ou consenso da literatura nacional não acrescenta ao trabalho. Assim como no último parágrafo

(página 23), nas considerações finais, escrever - subentendendo-se - que Bresser-Pereira reconheceu equívocos sobre a reforma administrativa de 1995 e suas críticas ao paradigma de 1995 é abrir um flanco que o texto não sustenta. É preferível uma conclusão que sintetize as contribuições do artigo, apresente as limitações da investigação e, sobretudo, indique uma agenda de pesquisa para ampliar a interpretação da burocracia pré-1930 como uma interpretação alternativa à literatura nacional (que tem eco na literatura internacional) de demarcar os marcos institucionais e os horizontes temporais dos paradigmas (ou modelos de gestão) de AP.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: September 23, 2025

Comments to the authors:

O texto traz os ajustes recomendados e carta enviada pelos autores explicita, de forma bem fundamentada, as razões do não acolhimento de outras críticas e sugestões.

REVIEWER 2

Date review returned: October 27, 2025

Comments to the authors:

Prezado(s) Autor(es),

Em primeiro lugar, parabenizo-o(s) pelo longo e amplo debate, apresentado por você(s) em carta justificativa, a todos os meus apontamentos realizados na primeira avaliação. Creio que os ajustes realizados melhoraram, significativamente, o artigo, diminuindo os trechos que a

minha leitura considerou, na oportunidade, como ausências (ou insuficiências), imprecisões, confusões e/ou simplificações argumentativas no texto apresentado.

Na leitura do artigo ajustado e reenviado por você(s), continuo a identificar alguns itens que necessitam de alterações simples ou acréscimos complementares para que o texto seja fidedigno com as obras/autores citados e respeitoso com a abordagem (e produção científica) criticada, além de - plenamente - didático para os leitores. Assim, indico 4 (quatro) itens de correções obrigatórias como minor revision, quais sejam:

1. Iniciando pelo fim, veja que nas considerações finais, permanece a imprecisão de que o Bresser-Pereira (2022, p. 94) esteja aberto para "rever e refletir sobre suas posições à época do desenvolvimento do APB", subentendendo-se que incluí uma auto-crítica sobre o paradigma da APB - o que pelo texto de 2022 na RSP e o conjunto da obra do autor não é sustentado. Ele afirma: "(...) Atribuí, também, a crise do Estado e a decorrente quase-estagnação à forma burocrática pela qual o Estado é administrado. Eu assim justificava a reforma gerencial. A atribuí, igualmente, a uma crise política (a crise da transição para a democracia), e ao caráter cíclico da intervenção do Estado, sucedendo-se no tempo desenvolvimentistas e fases liberais do desenvolvimento capitalista. Creio que estava correto nesses quatro pontos. Eu me enganei, porém, quando defini a crise do Estado como uma crise da intervenção do Estado na economia." Logo, não se pode confundir crise/reforma do papel do Estado com a crítica do autor às disfunções burocráticas - ou ao enrijecimento do modelo burocrático na Constituição Federal de 1988 pelo Regime Jurídico Único - e a idealização de modelo pós-burocrático ou de ajustamento da burocracia que ele denominou de Gerencial. A pensata do Bresser-Pereira de 2017, na RAP, mantém o argumento de legitimação do Estado Social a partir da reforma gerencial, tal como no texto similar, de 2010, na RAE (Democracia, Estado Social e Reforma Gerencial). É importante que tal fato seja mencionado no artigo.

2. Eu não afirmaria que o texto almeja uma reavaliação do paradigma da APB brasileira; trata-se, na minha opinião, à luz de críticas teóricos e de evidências empíricas, de apresentar uma alternativa interpretativa à abordagem paradigmática na Administração Pública, que, como mencionei na primeira avaliação, "(...) não é exclusiva do Brasil e demarca, com suas vantagens e desvantagens, as permanências e mudanças institucionais de modelos de gestão, destacando marcos históricos pró-mudanças nas estruturas e processos organizacionais, de

abrangência macrogovernamental, que se apresentam como reformas administrativas. Sim, são simplificadores, pois, por vezes, induzem uma interpretação etapista que ressalta os evento-foco em detrimento da dinâmica histórica do processo (ou dos seus antecedentes)". Ou seja, esta tradição da literatura internacional da Administração Pública, presente na produção científica nacional na obra de Bresser-Pereira, deve ser, antes de criticada (e às vezes caricaturada) no texto, explicada para o leitor com as suas vantagens e/ou aplicações. Ademais, ela não é tão-somente representada por Bresser-Pereira no Brasil e seus discípulos como Costin (2010) - que, diga-se de passagem, é um livro didático (citado na página 3 do artigo) -, mas, tem interpretações de autores tanto de longa data como a Beatriz Wahrlich (1979), quanto de autores contemporâneos à obra do Bresser-Pereira sobre a APB, como Edson Nunes (1997). Pede-se, portanto, que esses pormenores sejam descritos no texto.

3. Sabe-se por n evidências da historiografia que houve transformações administrativas (modernizações e inovações) dignas de nota em prol da racionalização burocrática no Brasil Colônia, Império e na República Velha, anteriores à reforma administrativa da década de 1930. Mas, questiona-se, à luz da complexidade do conceito de reforma administrativa, tal como definida na literatura de Administração Pública (por exemplo, March & Olsen, 1983), e com abrangência nacional pelo seu transbordamento para os estados (Dasp-Daspinhos), se as mudanças de racionalização burocrática prévias podem ser consideradas, na sua plenitude, uma reforma administrativa. Recorrendo-se a teoria de equilíbrio pontuado aplicada às políticas públicas, tal referencial propõe que a evolução de um fenômeno ocorre em períodos de pouca mudança (estase), interrompidos por períodos súbitos e rápidos de transformação; ou seja, em vez de uma mudança gradual/contínua, a teoria descreve um modelo de estabilidade prolongada que é "pontuado" por eventos significativos. Este este foi o caso da reforma administrativa da APB no Brasil de Vargas, bem como a literatura internacional identifica pontos de inflexão correlatos em vários países entre o último quarto do século XIX e meados do século XX. Novamente, é importante o texto reconhecer - explicitamente - essas características da abordagem paradigmática da Administração Pública.

4. Retornando à considerações finais, pergunta-se: quais são as limitações (e flancos) da pesquisa ora realizada que se traduziu no artigo? Ou, pelo menos, quais são as limitações do artigo? E qual a agenda de pesquisa que o(s) autor(es) indica(m) para se continuar a avançar no conhecimento sobre o processo de burocratização do país, enunciado no último parágrafo.

Enfim, agradeço pela oportunidade de interlocução acadêmica e espero que as recomendações sejam incorporadas ao artigo.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Jaén, S., Hoyos-Cardona, L. D., & Restrepo-Zea, J. H. (2026). Corruption risk measurement in public hospital network: An empirical index approach. *Revista de Administração Pública*, *60*, e2025-0220. https://doi.org/10.1590/0034-761220250220x

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Alketa Peci, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-0488-1744

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Two reviewers have declined to have their identities disclosed.

ROUND 1

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 3

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Santos, T. M. dos, Vasconcelos, A. C. de, & Guimarães, D. B. (2026). A governança nacional é importante para o crescimento econômico dos países? *Revista de Administração Pública*, *60*, e2025-0224. https://doi.org/10.1590/0034-761220250224

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Alketa Peci, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-0488-1744

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Francisco José Silva Tabosa, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brazil https://orcid.org/0009-0007-0117-7309

One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: August 14, 2025

Comments to the authors:

Well-developed article. Innovative, appropriate methodology, and interesting results. Approved.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Girardi, R., Galdino, J. F., & Pellanda, P. C. (2026). Sistemas de apoio à decisão na gestão da inovação de defesa em países em desenvolvimento: um estudo de caso do Exército Brasileiro. *Revista de Administração Pública*, *60*, e2025-0327. https://doi.org/10.1590/0034-761220250327

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Taciana Jerônimo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brazil https://orcid.org/0000-0003-1643-3030

Carlos Eduardo Franco Azevedo, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-8021-0723

One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Date review returned: November 19, 2025

Comments to the authors:

Quero, de início, reconhecer o esforço e a relevância do tema abordado em seu trabalho. Identifiquei um potencial significativo no seu manuscrito e, com o objetivo de auxiliá-lo(a) a aprimorá-lo e a alinhar-se ainda mais com os padrões e o público-alvo da RAP, preparei um documento de parecer detalhado com minhas observações e sugestões.

Este documento, que já foi encaminhado à editoria da revista, oferece um guia completo para você considerar em uma eventual revisão. Ele aborda aspectos como a necessidade de maior clareza na estrutura da introdução e na formulação dos objetivos, a importância de uma fundamentação teórica mais robusta em conceitos de administração pública, e a distinção clara entre a metodologia de pesquisa e a de desenvolvimento. Também destacamos a necessidade de ampliar a revisão da literatura, buscando uma maior diversidade de referências e evitando uma dependência excessiva de autocitações, além de sugerir um aprofundamento na análise crítica dos resultados e suas implicações práticas.

Acredito que, ao considerar e implementar as recomendações contidas neste parecer, seu manuscrito poderá ser significativamente fortalecido, elevando seu rigor e relevância, e melhorando sua adequação aos requisitos da revista.

O processo editorial é complexo e a decisão final sobre o prosseguimento do artigo cabe exclusivamente à editoria da RAP, que avaliará este e outros pareceres.

PARECER REFERENTE AO ARTIGO:

Sistemas de Apoio à Decisão

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Avaliação Geral

O capítulo apresenta contextualização adequada sobre inovação em defesa e importância do tema. No entanto, carece de estrutura clara e explicitação dos elementos fundamentais de uma introdução científica: problema de pesquisa, pergunta de pesquisa, objetivos e justificativa.

1. Problema (pergunta) de pesquisa não formulado explicitamente

O artigo não formula explicitamente qual é o problema de pesquisa. Qual é exatamente o problema? Por que é um problema? Como se manifesta? Quais são as consequências?

Recomendação: Adicionar parágrafo explícito sobre "Pergunta de Pesquisa" que formule claramente a pergunta central. Exemplos que parecem implícitos no trabalho: "Como estruturar e formalizar conhecimento sobre gestão de inovação em defesa de forma que possa apoiar decisões sobre priorização de projetos?" ou "Um Sistema de Apoio à Decisão baseado em ontologia pode melhorar a qualidade de decisões sobre inovação em defesa?"

Impacto Esperado: Com a implementação destas revisões, a Introdução contextualizará o problema de forma mais robusta e o Referencial Teórico fornecerá uma base mais sólida e abrangente para o desenvolvimento do DSS e da ontologia proposta, aumentando significativamente a credibilidade e o rigor do trabalho.

2. Justificativa: inserir um parágrafo sobre a Lacuna na Literatura

Adicionar discussão explícita que demarque a falta de estudos ou abordagens específicas para:

- Inovação em defesa em países em desenvolvimento (comparativo e contextualizado).
- DSS especializados para gestão da inovação em defesa neste contexto.
- Ontologias como ferramenta para estruturar o conhecimento em inovação de defesa.

Exemplo: Apesar da crescente importância da inovação e da defesa nacional, a literatura sobre gestão da inovação em defesa em países em desenvolvimento é notavelmente limitada.

Enquanto estudos abordam inovação em contextos gerais (Tidd & Bessant, 2020) e defesa em nações desenvolvidas (Davis et al., 2020), persiste uma lacuna significativa sobre como países como o Brasil podem gerenciar eficazmente a inovação em defesa, superando restrições orçamentárias e dependência tecnológica.

3. Justificativa: para DSS e Ontologia (em parágrafo separado ou integrado)

Explicar sucintamente por que um DSS é a abordagem mais adequada para o problema e qual o papel da ontologia.

Exemplo: A escolha de um Sistema de Apoio à Decisão (DSS) justifica-se pela sua capacidade de integrar múltiplas fontes de dados e conhecimentos fragmentados, suportando decisões complexas e semiestruturadas. A incorporação de uma ontologia, por sua vez, permite a representação formal do conhecimento no domínio da inovação em defesa, garantindo consistência semântica e facilitando a recuperação e inferência de informações relevantes.”

4. Pergunta de Pesquisa Explícita (em parágrafo dedicado)

Adicionar um parágrafo que articule a pergunta central do estudo de forma clara e concisa.

Exemplo: Neste contexto, este trabalho busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: Como um Sistema de Apoio à Decisão (DSS) baseado em ontologia pode otimizar a gestão da inovação nas fases iniciais de desenvolvimento tecnológico em organizações de defesa em países em desenvolvimento?”

5. Problemas nos Objetivos Geral e Específicos (não claramente visualizados)

5.1 Objetivo Geral

O artigo menciona que "o **objetivo geral é apresentar a implementação de um SAD voltado à gestão do início do processo de inovação de defesa em países em desenvolvimento, bem como discutir benefícios potenciais do uso de uma ferramenta desse tipo no cenário sob análise**." O ideal é que fosse um objetivo geral único e que tivesse

uma estrutura clara: [Verbo] [O quê] [Para quê]. Parece que temos dois em um e não tem um para quê. Está confuso!

Impacto: Artigo parece ter múltiplos objetivos em vez de um objetivo focal.

Recomendação: Adicionar seção explícita intitulada "Objetivo Geral" que formule claramente o objetivo único usando estrutura: [Verbo de ação] [O quê] [Para quê]. Exemplo: "Apresentar/ Validar/ Desenvolver um Sistema de Apoio à Decisão baseado em ontologia para apoiar decisões sobre gestão de inovação em defesa em países em desenvolvimento". Colocar isso em evidência facilitará melhor compreensão por parte do leitor da RAP.

5.2 Objetivos específicos não listados

O artigo não apresenta, embora fosse interessante, uma lista clara de objetivos específicos. Esses objetivos estão espalhados ao longo do texto (construir ontologia, implementar sistema, aplicar ao SAC, validar com especialistas, demonstrar valor), mas não são listados de forma estruturada e numerada.

Impacto: Leitor da RAP não sabe quais são exatamente os objetivos específicos. Artigo fica parecendo desorganizado.

Sugestão de possíveis Objetivos Específicos (com base no que pude depreender da leitura):

a) Apresentar a ontologia InovaDefesa, cuja arquitetura estrutura conhecimento sobre gestão de inovação em defesa, integrando perspectivas técnicas, operacionais e estratégicas
b) Apresentar as fases de implementação do Sistema de Apoio à Decisão (InovaEB), que operacionaliza a ontologia InovaDefesa através de interface web e métodos analíticos
c) Aplicar o sistema InovaEB a um caso real (projeto SAC) para demonstrar sua viabilidade prática
d) Validar o sistema InovaEB com especialistas militares usando critérios de completude, relevância, usabilidade e consistência
e) Demonstrar o valor prático do sistema através de comparação entre recomendações do sistema e ações reais tomadas pela organização

6. Melhorar o parágrafo sobre estrutura do artigo

Problema: Embora o artigo mencione "estrutura do artigo", não há uma explicação clara sobre as contribuições de cada capítulo (sucinto). Os leitores da RAP estão acostumados com um parágrafo que responda: como cada capítulo contribui para alcançar os objetivos?

Impacto: dificulta ao leitor o acompanhamento da lógica do trabalho.

Recomendação: Adicionar um parágrafo explícito que explique: (a) qual é a organização geral, (b) qual é o propósito de cada capítulo, (c) como cada capítulo contribui para alcançar os objetivos.

7. Mitigar a confusão entre InovaDefesa vs InovaEB.

Problema: A Introdução não deixa claro a distinção entre InovaDefesa (ontologia) e InovaEB (sistema). Essa confusão, que permeia todo o artigo, começa aqui.

Recomendação: Adicionar parágrafo, na Introdução, que deixe claro: (a) InovaDefesa é a ontologia, (b) InovaEB é o DSS que implementa a ontologia, (c) como se relacionam.

CAPÍTULO 2: REFERENCIAL TEÓRICO

Avaliação Geral

O capítulo apresenta revisão de literatura que cobre tópicos relevantes (inovação, defesa, ontologias, DSS). No entanto, a fundamentação teórica é **insuficiente para público de administração pública**, faltam conexões explícitas entre conceitos, e não há síntese que mostre como a teoria fundamenta o trabalho.

1. Fundamentação em administração pública insuficiente

O capítulo menciona literatura de administração, mas não oferece fundamentação teórica adequada em conceitos-chave de administração pública que são relevantes para o trabalho.

Para a RAP, isso se torna um problema, na medida em que seus leitores não são exatamente da área de exatas.

Conceitos não adequadamente fundamentados e que poderiam ser úteis na discussão dos resultados:

- **Gestão do Conhecimento em Organizações Público:** Não há discussão sobre como conhecimento tácito é capturado e formalizado em contexto público. Faltam referências a Nonaka & Takeuchi, Davenport & Prusak.
- **Suporte à Decisão em Administração Pública:** Não há discussão sobre como DSS melhoram qualidade de decisões em contexto público. Faltam referências a Simon (racionalidade limitada), Sprague & Carlson (DSS), Keen & Scott Morton.
- **Integração Organizacional:** Não há discussão sobre como sistemas integram perspectivas múltiplas em organizações. Faltam referências a Lawrence & Lorsch, Thompson.
- **Inovação em Organizações Públicas:** Não há discussão específica sobre características de inovação em organizações públicas vs. Privadas e inovações no setor de Defesa. Faltam referências a Mulgan & Albury, Windrum, Osborne & Brown e Azevedo e Ramos (2022).

Impacto: Artigo fica isolado em contexto técnico, sem fundamentação adequada em teoria de administração pública.

Recomendação: Adicionar seções que fundamentem teoricamente: (a) Gestão do Conhecimento em Organizações Públicas, (b) Suporte à Decisão em Administração Pública, (c) Integração Organizacional, (d) Inovação no setor de Defesa, com referências apropriadas.

2. Inovação em defesa em países em desenvolvimento

Pontos Fortes

- Base teórica sólida sobre gestão da inovação geral (Tidd & Bessant, Koen et al.).
- Conceituação do Front End of Innovation (FEI) bem estabelecida.

- Boa contextualização dos desafios enfrentados por países em desenvolvimento no setor de defesa (dependência tecnológica, limitações orçamentárias).
- O uso de Technology Readiness Levels (TRL) é pertinente para o domínio.

Lacunas

- **Falta de Literatura Comparativa Internacional:** O artigo carece de uma análise comparativa sobre como outros países em desenvolvimento (Ex: Índia, Israel, Coreia do Sul) gerenciam a inovação em defesa, o que enriqueceria o contexto e as possíveis lições aprendidas.
- **Discussão Insuficiente sobre "Dualidade Tecnológica":** Embora o termo seja mencionado, sua conceituação e relevância para o contexto de defesa em países em desenvolvimento podem ser aprofundadas com referências adicionais.
- **Ausência de Literatura Crítica:** O referencial poderia se beneficiar de uma discussão mais crítica sobre os modelos de inovação militar ou as complexidades do setor de defesa.
- **Dependência de Autores do Próprio Grupo:** Embora legítimo, o excesso de citações de trabalhos dos próprios autores ou de seu grupo de pesquisa (especialmente aqueles "em revisão") pode levantar questões sobre a amplitude da revisão da literatura.

Recomendações de inclusão de referências

Além das referências sugeridas no item anterior para fazer link com a administração pública, indicamos a inclusão de outras 3 referências na Seção 2.1 (Inovação em Defesa em Países em Desenvolvimento):

a. Mankins (1995) - Technology Readiness Levels
Localização: Parágrafo sobre TRL
Justificativa: Referência seminal obrigatória. O artigo cita NATO (2016) mas omite Mankins (1995), que é a origem conceitual de TRL desenvolvida pela NASA.
b. Phaal et al. (2004) - Technology Roadmapping
Localização: Novo parágrafo após discussão de TRL
Justificativa: Preenche lacuna conceitual importante. Integra TRL com planejamento estratégico, crítico para defesa em países em desenvolvimento com restrições orçamentárias.
c. Koen et al. (2011) - Fuzzy Front End

Localização: Parágrafo sobre FEI, complementando Koen et al. (2002) **Justificativa:** Atualiza fundamentação com literatura recente. Versão 2011 enfatiza métodos e ferramentas específicas, relevante para contextos de defesa com alta incerteza

Referências completas sugeridas acima (itens 1 e 2):

- Mankins, J. C. (1995). *Technology readiness levels* (NASA/TM-1995-208769). National Aeronautics and Space Administration.
- Phaal, R., Farrukh, C. J. P., & Probert, D. R. (2004). *Technology roadmapping: A planning tool for evolution and innovation*. Technological Forecasting and Social Change, 71(1), 5–26.
- Koen, P. A., Ajamian, G. M., Boyce, S., Clamen, A., Fisher, E., Fountoulakis, S., Johnson, A., Pconhecido, P., Seibert, R., Sfinass, A., & Stolze, M. (2011). *Fuzzy front end: Effective methods, tools, and techniques*. Journal of Product Innovation Management, 28(S1), 821–833.
- AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco; RAMOS, Carlos Eduardo De Franciscis (Org.). Estudos de defesa: inovação, estratégia e desenvolvimento industrial. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2022. Livro digital. ISBN 9786556521275.
- DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. Gestão do conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- KEEN, P. G. W.; SCOTT MORTON, M. S. Decision support systems: an organizational perspective. Reading: Addison-Wesley, 1978.
- SPRAGUE, R. H.; CARLSON, E. D. Building effective decision support systems. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1982.
- SPRAGUE, R. H. A framework for the development of decision support systems. MIS Quarterly, v. 4, n. 4, p. 1-26, 1980.
- LAWRENCE, P. R.; LORSCH, J. W. Organization and environment: managing differentiation and integration. Boston: Harvard Business School Press, 1967.
- THOMPSON, J. D. Organizations in action: social science bases of administrative theory. New York: McGraw-Hill, 1967.
- MULGAN, G.; ALBURY, D. Innovation in the public sector. London: Strategy Unit, 2003.

- OSBORNE, S. P.; BROWN, L. Innovation, public policy and public services delivery in the UK: The word that would be king? Public Administration, v. 89, n. 4, p. 1335-1350, 2011.
- WINDRUM, P.; KOCH, P. (Ed.). Innovation in public sector services: entrepreneurship, creativity and management. Cheltenham: Edward Elgar, 2008.

3. Fundamentação em ontologias adequada, mas sem conexão com administração

A seção 2.2 apresenta os seguintes pontos fortes:

- Referências clássicas sobre ontologias (Noy & McGuinness, 2001) estão presentes.
- Referências mais recentes (Guizzardi & Guarino, 2024) demonstram atualização.
- A conexão com gestão do conhecimento (Nonaka, 1994) é um bom ponto de partida.

No entanto, apresenta problemas:

- não há conexão explícita entre ontologias e gestão do conhecimento em organizações. Falta informar por exemplo: como ontologias contribuem para gestão do conhecimento? Como formalizam conhecimento tácito? Qual é o impacto de ontologias em decisões organizacionais? Como ontologias se aplicam especificamente a contexto de defesa?
- não constrói uma narrativa teórica coerente que explique claramente ao leitor o que é uma ontologia, por que foi escolhida como abordagem, e qual é sua contribuição específica neste contexto. As referências estão presentes, mas desconectadas da administração. O leitor encontra citações espalhadas sem um fio condutor que as integre em uma argumentação lógica.

Consequência: Um leitor não-especialista em ontologias (e muitos leitores da RAP não são) fica confuso:

- O que diferencia uma ontologia de um banco de dados?
- O que diferencia uma ontologia de uma taxonomia?
- Por que não usar uma simples estrutura de dados?
- Qual é exatamente a inovação da InovaDefesa em relação a outras ontologias?

Impacto: Discussão sobre ontologias fica técnica, sem conexão com objetivos do trabalho. Essa crítica **NÃO é uma rejeição** da abordagem técnica do autor. A formação em engenharia e o uso de formalismos técnicos (OWL, RDF, METHONTOLOGY) são apropriados e bem-vindos.

O que é necessário é apenas CLAREZA CONCEITUAL: explicar em linguagem acessível o que está sendo feito e por quê, de forma que leitores da RAP (que não são especialistas em ontologias) possam entender a contribuição.

Em síntese, para que o artigo seja adequado à RAP, o autor precisa **deixar explícito, na seção 2.2, o conceito de ontologia** (sem necessidade de reposicionar, apenas de clarificar). Os leitores da RAP precisam entender que ontologia não é apenas um "modelo de dados", mas uma estrutura que codifica conhecimento de forma que máquinas possam raciocinar sobre ele e que seu valor não está apenas em organizar dados, mas em permitir raciocínio automatizado, o que melhora decisões.

Ex: explorar em linguagem acessível algo do tipo:

"Uma ontologia, no contexto deste trabalho, é uma representação formal e estruturada de conhecimento que define explicitamente: (1) os conceitos relevantes em um domínio (ex: Inovação, Tecnologia, Fase, Risco), (2) as propriedades desses conceitos (ex: Tecnologia tem TRL, Custo, Tempo de Desenvolvimento), e (3) as relações entre eles (ex: Inovação precede Desenvolvimento, Tecnologia requer Especialista). Diferentemente de um banco de dados, que armazena dados sem semântica explícita, ou de uma taxonomia, que apenas classifica conceitos hierarquicamente, uma ontologia permite que máquinas façam raciocínio automatizado sobre o domínio (Gruber, 1993; Noy & McGuinness, 2001)."

Referências sugeridas:

- Gómez-Pérez, A., Fernández-López, M., & Corcho, O. (2004). *Ontological engineering: With examples from the areas of knowledge management, e-commerce and the semantic web*. Springer-Verlag.

- Tartir, S., Arpinar, I. B., Moore, M., Sheth, A. P., & Aleman-Meza, B. (2005). OntoQA: Metric-based ontology quality analysis. *IEEE ICDM Workshop on Knowledge Acquisition from Distributed, Autonomous, Semantically Heterogeneous Data and Knowledge Sources*, 45–53.
- López, M. F., et al. (1997). Building a chemical ontology using METHONTOLOGY and the Ontology Design Patterns approach. International Journal of Human-Computer Studies, 46(5), 585-611. (Exemplo de metodologia)

3. Fundamentação em DSS Superficial

O capítulo menciona Sistemas de Apoio à Decisão, mas não oferece fundamentação teórica profunda sobre como DSS funcionam, quais são seus componentes, qual é seu impacto em decisões. A fundamentação teórica sobre DSS é excessivamente superficial e concisa, baseando-se majoritariamente em uma única referência principal (Havins, 2020), que, embora pertinente, não cobre a amplitude conceitual necessária.

Impacto: Não fica claro qual é o fundamento teórico para desenvolvimento de InovaEB.

Exemplo de aspectos que poderiam ser explorados:

- referências clássicas e seminais sobre DSS (ex: Sprague & Carlson, Power).
- discussão sobre a taxonomia dos DSS (data-driven, model-driven, knowledge-driven).
- diferenciação clara entre DSS, Business Intelligence (BI) e Analytics.
- DSS desenvolvidos ou aplicados em contextos militares ou de defesa (talvez esse seja o ponto mais difícil e admite-se uma frase abordando sobre a carência de trabalhos na área se isso for uma verdade).
- Componentes de DSS (banco de dados, modelo, interface).
- Como DSS reduzem incerteza em decisões
- Exemplos de DSS bem-sucedidos
- Critérios de avaliação de DSS

Referências Sugeridas

1. Sprague, R. H., & Carlson, E. D. (1982). *Building effective decision support systems*. Prentice-Hall.
2. Power, D. J. (2002). *Decision support systems: Concepts and resources for managers*. Quorum Books.
3. Arnott, D., & Pervan, G. (2005). A critical analysis of decision support systems research. *Journal of the Operational Research Society*, 56(6), 600–610. https://doi.org/10.1057/palgrave.jors.2600589

Referência 1: Sprague & Carlson (1982)

Título: *Building Effective Decision Support Systems*

Por que adicionar: Este livro é considerado seminal para a definição e conceituação de DSS. É essencial para fundamentar qualquer trabalho que envolva DSS.

Onde adicionar: Seção 2.2 (DSS), no primeiro parágrafo de introdução ao conceito de DSS.

Referência 2: Power (2002)

Título: *Decision Support Systems: Concepts and Resources for Managers*

Por que adicionar: Fornece uma taxonomia amplamente aceita dos DSS (data-driven, model-driven, knowledge-driven, document-driven, communication-driven), o que é crucial para classificar o DSS proposto e discutir suas características.

Onde adicionar: Seção 2.2 (DSS), no segundo parágrafo, após a definição básica de DSS.

Referência 3: Arnott & Pervan (2005)

Título: *A Critical Analysis of Decision Support Systems Research*

Por que adicionar: Esta análise crítica oferece uma perspectiva sobre a evolução, tendências e lacunas da pesquisa em DSS, ajudando a posicionar o trabalho atual dentro do cenário científico.

4. Jargão técnico não explicado para público de administração

Problema: O capítulo 2 usa jargão técnico (OWL, RDF, lógica de descrição, UML, ETL, etc.) sem explicação adequada para público de administração pública.

Impacto: Pesquisadores em administração terão dificuldade em compreender o capítulo.

Recomendação: Adicionar glossário ou notas explicativas para termos técnicos, ou simplificar linguagem onde possível, mantendo precisão técnica.

CAPÍTULO METODOLOGIA (CAPÍTULO 2 QUE DEVERIA SER CAPÍTULO 3)

O capítulo de Metodologia apresenta uma estrutura que combina Design Science Research (DSR) com estudo de caso e validação por survey. A abordagem é metodologicamente defensável e apropriada para o contexto de desenvolvimento de um Sistema de Apoio à Decisão. No entanto, identifica-se **lacunas significativas na clareza, na justificativa de escolhas metodológicas, e na articulação entre os diferentes componentes da pesquisa**, o que compromete a compreensão por leitores da Revista de Administração Pública.

1. Confusão entre Metodologia de Pesquisa e Metodologia de Desenvolvimento

O capítulo intitulado "Metodologia" descreve principalmente a **metodologia de desenvolvimento do artefato** (a ontologia e o sistema InovaEB), não a metodologia de pesquisa científica. Embora o artigo mencione Design Science Research (DSR), estudo de caso e survey com 225 especialistas, **não deixa claro qual é a pergunta de pesquisa que a metodologia responde; como DSR, estudo de caso e survey se articulam; qual é o delineamento de pesquisa geral; qual é a população e como a amostra foi definido; ou qual é o plano de análise de dados**.

Essa falta de clareza estrutural deixa o leitor confuso sobre a natureza da contribuição metodológica. Um pesquisador em administração fica com questões não respondidas: "Isso é um estudo de caso? É Design Science? É uma survey? Como os resultados podem ser generalizados?"

Recomendação: Reorganizar o capítulo para deixar explícito o delineamento de pesquisa geral, a articulação entre as diferentes abordagens, e como cada uma contribui para responder à pergunta de pesquisa.

2. Falta de Clareza sobre Design Science Research (DSR)

O artigo cita DSR (Gregor & Hevner, 2013; Vaishnavi et al., 2021) como base metodológica, mas **não explica o que é DSR, qual é seu ciclo de vida, ou como foi aplicado neste trabalho específico**. DSR é mencionada, mas não é explicada para leitores não-familiarizados com essa metodologia.

Para adequação à RAP, o artigo deveria explicitar que Design Science Research é uma metodologia que combina rigor científico com relevância prática através do desenvolvimento e avaliação de artefatos que resolvem problemas reais. O ciclo de vida de DSR compreende: (1) Identificação do Problema, (2) Definição de Objetivos, (3) Design e Desenvolvimento do Artefato, (4) Demonstração, (5) Avaliação, e (6) Reflexão e Aprendizado.

Neste trabalho, esses passos deveriam estar claramente mapeados: o problema é a gestão complexa de inovação em defesa com conhecimento disperso; os objetivos são desenvolver um DSS que estruture esse conhecimento; o design é a ontologia InovaDefesa baseada em METHONTOLOGY; a demonstração é a aplicação ao projeto SAC; a avaliação é a survey com 225 especialistas; e o aprendizado são as contribuições científicas extraídas.

Recomendação: Adicionar uma seção explicativa sobre DSR e seu ciclo de vida, mapeando explicitamente como cada fase foi executada neste trabalho.

3. AHP (Analytic Hierarchy Process): Falta de Justificativa e Detalhe

O artigo menciona que AHP foi usado para "ponderação de critérios" e "análise de criticidade tecnológica", mas **não explica por que AHP foi escolhido, como foi implementado, ou quais foram os resultados detalhados**.

Não está claro por que AHP e não outro método multicritério (TOPSIS, ELECTRE, etc.)? Qual é a vantagem de AHP neste contexto específico? Quem respondeu as comparações pareadas? Quantas comparações foram feitas? Qual foi a taxa de consistência (CR) das respostas? Houve ajustes nas comparações inconsistentes? Como foram interpretados os pesos finais? Houve análise de sensibilidade?

O artigo menciona que há "valores normalizados nos critérios", mas não apresenta a matriz de decisão completa ou análise de sensibilidade.

Recomendação: Incluir uma subseção sobre AHP que complemente a descrição: (a) justificativa para escolha de AHP em relação a outros métodos multicritério, (b) implementação (respondentes, número de comparações pareadas, taxa de consistência), (c) resultados (matriz de decisão, pesos finais, análise de sensibilidade), e (d) interpretação dos resultados no contexto da gestão de inovação.

4. Limitações metodológicas: reconhecidas mas inadequadamente localizadas

O artigo reconhece limitações na seção 4.3 (Discussão), mas essas deveriam estar **na seção de Metodologia, não na Discussão**. As limitações metodológicas devem ser discutidas onde a metodologia é apresentada, não posteriormente.

As limitações reconhecidas incluem: (a) impossibilidade de divulgação de dados sensíveis, (b) TRL adaptado baseado em única referência (NASA), (c) amostra composta por "futuros decisores" (alunos), não decisores atuais, e (d) sistema ainda em estágio de prova de conceito.

No entanto, as implicações dessas limitações não são adequadamente discutidas. Por exemplo: Qual é o impacto de usar alunos em vez de decisores atuais? Isso compromete a validade externa? Como isso afeta a generalização? Qual é o impacto de usar apenas 14 projetos da NASA para calibração de TRL? Seria apropriado usar dados brasileiros? Se o sistema está em "prova de conceito", qual é o nível de maturidade? Qual é o próximo passo para implementação real?

Recomendação: Incluir parágrafos dedicados a Limitações Metodológicas na seção de Metodologia que descreva: (a) limitações de amostra e representatividade, (b) limitações de contexto (dados sensíveis, calibração de TRL), (c) limitações de generalização (prova de conceito), e (d) estratégias de mitigação ou considerações para pesquisas futuras.

CONFUSÃO TERMINOLÓGICA: InovaDefesa vs. InovaEB

O artigo usa os termos **InovaDefesa** e **InovaEB** de forma inconsistente e frequentemente intercambiável, criando **confusão fundamental sobre a estrutura do trabalho e a natureza da contribuição científica**. Esta confusão compromete a clareza geral do artigo e dificulta a compreensão por leitores da RAP.

Os termos referem-se a **componentes diferentes** que devem ser claramente diferenciados:

InovaDefesa = A Ontologia

- Representação estruturada de conhecimento sobre inovação em defesa
- Compreende 84 conceitos e 104 relações
- Organiza-se em 8 subontologias
- Formalizada em UML
- Codifica conhecimento tácito de especialistas

InovaEB = O Sistema de Apoio à Decisão (DSS)

- Implementação prática da ontologia InovaDefesa
- Interface web desenvolvida em Streamlit
- Incorpora métodos analíticos (AHP, análise de criticidade, mapeamento TRL)
- Fornece recomendações para decisões sobre inovação
- Coloca a ontologia em uso operacional

Assim: deixar claro que o InovaEB implementa InovaDefesa. A ontologia é a base conceitual; o sistema é a ferramenta prática.

Recomenda-se adicionar uma **seção explicativa clara** (preferencialmente na Introdução ou aqui na Metodologia) que:

1. **Defina InovaDefesa** como a ontologia, explicitando seus componentes (84 conceitos, 104 relações, 8 subontologias)
2. **Defina InovaEB** como o Sistema de Apoio à Decisão que implementa a ontologia, explicitando seus componentes (interface, métodos analíticos, funcionalidades)
3. **Explique a relação** entre os dois: InovaEB implementa InovaDefesa
4. **Deixe claro** qual é a contribuição de cada componente e como se articulam
5. **Revise todo o artigo** para garantir uso consistente dos termos em contextos apropriados.

CAPÍTULO DE RESULTADOS (CAPÍTULO 3 QUE DEVERIA SER O 4)

1. Análise Crítica dos Resultados da Seção 3.1 (MAPATEC) atual (que deveria ser 4.1)
Recomenda-se adicionar **análise crítica após cada subseção**, transformando apresentação puramente descritiva em análise interpretativa. Dados sem análise crítica não permitem que o leitor compreenda as implicações para gestão de inovação. A análise crítica transforma dados em conhecimento.

2. Síntese Integradora dos Resultados
Recomenda-se adicionar uma **subseção de síntese** que integre os três componentes principais (Seções 3.1, 3.2, 3.3):

Esta subseção deveria:

- **Resumir os principais achados** de cada seção (o que o sistema faz, como se compara com ações reais, como foi validado)
- **Mostrar como os achados se conectam** para demonstrar o valor do sistema InovaEB
- **Responder à pergunta de pesquisa** de forma integrada: O sistema realmente melhora a gestão de inovação em defesa?
- **Discutir implicações** para administração pública e gestão de inovação em defesa

3. Acessibilidade para Público de Administração

Recomenda-se melhorar acessibilidade do capítulo para pesquisadores em administração:

Glossário de Termos Técnicos:

Adicionar glossário ou notas explicativas para termos como:

- ETL (Extração, Transformação e Carregamento)
- Streamlit (framework web)
- OWL, RDF, Lógica de Descrição
- UML (Unified Modeling Language)
- TRL (Technology Readiness Level)
- AHP (Analytic Hierarchy Process)

Simplificação de Linguagem:

- Onde possível, simplificar jargão técnico mantendo precisão
- Adicionar explicações entre parênteses para conceitos técnicos
- Usar exemplos concretos para ilustrar conceitos abstratos

Conexão com Conceitos de Administração:

- Conectar explicitamente os resultados com conceitos de administração (gestão do conhecimento, suporte à decisão, integração organizacional, etc.)
- Explicar implicações dos resultados para gestores públicos, não apenas para engenheiros

Justificativa: RAP é uma revista de administração. Capítulo de Resultados deve ser acessível para pesquisadores em administração, não apenas para especialistas em ontologias e sistemas.

CAPÍTULO 4 (QUE DEVERIA SER CAPÍTULO 5): DISCUSSÃO

O capítulo de Discussão apresenta uma estrutura organizada que tenta conectar os resultados com a literatura e com implicações práticas. No entanto, identifica-se **lacunas significativas na profundidade analítica e na conexão com teoria de administração**. A discussão é frequentemente **superficial e descritiva**, em vez de **analítica, crítica e teoricamente fundamentada**. Além disso, há uma seção para discussão de limitações que deveriam estar na seção de metodologia e na conclusão.

1. Falta de profundidade analítica na interpretação dos resultados

O capítulo apresenta os resultados, mas não oferece análise crítica profunda sobre o que significam, por que ocorreram, e quais são as implicações teóricas e práticas.

Em consequência a discussão é descritiva (relata o que foi encontrado) em vez de analítica (interpreta o que significa).

Recomendação incluir análise crítica de por que os resultados ocorreram, conexão com teoria, comparação com benchmarks, e discussão de implicações teóricas e práticas.

2. Falta de conexão adequada dos achados com literatura de administração

O capítulo menciona literatura de administração (Tidd & Bessant, Khurana & Rosenthal, etc.), mas não constrói uma discussão integrada que conecte os resultados com conceitos teóricos de administração apropriados para a RAP.

Sugestões específicas:

- **Gestão do Conhecimento:** O artigo deveria discutir como a ontologia InovaDefesa contribui para gestão do conhecimento organizacional, como estruturação de conhecimento tácito melhora decisões, e qual é a relação com literatura de Nonaka & Takeuchi sobre conhecimento tácito vs. explícito. Essas discussões estão ausentes.
- **Suporte à Decisão:** O artigo deveria discutir como o InovaEB melhora a qualidade das decisões sobre inovação, qual é a relação com literatura de Simon sobre racionalidade limitada, e como DSS reduzem incerteza e ambiguidade. Essas discussões estão ausentes.

- **Integração Organizacional:** O artigo deveria discutir como a ontologia integra perspectivas múltiplas (técnica, operacional, estratégica), qual é a relação com literatura de Lawrence & Lorsch sobre diferenciação e integração, e como isso reduz silos organizacionais. Essas discussões estão ausentes.

Consequência: A discussão fica isolada em contexto técnico, sem conexão com teoria de administração que seria apropriada para o público-alvo da RAP.

3. Discussão de Limitações: Superficial e Inadequadamente Integrada

O artigo reconhece limitações (impossibilidade de divulgação de dados sensíveis, TRL adaptado baseado em única referência, amostra composta por alunos, sistema em estágio de prova de conceito), mas a discussão é superficial e não adequadamente integrada com a interpretação dos resultados. Por essa razão, sugere-se transferir essas ideias para a seção de metodologia.

Consequência: Limitações são reconhecidas, mas não são adequadamente discutidas em termos de impacto nos resultados e generalizações. Se assim o fizesse, poderiam permanecer nesta seção.

4. Falta de Discussão sobre Implicações Práticas para Administração Pública

O capítulo não oferece discussão clara sobre como os resultados têm implicações práticas para gestores públicos e formuladores de políticas em defesa.

Questões Não Respondidas:

- **Implicações para Gestão de Inovação em Defesa:** Como gestores podem usar o InovaEB para melhorar decisões? Qual é o impacto esperado na qualidade das decisões? Qual é o impacto esperado na eficiência de P&D? Qual é o impacto esperado na redução de dependência tecnológica?
- **Implicações para Política de Defesa:** Como os resultados informam política de inovação em defesa? Quais são as recomendações para formuladores de políticas? Como isso se conecta com estratégia nacional de defesa?

- **Implicações para Organizações Públicas em Geral:** Como a abordagem pode ser adaptada para outros contextos de administração pública? Quais são as lições para gestão de inovação em saúde, educação, infraestrutura?
- **Implicações para Implementação:** Qual é o custo de implementação do InovaEB? Qual é o tempo de implementação? Quais são os requisitos de treinamento? Qual é a probabilidade de adoção pela organização?

Consequência: Leitores da RAP (gestores, formuladores de políticas) não conseguem entender como usar os resultados na prática.

Recomendação: Adicionar seção sobre "Implicações Práticas para Administração Pública" que discuta: como gestores podem usar o InovaEB, impacto esperado em decisões e resultados, recomendações para implementação, recomendações para política de defesa, e potencial de transferência para outros contextos.

CAPÍTULO 5 (QUE DEVERIA SER CAPÍTULO 6): CONCLUSÕES

O capítulo de Conclusões apresenta uma estrutura que tenta sintetizar os principais achados e contribuições do trabalho. No entanto, identifica-se **lacunas significativas na clareza das conclusões, na síntese adequada dos resultados, e na articulação clara da contribuição científica**. As conclusões são frequentemente **genéricas e não suficientemente fundamentadas nos resultados específicos apresentados**, o que compromete o impacto final do artigo e sua relevância para a Revista de Administração Pública.

1. Falta de síntese clara e estruturada dos principais achados

O capítulo não oferece uma síntese clara e estruturada dos principais achados que emergiram da pesquisa. As conclusões não deixam evidente quais foram os resultados mais importantes, por que importam, e qual é sua significância.

Consequência: Leitor fica sem compreensão clara dos principais resultados e sua importância relativa.

Recomendação: Adicionar parágrafos que sintetizem os achado, de forma clara e estruturada, os principais resultados em cada área (ontologia, sistema, aplicação, validação), destacando a significância de cada um.

2. Falta de conexão explícita entre conclusões e objetivos de pesquisa

O capítulo não deixa claro se e como os objetivos de pesquisa foram alcançados. Não há conexão explícita entre objetivos propostos no início do trabalho e conclusões alcançadas.

Consequência: Leitor não consegue avaliar se a pesquisa alcançou seus objetivos propostos.

Recomendação: Adicionar parágrafos que conectem explicitamente conclusões com objetivos, respondendo: (a) qual era o objetivo geral, (b) quais eram os objetivos específicos, (c) qual foi o grau de alcance de cada um (totalmente alcançado, parcialmente alcançado, não alcançado), (d) há objetivos não alcançados ou parcialmente alcançados, (e) por quê, e (f) qual é o impacto disso nas conclusões.

3. Falta de discussão sobre implicações práticas e políticas

O capítulo não oferece discussão clara sobre implicações práticas e políticas dos resultados para gestores públicos, formuladores de políticas e organizações de defesa. Isso é especialmente importante para uma revista de administração pública.

Consequência: Leitores da RAP (gestores, formuladores de políticas, pesquisadores em administração) não conseguem entender como usar os resultados na prática ou como isso afeta suas decisões.

Recomendação: Adicionar parágrafos sobre "Implicações Práticas e Políticas" que discuta explicitamente: (a) como gestores podem usar o sistema, (b) impacto esperado em decisões e resultados, (c) recomendações para implementação, (d) recomendações para política de defesa, (e) potencial de transferência para outros contextos de administração pública.

REVIEWER 3

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Date review returned: January 12, 2026

Comments to the authors:

Prezados(as) Autores(as),

Agradeço por terem submetido a versão revisada do manuscrito RAP-2025-0327.R1, intitulado "Sistemas de Apoio à Decisão na Gestão da Inovação de Defesa em Países em Desenvolvimento: Um Estudo de Caso do Exército Brasileiro".

Gostaria de parabenizá-los(as) pela diligência e pelo profissionalismo demonstrados ao abordar as sugestões e críticas levantadas em meu parecer inicial. As revisões implementadas resultaram em uma melhoria substancial da qualidade geral do manuscrito, tornando-o significativamente mais claro, robusto e adequado ao escopo da Revista de Administração Pública.

1. Atendimento Abrangente às Sugestões Anteriores:

Fiquei muito satisfeito(a) ao constatar que as recomendações (pontos B01 a B28) foram incorporadas de forma exemplar. Destaco as seguintes melhorias:

• Introdução: A pergunta de pesquisa foi explicitada, as justificativas para a lacuna na literatura e para o uso de DSS/Ontologia foram adicionadas, e os objetivos (geral e específicos) foram reformulados com clareza. A distinção entre InovaDefesa e InovaEB foi mitigada, e a estrutura do artigo foi melhor explicada.
• Referencial Teórico: O referencial foi significativamente aprimorado com a inserção de uma nova seção sobre "Administração Pública", fundamentando o artigo em conceitos-chave da área. A discussão sobre inovação em defesa em países em desenvolvimento foi enriquecida, e a fundamentação em ontologias e DSS foi aprofundada, estabelecendo conexões explícitas com a gestão do conhecimento e a tomada de decisão organizacional.
• Metodologia: O capítulo de Metodologia foi reestruturado e clarificado, incluindo notas explicativas para jargões técnicos, e a abordagem metodológica geral, bem como a aplicação do ciclo DSR, foram explicitadas em novas subseções. A justificativa para o uso do AHP foi adicionada, e a relação entre InovaDefesa e InovaEB foi novamente esclarecida. A discussão de limitações, embora mantida na seção de Discussão, foi aprofundada em seu conteúdo.
• Resultados e Discussão: A seção de Resultados foi enriquecida com análise crítica após cada subseção e uma nova "Síntese Integradora dos Resultados". A Discussão foi substancialmente aprimorada com a adição de subseções que conectam explicitamente os achados com a literatura de administração pública e suas implicações práticas. A discussão de limitações foi aprofundada e integrada à interpretação dos resultados.
• Conclusões: A seção de Conclusões foi revisada para apresentar uma síntese mais clara e estruturada dos achados, conectando-os explicitamente aos objetivos da pesquisa e discutindo as implicações práticas e políticas.

A profundidade e a especificidade com que vocês abordaram as sugestões fortaleceram consideravelmente o argumento central do trabalho, tornando-o mais acessível e impactante para o público-alvo da RAP.

2. Pequenos Reajustes para o Polimento Final:

A abrangente e substancial revisão realizada é digna de louvor. Contudo, sugiro um esforço adicional para ajustar dois pontos menores que, se resolvidos, contribuirão para a perfeição do manuscrito:

• 2.1. Discrepância na Numeração de Figura:

o Na Seção 3.2 ("Aplicação do ciclo DSR", página 14 do manuscrito comentado), o texto faz referência à "Figura 14". No entanto, a figura imediatamente abaixo é intitulada "Figura 1 – Metodologia para o desenvolvimento da ontologia InovaDefesa e sua instanciação InovaEB". Por favor, verifiquem e corrijam a numeração desta figura e de suas referências no texto para garantir a consistência.

• 2.2. Sugestão de Aprimoramento de Redação em Parágrafo:

o No parágrafo inicial da Seção 5.2 ("Implicações para a administração pública", página 37 do manuscrito comentado), a frase "estruturar informações dispersas ao longo do início do processo de inovação de defesa" pode ser aprimorada para maior concisão e fluidez. Sugiro a seguinte redação alternativa para a primeira parte do parágrafo, quebrando a frase original e ajustando a terminologia:

 Original (trecho): "Os resultados indicam que o SAD InovaEB pode ser utilizado por gestores públicos como um instrumento de apoio à gestão da inovação de defesa, ao estruturar informações dispersas ao longo do início do processo de inovação de defesa, explicitar critérios de priorização e reduzir incertezas na fase inicial do processo inovativo."

 Sugestão de Melhoria: "Os resultados indicam que o SAD InovaEB pode ser utilizado por gestores públicos como um instrumento de apoio à gestão da inovação de defesa. Ele permite estruturar informações dispersas nas fases iniciais desse processo, explicitar critérios de priorização e reduzir incertezas."

o Esta alteração visa otimizar a clareza e a elegância da prosa acadêmica.

3. Conclusão:

O trabalho de vocês está em um excelente caminho. Acredito que, com esses pequenos ajustes finais, o manuscrito estará pronto para publicação.

Agradeço novamente o empenho e a dedicação.

REVIEWER 3

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Thomazinho, G. (2026). O uso de estereótipos na linha de frente: lógicas de categorização e raciocínios de profissionais da pré-escola. *Revista de Administração Pública*, *60*, e2025-0308. https://doi.org/10.1590/0034-761220250308

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

REVIEWERS:

Patricia Rodrigues Rosa, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Canoas, RS, Brazil https://orcid.org/0009-0003-9111-4897

Roberto Rocha Coelho Pires, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF, Brazil https://orcid.org/0000-0001-9392-949X

ROUND 1

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Date review returned: December 15, 2025

Comments to the authors:

The manuscript addresses a fundamental question in street-level bureaucracy and implementation studies, regarding the uses of stereotypes and its repercussions for services and the publics. The analysis focus on an existing gap in the literature related to explaining the variation in the use of stereotypes. The study is based on fieldwork done in 8 kindergartens in Brazil. More specifically, the goal is to approach the reasonings produced by kindergarten professionals when they categorize children, and whether they use or block stereotypes.

The article draws from up-to-date international debates on implementation, street-level bureaucracy, reasoning, and categorization. The qualitative research design adopted seemed adequate to prove diversification in terms of variables of interest, such as municipalities, kindergartens, and professionals, with a special concern for territories with or without vulnerabilities. The use of vignettes is quite innovative and quite well explained ion terms of the procedures adopted. It demonstrates how the technique might be useful for other studies in the field.

As for the results, the qualitative analysis of interviews and interviewees reactions to vignettes is quite dense and demonstrates empirically the variations along a Categorization Logic Scale. By exploring such variations, the findings point to important insights in terms of the use and blockage of stereotypes in frontline work. The potential implications of the stereotyped reasoning are insufficiently explored in the analysis (given it is not the focus of the paper), but it is adequately pointed out in the conclusion as a agenda that needs to be explored.

Suggestion:

- The Categorization Logic Scale proposed in the article provided an effective framework for analyzing stereotypes in frontline work. It draws from debates in the literature and it was tested in the empirical study. In my view, a new version of the manuscript should assume the proposed Scale as the main theoretical-methodological contribution of the study, since it can be used by other studies in the field. In sum, to highlight the article's impact and contribution, the logic of categorization should be presented right up front and as the main contribution of the study, running through the text by articulating theory, methods, and analysis.

ROUND 2

REVIEWER 2

Date review returned: January 22, 2026

Comments to the authors:

I believe the issues raised in the review of the manuscript were adequately addressed, leading to an improved version of the paper. The manuscript addresses an important issue and presents both theorethical and methodological contributions to the field of street-level bureaucracy and implementation studies. The Categorization Logic Scale proposed and tested in the article provides an effective framework for analyzing stereotypes in frontline work. It can now be applied to other cases as a way of deepening our understanding of these processes.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Chagas, V., & Santos, K. de P. (2026). O lugar do humor na comunicação pública. *Revista de Administração Pública*, *60*, e2025-0333. https://doi.org/10.1590/0034-761220250333

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Beatriz Molari, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brazil https://orcid.org/0000-0001-5446-7480

One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: November 20, 2025

Comments to the authors:

This paper brings us an interesting and highly relevant topic: the use of memes by communicators in public institutions to communicate potentially "serious" content with their audiences, and how this communication can shape audience engagement with this

institutional output in significant ways. The article is extremely well written, so the text carries the reader along with the authors´ arguments. I was glad to have the opportunity to read this manuscript, as I felt that I had acquired some new knowledge after reading it.

The authors use the unlikely case of the Brazilian Banco Central to illustrate their well-argued discussion around the issue of whether the more humorous tone and genre (in the form of memes) for communication can be more effective that that which is produced using more conventional language and a more serious tone. This is a key feature of the authors´ argument that is repeated throughout the article - not ad nauseam, but for added clarity for the reader. The authors conclude that the BC´s humorous memes clearly attain greater audience engagement, particularly (and rather obviously, I suppose) because the communication channel in which the Bank uses these memes is Instagram (and possibly other social networks, like Facebook and X, although these are not mentioned in the manuscript).

If each of the BC leaders discussed had all consistently used this type of communication with their audience, the research would have had a richer data set. But each Bank leader used memes in differing quantities, which makes it difficult for me to suggest that the authors extend the data set - in an ideal world, they would, given the claims the authors make and the conclusions they reach. So the quite small data set used in this research limits, to some degree, the generalisability of the results, and this fact should perhaps be recognised by the authors. I felt that at least some of the data collected (figures of the memes and related audience comments) could have been inserted in the body of the manuscript to aid the flow for the reader.

As the authors use descriptive statistics/ metrics to partially present and discuss their results, I felt the need for a table and/or chart to facilitate the assimilation of these results, which as they stand in its current format, are in the middle of text in paragraphs (pages 13-14).

One question left hanging for me after having read the manuscript was: who are the typical audiences for BC posts? It seems to be pretty unlikely that many "ordinary Brazilian citizens" would necessarily seek out the BC profile to follow on social networks...Or can the BC "push" their posts without having to have explicit followers as such?

I recommend that the authors (or the journal copyeditors) verify that the referencing follows the journal guidelines, as is the case with the use (or not) of italics for foreign words.

REVIEWER 2

Date review returned: December 1, 2025

Comments to the authors:

O artigo está muito bem escrito e estruturado. O referencial teórico é coerente e atualizado, o que demonstra um vasto conhecimento sobre a temática.

Contudo, o artigo carece de maiores considerações sobre os métodos aplicados na análise dos materiais. Os autores mencionam unicamente o recorte temporal, não abordando como a análise foi orientada e quais critérios utilizados. Além disso, trata-se de um estudo que se dedica a investigar o uso do humor na comunicação pública valendo-se, para isso, da análise de memes. Sabe-se que os memes são recursos comunicacionais que comunicam, sobretudo, através de recursos visuais. Neste sentido, a ausência de imagens no artigo atrapalha a compreensão dos argumentos da autoria, que optou pela descrição de exemplos e materiais analisados. Recomenda-se, portanto, a inclusão de alguns memes para maior compreensão da argumentação e coerência.

A falta de considerações sobre os procedimentos de análise torna-se visível quando a mesma é direcionada por comparações entre o estilo das comunicações empregado durante o mandado dos três presidentes do Banco Central citados. Sem qualquer indicação de que seria feita uma comparação, os autores assim direcionam a análise, levantando dúvidas entre o objetivo do artigo e o que ele realiza. É pertinente a incorporação da metodologia no resumo, que apresenta uma redação mais orientada para uma proposição do que acerca de um estudo já realizado.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: January 28, 2026

Comments to the authors:

Once again, I thank the Editor of RAP for this opportunity to participate in the second-round of reviewing this interesting and engaging paper. As I said in my first review, the paper is well-written and well-organized, and covers an original angle of institutional public communication: that of the use of humorous memes by the Banco Central in Brazil on its social media account.

Having re-read the article, my previous opinion is confirmed regarding the manuscript´s originality and appeal, thereby constituting an important addition to the literature, particularly in Brazil.

I am grateful for the authors´ systematization of the adjustments made in this second version after the first round of reviews (presented in the table at the end), and I feel privileged to be able to see what the other reviewer suggested: their suggestions were certainly extremely relevant and contributory. I am satisfied and appreciative that the authors have taken on board most, if not all, of the suggestions I made in my first review.

REVIEWER 2

Date review returned: February 13, 2026

Comments to the authors:

Os autores apresentaram as revisões solicitadas, quais agregaram ao conteúdo. O artigo possui temática importante para a área da administração pública com o rigor metodológico esperado.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Hidalgo, G., & Faccin, K. (2026). Políticas públicas para o fomento da indústria do empreendedorismo: desvendando a caixa-preta dos mecanismos de governança colaborativa em ecossistemas. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025-0302. https://doi.org/10.1590/0034-761220250302

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Daniela Meirelles Andrade, Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7893-4629

One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Date review returned: September 29, 2025

Comments to the authors:

Seguem os apontamentos

1. Melhorias no Foco e Argumentação

O principal objetivo das revisões é garantir que o vínculo entre o estudo de caso (Inova RS) e as implicações teóricas seja o mais claro e direto possível.

Demonstração e Justificativa

Introdução (Seções Finais)

Reforçar explicitamente a Contribuição Teórica. Deixar muito claro que o estudo não apenas aplica o modelo de Wegner e Verschoore (2022), mas que ele detalha a operacionalização e identifica mecanismos concretos (acordos, arranjos, engajamento) que transformam as funções abstratas em ações reais. Isso valoriza o estudo de caso.

Revisão da Literatura

Aumentar a ponte entre Governança Colaborativa e Administração Pública. No início da Seção 2.2, assegurar que a transição da literatura de redes para o campo da Administração Pública seja explícita. A RAP valoriza o impacto das políticas na gestão governamental.

Metodologia (Coleta de Dados)

Justificar o uso da Observação Participante. Embora a inclusão da observação seja um ponto forte (triangulação), é crucial dedicar uma frase para justificar como essa fonte de dados (diários de campo) enriqueceu especificamente a compreensão dos mecanismos de micro governança que entrevistas e documentos não capturam.

2. Melhorias na Discussão e Conclusão

A discussão é onde o manuscrito justifica sua contribuição. É o ponto mais revisado em periódicos top-tier.

Discussão (Geral)

Integrar achados e teoria de forma mais fluida. Evitar que a discussão seja uma mera repetição dos resultados seguida pela teoria. Estruturar em torno das implicações. Exemplo: "Nossos achados sobre o mecanismo de 'Alinhamento' (4.2.1) complementam Smith (2020), ao demonstrar que o papel do ator governamental é essencialmente o de um broker de legitimidade, e não apenas um provedor de recursos."

Discussão (Implicações Práticas)

Focar nas Recomendações de Políticas Públicas.

A RAP valoriza o impacto prático na gestão. As conclusões devem incluir recomendações diretas para gestores públicos: "Para que o mecanismo de 'Arbitragem' seja eficaz, a política pública deve garantir autonomia formal ao Comitê Gestor para além da mera função consultiva."

Limitações do Estudo Adicionar um parágrafo sobre as limitações e a Agenda Futura. Sempre bem-vindo. Deve-se mencionar que o estudo é um caso único exploratório e sugere-se a aplicação do modelo em outras políticas (e.g., Startup Brasil, fundos de inovação de outros estados) para comparação e generalização dos mecanismos identificados.

3. Aspectos Formais e de Apresentação

Resumo

Garantir que o principal achado empírico esteja claro. O resumo deve ser uma declaração de valor. Exemplo: "O estudo desvela a caixa-preta ao identificar que as funções de governança são operacionalizadas por meio de acordos de escopo (Alinhar), eventos de confiança (Integrar) e autonomia delegada (Arbitrar)."

Tabelas e Figuras

Revisar o título da Figura 1 e a Figura 2. A Figura 1 é um framework teórico. O título deve ser: "Modelo Teórico-Analítico de Funções de Micro Governança (Adaptado de Wegner & Verschoore, 2022)". A Figura 2, que provavelmente detalha o caso, deve ter um título que relacione explicitamente as funções teóricas com as ações concretas do Inova RS.

Referências

Uniformizar o formato (ABNT/APA). Revisar o formato das referências (capitalização, pontuação, uso de itálicos) para seguir o padrão exigido pela RAP (geralmente ABNT ou APA).

ROUND 2

REVIEWER 2

Date review returned: February 9, 2026

Comments to the authors:

A figura 1 está com qualidade ruim. Sugiro que seja refeita.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Santos, V. (2026). Remodelando o Estado por dentro: controle presidencial por meio do redesenho burocrático no Ministério das Relações Exteriores do Brasil. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025-0158. https://doi.org/10.1590/0034-761220250158

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Kutsal Yesilkagit, Leiden University, Leiden, Netherlands https://orcid.org/0000-0001-9660-7859
Rodrigo Fracalossi de Moraes, Instituto de Pesquisa Economica Aplicada, Brasília-DF, Brazil https://orcid.org/0000-0001-5751-3593

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: June 28, 2025

Comments to the authors:

The manuscript, titled "Remaking the State from Within: Presidential Control through Bureaucratic Redesign in Brazil's Foreign Ministry," engages with a significant yet

understudied dimension of bureaucratic politics: the intra-ministerial reorganization as an instrument of presidential control. The authors argue persuasively that the structural redesign of Brazil's Ministry of Foreign Affairs (MFA), while ostensibly administrative, represents strategic attempts by presidents to embed their political and ideological agendas.

In assessing the theoretical rigor, the manuscript effectively integrates core concepts from agency design and institutional change literatures, building a typology of redesign logics (Control, Efficiency, Ideational) that enriches our understanding of organizational restructuring. However, the conceptual distinction between Efficiency-Oriented and Political-Control logics occasionally lacks empirical clarity, particularly in the descriptive analyses of reforms under different administrations. The authors might consider sharpening this distinction or explicitly acknowledging overlaps as more than mere analytical inconvenience.

Empirically, the manuscript is ambitious and commendably systematic, drawing upon comprehensive original datasets—including normative decrees and archival materials—and adopting mixed-methods approaches combining descriptive statistics, geospatial mapping, and qualitative case analyses. This methodological triangulation greatly strengthens the study's reliability and credibility. Yet, despite the rich empirical material, the manuscript could more explicitly address the methodological limitations, such as the potential biases inherent in relying primarily on normative texts and official documents. Incorporating insights from elite interviews or budgetary data might substantiate claims regarding operational effects and internal bureaucratic dynamics more robustly.

The case study selection—focusing on Presidents Collor, Lula, and Bolsonaro—is apt, highlighting distinctive reform strategies that illustrate how political intentions are encoded within bureaucratic structures. Nevertheless, the narrative structure of these cases sometimes suffers from repetitiveness, potentially diminishing readability and analytical sharpness. A more streamlined narrative, emphasizing comparative and integrative analyses rather than discrete summaries, would greatly improve clarity and engagement.

Structurally, the manuscript is clearly organized, with logical progression from theory to data and analysis. Yet, sections occasionally read as overly mechanical, closely adhering to the structure of theoretical propositions without adequate interpretive depth. Strengthening the interpretive links between empirical observations and theoretical expectations would enhance the analytical contribution, particularly in illuminating how bureaucratic redesign contributes to institutional drift and policy reversals.

Finally, in terms of scholarly contribution, the manuscript advances understanding of bureaucratic redesign as an active site of presidential power and ideological signaling within an insulated and professionalized bureaucracy. Its insights hold relevance beyond the Brazilian context, resonating with broader debates on institutional resilience and executive control in comparative public administration.

In summary, while the manuscript represents a commendable scholarly effort with substantial theoretical ambition and empirical rigor, addressing identified issues—especially in terms of empirical clarity, narrative coherence, interpretive depth, and readability—would markedly strengthen its contribution. It is a valuable addition to the literature but would benefit from revision along these lines to achieve its full analytical potential.

REVIEWER 2

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Banhos, B., Macedo, M. A. da S., & Santos, C. M. V. dos. (2026). Ciclo político orçamentário em irregularidades e pareceres contrários das contas municipais fluminenses. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025-0242. https://doi.org/10.1590/0034-761220250242

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Marco Antonio Carvalho Teixeira, Fundacao Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-3298-8183

Mariana Neubern de Souza Almeida, Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0002-3001-7845

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: August 22, 2025

Comments to the authors:

O trabalho é muito interessante e com o advento das emendas parlamentares ganha mais centralidade ainda, apesar dessa questão sequer ter aparecido no texto, sugiro que trate dela nem que seja para dizer que reconhece sua existência e que pode ser uma boa agenda de pesquisa associada a investigação. Faço ainda duas sugestões: 1) apesar do peso que a literatura constante no texto dar aos partidos, é preciso relativizar. A centralidade esta muito mais nos políticos individualmente do que em relação a uma suposta negociação partidária. Recomendo ler dois textos do professor Cláudio Couto : Couto, Cláudio G.. Resiliencia y cambio institucional: populismo y presidencialismo en Brasil. In: Marcela F. González; Martín Plot. (Org.). Resiliencia y cambio institucional: populismo y presidencialismo en Brasil. 1ed.Buenos Aires: Prometeo, 2025, v. , p. 1-20;.Couto, Cláudio G.. Lula 3: presidencialismo de coalizão em tempos de governo congressual. In: Fábio Kerche; Marjorie Marona. (Org.). Governo Lula 3: reconstrução democrática e impasses políticos. 1ed.Belo Horizonte: Autêntica, 2025, v. , p. 37-51. Nesses textos existem ótimos insights para verificar a mudança do padrão de governabilidade e efeitos na alocação de recursos.

Uma outra questão tem a ver com a agenda de pesquisa proposta no final da conclusão. Ta muito tímida e diminui a importância do trabalho. Trazer elementos como verificar se existem mudanças com o porte do município que pode influenciar inclusive a decisão do tribunal de contas em rejeitar as contas do prefeito, é uma investigação importante. Não da pra juntar Vassouras e Campos de Goytacazes ou São Gonçalo, na mesma análise. Não foi o propósito do trabalho, mas é bom apontar. Por fim, sugiro na metodologia um pouco da historia recente do TCE-RJ para justificar a importância de olhar para esse órgão, não da para passar batido o fato de 5 dos 7 conselheiros terem sido afastados por corrupção. Bom realçar que a decisão de emitir ou não um parecer prévio negativo é desse conselho. Elogio a revisão de literatura por percorrer produção da metade do sec XX ás mais recentes, reitero que a importância dos Partidos não é mais a mesma.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: February 6, 2026

Comments to the authors:

As sugestões foram incorporadas. Estou satisfeito.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Viana, L., & Peci, A. (2026). Emendas parlamentares obrigatórias: mudança e desafios institucionais. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0367. https://doi.org/10.1590/0034-76122025036

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Adriano Nervo Codato, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brazil https://orcid.org/0000-0002-5015-4273

One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: November 7, 2025

Comments to the authors:

Parecer ao Autor

"A nova institucionalidade das emendas parlamentares e suas implicações para o modelo político-administrativo brasileiro"
Revista de Administração Pública – RAP-2025-0367

O artigo faz uma análise muito oportuna sobre as emendas parlamentares obrigatórias no Brasil. É bastante original ao integrar o modelo de fluxos múltiplos e a análise institucional orçamentária. O manuscrito demonstra domínio da literatura nacional especializada e usa uma base empírica robusta de dados oficiais. O argumento central (a transformação das emendas como produto de janela de oportunidade política em 2016) é relevante para compreender as mudanças no presidencialismo de coalizão brasileiro pós-impeachment.
Para viabilizar sua publicação, será preciso aperfeiçoar uma série de aspectos que listo a seguir.
Em primeiro lugar, há três aspectos metodológicos que precisariam ser muito fortalecidos:
1. Formulação de hipóteses e sua "testabilidade"
A ausência de hipóteses propostas explicitamente e testadas empiricamente é, a meu ver, uma limitação importante do artigo. Embora o texto apresente argumentos sobre causas e consequências das mudanças institucionais, esses elementos não são estruturados como proposições testáveis.
Recomendo então: (a) formular hipóteses explícitas sobre os efeitos esperados das emendas obrigatórias nas três dimensões analisadas; (b) especificar expectativas sobre direção e magnitude dos efeitos (ex: "H1: A obrigatoriedade está associada à redução no tempo médio entre empenho e pagamento"; "H2: Emendas individuais obrigatórias apresentam maior dispersão territorial que emendas de bancada"; e assim por diante); (c) estruturar a seção de resultados testando essas hipóteses; (d) apresentar um quadro-síntese conectando cada hipótese à dimensão teórica e ao indicador empírico correspondente. Isso melhorará não somente a exposição dos argumentos, mas a lógica das descobertas.
2. Operacionalização de conceitos e fortalecimento da inferência "causal"
Os conceitos centrais de "dispersão", "localismo" e "particularismo" são discutidos qualitativamente, mas não são operacionalizados com métricas apropriadas. Não há indicadores formalizados e testes estatísticos para mensurar essas realidades.
O/a autor/a poderia: (a) operacionalizar formalmente esses conceitos (dispersão via Gini ou Herfindahl; localismo via percentual de recursos destinados ao município do parlamentar; particularismo via fragmentação setorial, por exemplo); (b) incluir testes estatísticos comparando períodos antes/depois das mudanças (testes t, ANOVA ou séries temporais

interrompidas); (c) adicionar intervalos de confiança nas estimativas das figuras; (d) apresentar análise de sensibilidade testando robustez dos padrões. Esse é o básico a ser feito.

3. Distinção entre correlação e causalidade

O manuscrito apresenta constatações descritivas usando linguagem que sugere causalidade estabelecida. Por exemplo, afirmar que "as emendas obrigatórias reduziram o controle do Executivo" implica relação causal que não está demonstrada formalmente.

Por isso, eu sugiro especificamente: (a) explicitar limitações causais da abordagem descritiva do artigo; (b) usar linguagem cautelosa ("está associada temporalmente a" em vez de "causou"); (c) discutir problemas de endogeneidade, viés de seleção e variáveis omitidas; (d) se possível, e se isso não for mudar completamente a arquitetura do artigo, incorporar análises que fortaleçam inferência causal (séries temporais interrompidas identificando quebras estruturais nos anos das mudanças legais).

Por exemplo: onde o texto afirma que "a nova institucionalidade reduziu a discricionariedade do Executivo", seria apropriado escrever algo como: "Observamos que após 2015 o tempo médio para liberação diminuiu substancialmente, coincidindo com as mudanças institucionais. Embora isso sugira fortemente limitação da discricionariedade executiva, não podemos descartar que outros fatores (modernização administrativa, pressões políticas) tenham contribuído. Análises futuras com controles rigorosos seriam necessárias para isolar o efeito causal específico." Esse é o tipo de cuidado que se deve tomar com dados (e análises) desse tipo.

Outros pontos merecem também atenção dos autores:

A) Apresentação dos dados

Tabelas: A Tabela 1 precisa de testes estatísticos indicando se diferenças entre tipos de emenda são significativas. Todas as tabelas devem incluir notas detalhando: fontes completas, período exato, metodologia de cálculo, tratamento de valores monetários (ajuste inflacionário), critérios de agregação.

Figuras: A Figura 3 deve incluir intervalos de confiança ou erro-padrão. A Figura 4 está visualmente sobrecarregada (considere simplificá-la). A Figura 5 apresenta séries que se sobrepõem dificultando leitura (talvez considerar usar gráficos empilhados). Todas devem ter títulos totalmente autoexplicativos e legendas que permitam compreensão independente.

Seria muito didático incluir tabela-síntese comparativa dos conceitos-chave antes/depois de 2015 com indicadores quantitativos; gráficos de séries temporais com linhas verticais marcando mudanças institucionais; análise de heterogeneidade por região, tamanho de município ou partido.

B) Operacionalização do modelo de fluxos múltiplos

A aplicação do modelo é criativa, mas excessivamente descritiva e pouco transparente metodologicamente. Seria essencial explicitar como cada fluxo foi identificado empiricamente: (a) na seção 2.1 (problemas): que indicadores, eventos ou documentos foram utilizados? Análise de discursos? Cobertura de mídia? Proposições legislativas?; (b) na seção 2.2 (soluções): como foram identificadas? Análise documental de projetos de lei? Entrevistas?; (c) na seção 2.3: critérios para datar a "janela" em 2016 especificamente; (d) incluir quadro metodológico sistematizando para cada fluxo → fontes de evidência → critérios de codificação → achados principais.

C) Literatura internacional

O diálogo com literatura internacional precisa ser substancialmente ampliado. Incorporar trabalhos recentes (2020-2024) de periódicos como Public Administration, Governance, JPART e Legislative Studies Quarterly sobre distributive politics, legislative budgeting e fiscal federalism. Mencionar se há estudos sobre mudanças similares em outros presidencialistas latino-americanos (Argentina, Chile, Colômbia), permitindo contextualizar se a experiência brasileira é única ou tendência regional. No campo nacional, atualizar referências com literatura pós-2020 sobre coordenação federativa e capacidades estatais.

D) Seção metodológica

Explicitar na metodologia: sequência de etapas da pesquisa, unidade de análise, critérios de seleção de dados, período de coleta, software utilizado, limitações conhecidas. Condensar seções 2.1 e 2.2 focando apenas elementos diretamente relevantes.

E) Conclusão

A conclusão deveria: (a) consolidar achados respondendo à(s) pergunta(s) de pesquisa e avaliando quais expectativas teóricas foram confirmadas ou não; (b) discutir implicações normativas em três dimensões: democrática: isso fortalece ou enfraquece a accountability?; eficiência: ganha-se agilidade mas perde-se coordenação?; equidade: democratiza-se acesso ou aprofunda-se clientelismo? Explicitar essas tensões, mesmo sem resolvê-las, demonstraria maturidade analítica; (c) especificar uma agenda de pesquisa futura derivada desse problema, dos dados e de até onde este artigo pode ir (estudos qualitativos, comparados, de impacto).

Recomendação: major revision. O potencial de contribuição é alto e os dados são valiosos, mas o trabalho exige aperfeiçoamento metodológico profundo para alinhar-se aos padrões da RAP. Estamos à disposição para esclarecer este parecer.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: February 13, 2026

Comments to the authors:

Obrigado pela resposta ao parecer. As revisões foram, na minha avaliação, muito consistentes e melhoraram o manuscrito naquilo que era mais urgente, pois vocês ajustaram a linguagem para não prometer causalidade, explicitaram os limites metodológicos da pesquisa com mais clareza reorganizando a apresentação dos dados de modo mais claro.
A conclusão também ficou melhor ao explicitar as tensões normativas associadas às emendas obrigatórias.
Eu entendo sim como legítima a opção de manter o estudo no registro exploratório e descritivo, embora eu, como preferência analítica, visse maior ganho em um desenho com hipóteses testáveis e algum teste inferencial. Mas isso, de fato, seria outra pesquisa, com outro tipo de ambição explicativa.
Sugiro apenas um ajuste que considero importante para garantir que o resumo não deixe margem alguma para leitura causal. Ele precisa sinalizar, sem ambiguidade, que se trata de um estudo exploratório e descritivo.
Sugiro a vocês então um ajuste pontual na segunda frase do resumo para evitar conotação causal: “O estudo busca identificar os fatores que influenciaram a mudança institucional...” (como está). Como deveria ficar: “O estudo busca identificar fatores associados à mudança institucional...” (sugestão), ou “O estudo descreve fatores que acompanharam a mudança institucional...”. O verbo “influenciaram” sugere sim relação causal, enquanto o artigo “mapeia” associações temporais sem testar causalidade.

Essa pequena mudança alinhará o resumo ao rigor que vocês demonstraram na versão revisada. Os demais ajustes (remoção de “quantitativa”, troca de “resultados” por “análises”) estão de acordo.

Feito esse ajuste, da minha parte a recomendação é de aprovação, deixando aos editores a decisão final sobre a adequação do artigo ao escopo editorial da RAP.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Conti, T. V. (2026). Dois conceitos de políticas públicas baseadas em evidências. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0339. https://doi.org/10.1590/0034-761220250339

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Sónia Paula da Silva Nogueira, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, Portugal https://orcid.org/0000-0002-8675-6102

Ricardo Ceneviva, Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-5464-1119

One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: September 19, 2025

Comments to the authors:

Artigo interessante, porém creio que são necessários dois pontos a serem abordados para que sua contribuição seja, solidamente, relevante.

1) Um aspecto que considero insuficientemente tratado no artigo diz respeito ao pluralismo institucional e epistemológico. O texto propõe mecanismos como transparência ex ante, justificativas auditáveis e processos deliberativos reflexivos como salvaguardas contra vieses no uso das evidências. Essas medidas são importantes, mas partem de uma premissa implícita: a de que as instituições responsáveis por definir "o que conta como evidência" seriam razoavelmente plurais em termos de perspectivas políticas e metodológicas.

No entanto, em contextos como o brasileiro — em que a produção acadêmica e universitária parece ser majoritariamente homogênea do ponto de vista ideológico (com poucas exceções localizadas em um ou outro departamento) — há o risco de que essas instituições apenas repliquem, de forma transparente e justificável, um mesmo conjunto de pressupostos normativos. Mesmo que não se concorde com minha impressão (a própria ausência de uma pesquisa sobre a diversidade parece ser uma evidência...), o problema merece atenção. Em outras palavras, a transparência não garante neutralidade se os critérios são definidos por um grupo cognitiva e ideologicamente coeso. O resultado pode ser a legitimação de uma visão parcial como se fosse científica ou tecnicamente neutra, minando tanto a credibilidade quanto a legitimidade democrática da política baseada em evidências.

Nesse sentido, recomendo que o autor considere incorporar a questão do pluralismo como um critério de legitimidade científica e institucional. Isso poderia envolver:

- discutir como garantir diversidade metodológica e epistemológica nos comitês ou agências responsáveis;
- problematizar a hegemonia de determinadas tradições acadêmicas (como a predominância de certas orientações ideológicas nas universidades brasileiras);
- sugerir mecanismos de inclusão de vozes dissonantes (acadêmicas, políticas e sociais) nos processos de deliberação sobre evidências.

Essa reflexão não enfraquece a defesa da governança reflexiva da evidência — ao contrário, fortalece-a. Mostra que o reconhecimento do pluralismo é parte essencial de um desenho

institucional robusto, capaz de mitigar riscos de captura ideológica e de transformar a transparência em verdadeira accountability, e não em mera formalidade procedimental.

2) Além disso, o artigo tem como principal contribuição a distinção conceitual entre "evidência como restrição" e "evidência como preferência". Trata-se de uma taxonomia útil para organizar o debate, mas há um problema metodológico que merece atenção: a criação de taxonomias é sempre um exercício analítico e, portanto, outras classificações igualmente plausíveis poderiam ser propostas.

Nesse sentido, o texto carece de critérios que justifiquem por que essa taxonomia em particular deveria ser considerada mais sólida, robusta ou adequada do que outras possíveis. Preocupa-me que, sem tais critérios, a tipologia proposta seja percebida como um arranjo arbitrário ou excessivamente dependente da intuição do autor. Isso comprometeria sua força científica.

Recomendo que o autor discuta mais explicitamente:

- os fundamentos teóricos (em filosofia da ciência, teoria da decisão ou escolha pública) que sustentam essa distinção;
- os critérios de validade da taxonomia (ex.: capacidade de gerar hipóteses testáveis, de organizar casos empíricos, de clarificar debates existentes);
- e, se possível, ilustrações empíricas que mostrem que essa dupla distinção explica melhor os fenômenos do que taxonomias alternativas.

Essa discussão metodológica é necessária para transformar a tipologia em contribuição científica propriamente dita, distinguindo-a de uma classificação meramente arbitrária.

REVIEWER 2

Date review returned: November 23, 2025

Comments to the authors:

Report.

O artigo intitulado Dois conceitos de políticas públicas baseadas em evidências apresenta uma contribuição conceitual relevante e oportuna para o debate sobre o uso de evidências na formulação de políticas públicas (PP). O(s) autor(es) desenvolve(m) uma distinção analítica entre duas conceções concorrentes de PP baseadas em evidências (evidência como restrição e evidência como preferência), para além de argumentar de maneira consistente que a coexistência dessas abordagens está na raiz de muitos mal-entendidos e controvérsias no campo. A clareza dessa distinção, bem como a forma como é explorada ao longo do texto, constitui o principal mérito do artigo e demonstra domínio da literatura contemporânea sobre o tema.

O texto é bem escrito, articulado e fundamentado. Há evidente rigor argumentativo, e o autor mobiliza adequadamente obras de referência na filosofia da ciência, na avaliação de políticas e na literatura sobre evidence-based policy, incluindo os principais autores que discutem PP, demonstrando familiaridade com os debates internacionais mais sofisticados.

A contribuição teórica do manuscrito destaca-se justamente por oferecer um marco conceitual que permite qualificar o debate, evitando tanto idealizações metodológicas quanto críticas genéricas à "tecnocracia". Ao separar os papéis distintos que a evidência pode desempenhar no processo decisório, o artigo oferece uma lente útil para pesquisadores e gestores públicos refletirem sobre os limites e possibilidades da PB baseadas em evidências. No entanto, esta contribuição não está descrita no artigo. O(s) autor(es) deve procurar deixar claro o contributo do seu trabalho.

Alguns aspetos que no meu entendimento devem ser revistos. O primeiro diz respeito ao facto de quase não mencionar experiências, instituições ou debates nacionais relacionados ao uso de evidências na Administração Pública. Um segundo aspeto que é a explicitação do tipo de contribuição metodológica. O artigo assume uma posição claramente conceitual e analítica, mas não explicita ao leitor qual a abordagem metodológica que orienta essa construção teórica.

Dada a natureza tipológica da contribuição, o artigo beneficiaria da inclusão de um quadro comparativo ou síntese visual que contraste de forma direta as duas conceções de PP baseadas em evidências, suas implicações e suas limitações.

Também, embora o texto ofereça algumas implicações práticas, a seção final poderia aprofundar ainda mais a relação entre os dois conceitos e o desenho institucional da

governança da evidência, explorando como diferentes modelos influenciam mecanismos de avaliação, accountability e prestação de contas no setor público.

Na minha perspetiva o artigo tem problema que coloca em causa a aceitabilidade para publicação que diz respeito à ausência do método de análise. Não é mencionado qual o método conceitual usado, quais foram os critérios usados para estrutura a tipologia e como é que a análise foi feita.

Também, o(s) autor(es) afirma(m) que as conceções das PP baseadas em evidências são dificilmente conciliáveis, mas os argumentos sugeridos dependem fortemente de cenários específicos. Para mim isto consVtui um argumento insuficientemente demonstrado.

Aspetos ainda a considerar.

Pp. 4–5 (Introdução): i) Parágrafos excessivamente longos, que dificultam a leitura; ii) Algumas ideias são repetidas: a crítica à visão positivista aparece em duas formulações muito similares.

A repetição de ideia é frequente ao longo de todo o artigo. Sugiro leitura e revisão.

REVIEWER 3

Date review returned: November 23, 2025

Comments to the authors:

Thank you for the opportunity to read and evaluate the manuscript “Two Concepts of Evidence-Based Policy.” The paper addresses a very relevant topic for contemporary public administration and public policy: the different ways in which “evidence-based” (or “evidence-informed”) policy can be understood and institutionalized. Overall, the article is clearly written, well organized, and engages with important strands of the international literature. In my view, it has the potential to make a useful contribution to RAP’s readership after some significant, but feasible, revisions.

My overall recommendation is “accept with revisions.” More specifically, I see the contribution of the article primarily as clarifying and organizing an existing debate, rather

than offering a fully novel framework. This is not a weakness in itself. Conceptual clarification is an important academic task. However, this means that the paper's added value depends heavily on how precisely it positions its typology vis-à-vis existing classifications and how clearly it spells out the implications for public administration research and practice.

First, I encourage the authors to make more explicit how the proposed distinction between "evidence as constraint" and "evidence as preference" advances beyond typologies already found in the evidence-based / evidence-informed policy literature. The labels are intuitive and the ideal types are well constructed, but the reader would benefit from a short comparative discussion that shows more concretely: (a) how these two concepts relate to existing distinctions (e.g., evidence-based vs evidence-informed, instrumental vs symbolic uses of evidence, "what works" agendas, etc.); and (b) in what sense the proposed typology reorganizes, refines, or resolves ambiguities in those earlier classifications. Clarifying this point will strengthen the perception of contribution and originality.

Second, the article would gain from a slightly stronger and more explicit connection to the core concerns of public administration. The text already discusses governance of evidence and gives examples in health and education. It might go a step further by articulating more systematically what the two concepts imply for institutional design: for example, for evaluation agencies, advisory bodies, line ministries, and street-level bureaucracies; and for transparency and accountability arrangements. Making this link more explicit will help readers see how adopting one or the other conception of evidence-based policy changes the way organizations are designed and decisions are justified.

Third, in terms of exposition, the manuscript is generally clear, but I suggest some tightening. In a few passages, especially where the literature is being reviewed or the critiques of the "strict" EBP agenda are presented, the arguments become somewhat repetitive. A bit of editing for concision could improve readability and allow more space, if needed, to develop the comparative discussion mentioned above. The authors might also consider whether a small number of additional empirical illustrations—drawn from different policy sectors or national contexts—could help anchor the two concepts even more firmly in real-world practice.

Finally, as a theoretical and conceptual paper, the manuscript does not require a formal "Methods" section in the empirical sense. However, the current structure already outlines the analytical strategy (construction of ideal types, selective engagement with key literature, exploration of implications). A brief, explicit paragraph early in the paper, describing this strategy as such, could help readers coming from more empirically oriented backgrounds to understand what kind of contribution is being offered and what standards of evaluation apply.

In conclusion, I believe the paper is well aligned with RAP's scope and speaks to ongoing international and Brazilian debates about evidence use in public policy. With the revisions suggested above, it should be able to offer a clear and useful conceptual lens for scholars and practitioners interested in the design and governance of evidence-informed public action.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: November 18, 2026

Comments to the authors:

See the comments to the editor.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Lorenzo, M. F., Diniz, E. H., Flauzino, K., & Faria, L. A. S. de. (2026). National insights from local policy agendas: emerging patterns in municipal currencies in Brazil. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0420. https://doi.org/10.1590/0034-761220250420

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Adilson Giovanini, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brazil https://orcid.org/0000-0001-8948-1186

One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: November 5, 2025

Comments to the authors:

O artigo apresenta uma contribuição relevante ao discutir o papel das moedas sociais no desenvolvimento local dos municípios brasileiros, tema ainda pouco explorado na literatura

nacional e com potencial de diálogo tanto com a economia institucional quanto com a economia monetária. O foco em políticas de estímulo à circulação endógena de renda e inclusão financeira confere atualidade e pertinência à proposta. Contudo, o trabalho apresenta limitações teóricas e metodológicas que comprometem a robustez das conclusões e que poderiam ser superadas com alguns aprimoramentos.

Resumo

Não apresenta os principais resultados e contribuições de forma clara.

Introdução

Recomenda-se explicitar de forma mais precisa a definição de "moeda social" adotada no estudo, diferenciando-a de conceitos correlatos (como moeda complementar, moeda local e moeda solidária).

O objetivo do artigo "identificar os fatores que favorecem o surgimento de projetos de moedas municipais no Brasil, com foco no papel dos governos municipais na reformulação monetária e na integração entre transferências monetárias, moedas locais e políticas de reciclagem" é ambicioso e relevante. No entanto, o conteúdo empírico do trabalho não parece atingir integralmente essa meta.

A análise desenvolvida concentra-se, sobretudo, em caracterizar o perfil dos municípios que adotaram moedas sociais, com base em indicadores socioeconômicos e demográficos, mas não avança na identificação de fatores explicativos ou mecanismos institucionais que favorecem a adoção desses instrumentos. Além disso, o papel dos governos municipais é descrito de forma indireta, sem evidências empíricas sobre sua atuação concreta na "reformulação monetária" ou na articulação entre as diferentes políticas mencionadas (transferências, moedas locais e reciclagem).

Dessa forma, o objetivo é parcialmente alcançado. O artigo oferece uma boa descrição do fenômeno, mas não cumpre plenamente a promessa analítica de identificar fatores causais ou institucionais. Seria recomendável que o autor ampliasse a análise com variáveis e métodos que permitam testar empiricamente tais fatores.

Fundamentação teórica

A revisão de literatura é adequada para situar o fenômeno das moedas sociais no contexto brasileiro, mas ainda carece de maior densidade teórica. O artigo se beneficiaria da incorporação de contribuições da economia monetária clássica e institucionalista, que

discutem o papel da moeda como instituição social e como instrumento de organização territorial da produção e das trocas. Essa ampliação permitiria conectar a discussão das moedas sociais a um debate mais amplo sobre os efeitos locais da criação de meios de pagamento próprios e sobre a endogeneidade monetária.

Embora o artigo apresente contribuições originais ao mapear e classificar as moedas municipais a partir das agendas de governo, a fundamentação teórica permanece concentrada nas perspectivas de inovação social e políticas públicas locais. Dada a natureza do fenômeno estudado, que envolve a criação e circulação de instrumentos monetários próprios, seria recomendável incorporar referências da economia monetária clássica e contemporânea. Uma breve discussão sobre a função econômica e institucional da moeda, suas implicações territoriais e seus efeitos sobre a retenção de renda e o estímulo à economia local contribuiria para situar as moedas municipais dentro de um debate mais amplo sobre desenho monetário e política econômica.

Sugere-se dialogar com autores consagrados como Karl Polanyi, Georg Simmel, John Maynard Keynes, Hyman Minsky, Geoffrey Ingham e Bernard Lietaer, cujas abordagens podem oferecer uma base conceitual mais sólida para compreender os efeitos territoriais e sociais da moeda. Essa ampliação teórica permitiria compreender as moedas locais não apenas como inovações sociais, mas também como mecanismos alternativos de organização monetária e de fortalecimento da autonomia fiscal e produtiva municipal.

Metodologia e dados

Do ponto de vista empírico, o artigo apresenta uma limitação relevante: a ausência de testes estatísticos formais que permitam verificar se os municípios que adotam moedas sociais diferem significativamente dos demais. A comparação descritiva, embora ilustrativa, não é suficiente para sustentar as inferências apresentadas. Recomenda-se, portanto, a realização de testes de igualdade de médias (como o teste t ou Mann–Whitney) ou, preferencialmente, a estimativa de modelos de regressão que controlem por características estruturais dos municípios (como tamanho populacional, PIB per capita, localização geográfica e nível de urbanização).

Entre as possibilidades de análise inferencial, destacam-se:

• Teste t de diferença de médias entre grupos;

• Teste não paramétrico de Mann–Whitney para variáveis sem distribuição normal;

• Regressões logísticas simples, estimando a probabilidade de um município adotar moeda social em função de variáveis explicativas (PIB per capita, partido do prefeito, região, nível de digitalização, entre outras).

Esses procedimentos fortaleceriam a validade empírica dos resultados e permitiriam verificar se as diferenças observadas são estatisticamente significativas.

Além disso, recomenda-se esclarecer o critério de classificação dos municípios com moedas sociais, indicando as fontes utilizadas e o período de referência, bem como o tratamento dado a casos de descontinuidade dessas moedas.

O método de web scraping e busca por palavras-chave é inovador e valioso, mas depende fortemente da presença literal de termos como “moeda social” ou “banco comunitário”. É importante discutir o risco de falsos negativos, ou seja, casos em que programas municipais utilizem denominações equivalentes (por exemplo, “moeda digital de transferência de renda”) sem conter as palavras-chave buscadas. Uma estratégia possível seria realizar validação manual em uma amostra aleatória de municípios, a fim de verificar a taxa de omissão e aprimorar a confiabilidade do método.

Por fim, sugere-se discutir a representatividade e o escopo dos dados. Embora a amostra de 98 municípios seja relevante, ela é pequena em relação ao universo de mais de 5.000 municípios brasileiros. Assim, seria útil reconhecer eventuais vieses de seleção, como a maior probabilidade de registro por municípios grandes, digitalizados ou situados em determinadas regiões.

A padronização ou normalização dos indicadores utilizados também pode contribuir para maior comparabilidade entre unidades de análise.

Resultados e discussão

As seções de resultados e discussão não estão totalmente integradas. Os resultados são excessivamente descritivos, não sendo adequadamente amarrados com a literatura, e a discussão, por sua vez, introduz novos elementos teóricos sem dialogar diretamente com as evidências apresentadas na seção de resultados. Recomenda-se alinhar melhor ambas as seções, enfatizando as implicações dos resultados para o debate sobre inovação institucional e desenvolvimento local. Seria interessante, por exemplo, discutir se as características observadas nos municípios com moedas sociais corroboram ou contradizem as hipóteses sugeridas na literatura.

Recomenda-se ainda adotar uma linguagem mais cautelosa na interpretação dos resultados, evitando inferências de causalidade em situações em que há apenas correlação. O diálogo

entre os resultados empíricos e a literatura pode ser reforçado, buscando evidenciar de que modo as moedas sociais podem efetivamente afetar a dinâmica econômica local.

Conclusão e implicações

Na seção final, sugere-se que o autor amplie a discussão sobre as implicações de política pública dos resultados, destacando o potencial das moedas sociais para promover inclusão financeira, dinamizar circuitos econômicos locais e fortalecer laços comunitários.

Também seria desejável incluir uma breve reflexão sobre as limitações do estudo (como base de dados restrita, viés de seleção relacionado às palavras-chaves utilizadas, possiblidade de falso negativo, ausência de controle temporal ou variáveis omitidas) e indicar caminhos para pesquisas futuras, como análises longitudinais, estudos de caso qualitativos ou abordagens comparadas entre diferentes tipos de moedas locais.

Portanto, o artigo aborda um tema original e relevante, com potencial para contribuir ao debate sobre políticas locais e moedas sociais. Contudo, requer aperfeiçoamento teórico e metodológico antes de ser considerado para publicação. Com os ajustes sugeridos, especialmente a inclusão de testes estatísticos formais, o aprofundamento teórico e o reforço da clareza metodológica, o estudo poderá alcançar maior consistência e impacto acadêmico.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: February 10, 2026

Comments to the authors:

The authors have implemented the necessary revisions, and the manuscript is now suitable for publication. A final careful proofreading is recommended, with particular attention to the

following issue: the sentence “To address the risk of false negatives inherent in keyword-based approaches, three additional municipalities were identified in the literature and included through manual review - Carioquinha in Rio de Janeiro (RJ), Câmbio Verde in Itapetininga (SP) and Lixo que Vale Umuarama (PR) - resulting in a final sample of 98 municipalities.” requires clarification because it incorrectly refers to program names as municipalities. “Carioquinha,” “Câmbio Verde,” and “Lixo que Vale” are initiatives implemented within municipalities, not municipalities themselves. As written, this may mislead readers about the composition of the sample. The text should be revised to clearly distinguish the programs from their host municipalities to ensure geographic and conceptual accuracy.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Cabello, O. G., Moraes, G. H. S. M. de, Azevedo, R. R. de, & Casquel Junior, J. M. (2026). Innovation and efficiency in local tax administration: evidence from Brazil. *Brazilian Journal of Public Administration*, *60*, e2026–0007. https://doi.org/10.1590/0034-761220260007

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Juarez Paulo Tridapalli, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brazil https://orcid.org/0000-0003-1791-1807

Tiago Wickstrom Alves, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brazil https://orcid.org/0000-0001-9979-7133

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: February 19, 2026

Comments to the authors:

O texto abordou o tema de forma adequada. Faltou abordar um tema muito relevante nas administrações tributárias municipais, que é a questão politica. Devido a proximidade do governante da população muitas vezes decisões nos temas tributários, não são tomadas devido aos impactos sobre a questão eleitoral. Isto ocorre principalmente nas atualizações cadastrais dos impostos sobre a propriedade Urbana, devido ao desgaste politico que isto provoca. Isto tem contribuído para o baixo desempenho das administrações tributárias municipais. A falta deste tema não descarta o artigo para publicação. Portanto concluímos pela publicação do artigo, devido a relevância do tema junto aos municípios brasileiros

---

REVIEWER 2

Date review returned: February 24, 2026

Comments to the authors:

O artigo trata de um tema inovador, relevante e está ancorado em dois pilares: Dynamic Capabilities Theory (Teece et al., 1997) e Literatura de Public Sector Innovation (OECD; Osborne & Brown) que é coerente com o objeto (inovação administrativa em governos locais) e é teoricamente sofisticada para a área de finanças públicas municipais. Além disso, o avanço teórico proposto é consistente com a inovação tributária como capacidade dinâmica e eficiência como resultado de bundles de práticas complementares ou substitutivas

Como ponto de cuidado, o artigo afirma que inovação tributária é manifestação de dynamic capabilities, mas não há operacionalização explícita das três dimensões clássicas: Sensing; Seizing e Transforming.

O método é muito robusto ao combinar Three-stage (DEA), SFA adjustment, Malmquist index e fsQCA, alé, de estar bem justificado. Contudo, poderia ser destacado os possíveis vieses decorrentes da amostra final ser tão pequena, como problema de “many efficient units” e dados inflados. Também como sugestão de melhoria, poderia ser incluído uma análise de robustez com âncoras alternativas.

As análises estão completas, corretas e muito bem subsidiada no método aplicado, mas poderiam ser mais analíticas e mais explícita a vinculação com a teoria apresentada no artigo.

Além disso, o artigo promete avançar teoria sobre fiscal capacity, mas não mede fiscal capacity como construto mais amplo (legitimidade, autonomia política etc.). Um aspecto

relevante da análise é que ele mede eficiência arrecadatória e, portanto, contribui empiricamente para a compreensão da eficiência fiscal, porém, do ponto de vista teórico, a análise está apenas no nível operacional, não estrutural de state-building.

Em resumo, as principais qualidades do artigo são: integração metodológica sofisticada; aplicação inovadora de fsQCA em finanças públicas; contribuição clara para debate sobre inovação tributária; coerência geral dos argumentos analíticos

PEER REVIEW REPORT FOR:

Silva, Álvaro da, & Gomes, R. C. (2026). As causas do declínio e da extinção de organizações públicas: o estudo de caso da Fundap. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0457. https://doi.org/10.1590/0034-761220250457

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Beni Trojbicz, Universidade Federal do ABC, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0002-0537-8147
One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: November 18, 2025

Comments to the authors:

O caso é muito interessante e paradigmático e oferece espaço para desenvolver uma lacuna teórica relevante. No entanto, existem duas questões principais a serem enfrentadas:

1. As tradições teóricas são apresentadas como de igual importância, o que pode ser questionado, já que a teoria institucional é uma teoria de médio alcance enquanto as outras duas são de menor alcance. Nesse sentido, seria necessário elaborar uma leitura menos linear da relação entre essas teorias. Da mesma forma, as variáveis explicativas apresentam relação causal de interdependência, mas seria importante aprofundar a análise para entender se existe uma causalidade menos linear. Algumas sugestões de bibliografia para auxiliar na revisão do marco teórico, que pode ajudar na compreensão da relação entre as variáveis explicativas

a. A teoria institucional empregada é do campo sociológico e poderia se beneficiar do trabalho de Elizabeth S. Clemens et al., Politics and institutionalism: explaining durability and change. Ann. Rev. Sociol.(1999).

b. A teoria desenvolvida por Mahoney e Thelen (2010), no primeiro capítulo do livro Explaining Institutional Change também pode ser útil para modelar as mudanças endógenas institucionais.

2. A construção do caso apresenta diversas fragilidades, que precisam ser enfrentadas para gerar uma leitura robusta. Existem muitas formas de enfrentar a questão, que dependem do marco teórico utilizado. No momento, o estudo de caso poderia se beneficiar da inclusão de mais elementos, no sentido de esclarecer o processo causal que levou à extinção da Fundap. Algumas sugestões são incluir outros atores, bem como explicitar as legislações, as organizações que influem sobre a questão. Abaixo incluo alguns questionamentos sobre lacunas existentes no estudo de caso.

• P.14:

o Existia uma orientação partidária na Fundap, que se opunha à gestão do PSDB?

o Qual a razão para a transferência do Programa de Residência Médica?

o Disputa de contratos com consultorias e fundações, que eram mais flexíveis: esse novo contexto demandaria mudanças da organização, que não ocorreram. Porque? Houve algum tipo de discussão interna sobre como enfrentar esse novo contexto?

o Um inventário institucional poderia ajudar a entender o caso da Fundap considerando o conjunto de instituições, mostrando de forma mais concreta aspectos que podem ter influído no declínio da legitimidade da Fundap.

• P.16:

o Modelo de negócio Fundap, baseado em receitas de repasses de recursos públicos tinha conflito com orientação do governo estadual, ocupado pelo PSDB? AP gerencial é política do governo federal, como isso se relaciona à inserção política da Fundap no processo? É necessário maior detalhamento sobre como se deu essa questão para entender o processo.

• P.17

o Especificar melhor as novas regras de execução orçamentária e compras públicas, em comparação às regras anteriores

• P.19:

o Interferência política é explicada como influência partidária vs. Política de mérito tecnocrática anterior. É necessário corroborar essa posição cruzando depoimentos de pessoas em posições institucionais distintas.

Finalmente, há problemas na redação: O texto repete trechos das entrevistas como a do E4 e do E5 na p. 14 e na p.16, além de parágrafos inteiros nas p.15 e 17

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: February 7, 2026

Comments to the authors:

NA

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 3

REVIEWER 1

Date review returned: February 26, 2026

Comments to the authors:

N/A

PEER REVIEW REPORT FOR:

Rosa, E. F., Silva, R. R., & Najberg, E. (2026). Do ethical values influence quality of life? An analysis of 187 countries. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0533. https://doi.org/10.1590/0034-761220250533

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Ana Luísa Vieira de Azevedo, Centro Universitário Carioca, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0001-5713-3507

Diógenes Souza Bido, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0002-8525-5218

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: January 4, 2026

Comments to the authors:

By proposing a quantitative analysis of aspects of the ethics of quality of life within social quality of life, the article faces as its main challenge how to address objective quantitative

variables while simultaneously considering the subjectivity of social reality, which depends on the context under analysis. Therefore, it is suggested that the sections related to calculations and statistical tests be made more concise in order to create space for explanatory discussions that, in my view, would provide greater consistency to the study of the indicators and countries analyzed. I found the lack of contextualization—albeit brief—regarding the countries under analysis to be a limitation, particularly in terms of continents, political regimes, religious diversity, among other aspects. Additionally, the criteria used for selecting these countries, as well as the rationale for not performing groupings to account for such different realities, were not sufficiently explained. The section addressing missing data for certain indicators (Figure 1) would also have benefited from further clarification. I also believe that greater emphasis could have been placed on the weak relationship between public security indicators and the other indicators analyzed. Moreover, a summary table presenting the nomenclature of the indicators and their final results could be included to facilitate understanding by non-specialist readers. Finally, I suggest referencing Max Weber's The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism, which stands as a classical work and an important reference for studies of this nature.

REVIEWER 2

Date review returned: January 18, 2026

Comments to the authors:

Please, see the PDF attached.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: March 3, 2026

Comments to the authors:

All suggestions for theoretical and methodological revisions were considered, making the article more consistent and suitable for publication.

REVIEWER 2

Date review returned: February 17, 2026

Comments to the authors:

Please, see the PDF attached.

ROUND 3

REVIEWER 2

Date review returned: March 22, 2026

Comments to the authors:

Attached PDF with better format.
==========

The authors' responses have improved the article's clarity; however, some points require attention.

p.2 – Answers) “Suggestion: Reverse the arrows between the second-order construct and its dimensions.”
Comment: The authors agreed with the suggestion, but the implementation in the code was not done as suggested, see:

Second-order term
EVC <~ Freedom+ Order + CPI + PEC

The suggestion was to invert the relationships between the first-order constructs and the EVC construct, but it was kept as formative (<~) mode B.
To address the suggestion, it should be:

# Second-order term
EVC =~ Freedom+ Order + CPI + PEC

Suggestion 1: Run the model with (EVC =~ Freedom+ Order + CPI + PEC)

Suggestion 2: I hadn't thought about running Mode A (reflective) on the first-order constructs in R1, but it seemed like a good idea because it's not necessary to aggregate the collinear items (ad hoc solution).

# Formative measurement model (PLS-SEM mode A)
Freedom =~ FRE1 + FRE2 + FRE3
Order =~ ORD1 + ORD2 + ORD3 + ORD4+ ORD5
CPI =~ CPI1 + CPI2+ CPI3 + CPI4
PEC =~ PEC1 + PEC2 + PEC3
QoL_Ethics =~ QoL1 + QoL2 + QoL3+ QoL4+ QoL5

p.18-22) The heat maps turned out very well; I suggest just including one or two paragraphs commenting on these figures.

ROUND 4

REVIEWER 2

Date review returned: April 3, 2026

Comments to the authors:

ok, authors responded to the suggestions given in R2.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Silva, G. (2026). A quantitatively validated Latin American model for corruption risk detection in public procurement open data. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0356. https://doi.org/10.1590/0034-761220250356

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Antonio Felipe Oliveira Rodrigues, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brazil https://orcid.org/0000-0001-9582-7438
Fabiano Angélico, Università della Svizzera italiana, Lugano, Switzerland https://orcid.org/0000-0003-1796-2049
Rafael B. Velasco, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: November 5, 2025

Comments to the authors:

Há expressões que sugiro que sejam retirados do texto, como: "award-worthy scientific publication" e "There is a deficiency in the literature...". É interessante que o tom seja mais neutro e descritivo.

Cabe detalhar melhor como foi feita a harmonização dos dados entre os três bancos de dados utilizados. Isto contribui para a replicabilidade do estudo

Importante apresentar nos resultados não só as médias, mas a variabilidade, significância estatística, entre outras análises estatísticas para dar robustez ao resultado.

Sugiro também, se possível, que seja demonstrado o resultado numérico estratificado por país

---

REVIEWER 2

Date review returned: November 27, 2025

Comments to the authors:

The article offers valuable insights into the relationship between open data and public sector corruption control, particularly regarding procurement processes and the effective reuse of open government data.
However, three key aspects warrant further development. First, the paper occasionally refers to corruption in general terms without clearly specifying that its scope is limited to one particular public administration process: public procurement. This distinction is essential for appropriately framing the study's contributions and limitations.
Second, the theoretical framework requires more robust elaboration. While the paper claims to rely heavily on theory, it provides only brief references to information asymmetry and poor supervision (principal-agent framework) and a cursory mention of systemic corruption (institutional economics). A more thorough discussion of these theoretical constructs would strengthen the analytical foundation.
Third, the indicators need a more detailed explanation. For instance, the paper introduces an indicator measuring procurement process timeframes to identify potentially abbreviated

procedures, yet fails to specify what constitutes a "short" period. Similar clarification would benefit other indicators as well.

Despite these limitations, the paper makes a significant contribution to the field and would be substantially enhanced by addressing these theoretical and methodological considerations.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: January 7, 2026

Comments to the authors:

The requested revisions have been duly implemented.

REVIEWER 2

Date review returned: January 12, 2026

Comments to the authors:

Although additional paragraphs address the theoretical foundations, coherence remains lacking. For instance, the principal-agent (P-A) theory is not adequately described. The manuscript states that P-A theory “gives a way to look at buying at the micro-level (..)” and “says that people might be able to get what they want when they go shopping.” However, P-A theory is not fundamentally about purchasing or the ability to buy. Instead, it concerns incentive structures, rational choice, information asymmetry, monitoring, and sanctioning powers (see foundational authors such as R. Klitgaard and S. Rose-Ackerman). Additionally, there are typos (e.g., the public is not the “owner,” but the principal).

The indicators are now explained more clearly, but references are still insufficient. For example, while one indicator is now described as “based on national procurement regulations

and OECD guidelines," there is no citation of a specific procurement regulation or international guideline. Including a footnote with precise references would address this gap. Moreover, several typos impede readability. For instance: "…value of changes made to the contract after its contract as a percentage of the original value" (perhaps this should read "after the contract is awarded" or "after the contract is signed"); or "The LAIRM that is built on reacting to the world makes sense because people work together in groups" (it may be clearer as "LAIRM, that is built on reacting to the world, …").

The paper requires a second round of revision before it can be considered suitable for publication.

ROUND 3

REVIEWER 2

Date review returned: February 3, 2026

Comments to the authors:

The improvements in the latest version, especially in clarifying methodological choices and correcting textual errors, are evident.

ROUND 4

REVIEWER 3

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 5

REVIEWER 3

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Santos Júnior, D. de B., & Brinkhues, R. (2026). America's AI action plan and global governance: convergences, divergences, and theoretical implications. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0584. https://doi.org/10.1590/0034-761220250584x

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brazil https://orcid.org/0000-0002-3116-2585

Uirá Sorbo Semeghini, Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0002-5876-3292

One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Date review returned: December 20, 2025

Comments to the authors:

Dear Authors,

The research topic is fascinating and has great potential for further development.

However, you should improve some significant theoretical and methodological weaknesses.

I hope this report is helpful to you.

Yours sincerely,

Reviewer.

The following aspects should be improved:

GENERAL
Avoid paragraphs consisting of only three lines, as they make the text fragmented.
Use acronyms consistently: define them the first time they appear, but do not repeat their full form thereafter (e.g., artificial intelligence).

THEORETICAL FRAMEWORK
Core arguments must be properly supported by the literature, such as:
“The document is premised on the notion that technological supremacy is a matter of national security and, therefore, must be achieved through policies that accelerate innovation, strengthen infrastructure, and ensure diplomatic and military prominence in the international AI ecosystem. Inspired by narratives such as the space race, the AAP frames technological competition in AI as a watershed moment capable of reshaping the global balance of power, directly impacting the economy, and influencing international regulatory standards” (p. 5).

It is essential to clearly present/justify the selection of the following dimensions for discussing the pillars of the AAP: accountability, sustainability, and multilateralism.

METHOD

Several methodological decisions require clearer justification based on well-supported literature:

• Why were only articles published from 2020 onwards considered?

• Why were related terms to artificial intelligence, such as “machine learning” or “large language model,” not included?

• Why were citation counts specifically selected if the article focuses on thematic relevance? More recent articles tend to have fewer citations; therefore, the information presented in Figure 1 may be biased. How was this issue addressed? I strongly suggest to review these procedures.

I suggest using the flowchart of Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses (PRISMA) to clearly illustrate the article selection process: https://www.prisma-statement.org/prisma-2020-flow-diagram

DATA ANALYSIS

The countries of origin of the analyzed articles should be explicitly presented.

Present a broader and deeper analysis.

CONCLUSION

The opportunities and challenges should be more thoroughly discussed, along with potential avenues for future research.

REVIEWER 3

Date review returned: January 2, 2026

Comments to the authors:

Artigo interessante, tema atual e consistente com novos desafios de gestão pública, infraestruturas, segurança e geopolítica. Minha opinião aprovado.

ROUND 2

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Date review returned: March 1, 2026

Comments to the authors:

Dear Authors,

This last version presents a significant evolution from the first one.

All recommendations were successfully incorporated into the text, so I have no more suggestions for improving the paper.

Thank you for your attention! I hope that my report helped you to reach your achievements.

Yours sincerely,

Reviewer.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Santos, C. J. dos, Takamatsu, R. T., & Cruz, C. F. da. (2026). Formalização e estressores de papel no controle interno municipal: independência e desempenho. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0575. https://doi.org/10.1590/0034-761220250575

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628
Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

Saulo Augusto Félix de Araújo Serpa, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2682-9530
One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: February 4, 2026

Comments to the authors:

Prezado Autor,

O artigo é bem escrito e a pesquisa é relevante para o desenvolvimento científico na área. Entretanto, faz-se necessário realizar pequenos ajustes nos seguintes tópicos: ortografia, referências, afirmações estatísticas e desenvolvimento teórico. Cada um deles será apresentado separadamente.

Ortografia

O1 - P. 8, linha 51: "por escritos" - retirar plural

O2 - P. 10, linha 12: "parâmetros Fornell, & Larcker, 1981" - abrir parênteses e retirar vírgula

O3 - P. 14, linha 10, coluna Desempenho: o "." utilizado no numeral 66.786 é um separador de milhar ou de decimal?

O4 - P. 15, linha 31: "pressões político administrativas." - incluir hífen

Referências

R1 - Azevedo, T. K. G. N., Leitão, C. R. S., & Callado, A. A. C. (2019). Functions of municipal
comptroller offices: a study among city halls from Pernambuco State.
Administratie si Management Public, (32), 139-155.
https://doi.org/10.24818/amp/2019.32-10
Link não disponível

R2 - Gregson, T, Wendell, J & Aono, J. 1994. Role Ambiguity, Role Conflict, and Perceived Environmental Uncertainty: Are the Scales Measuring Separate Constructs for Accountants?. Behavioral Research in Accounting, vol. 6, pp. 144-159.
https://doi.org/10.19030/jabr.v10i2.5944
Referência incompatível com DOI

R3 - Hair Jr, J. F., Sarstedt, M., Ringle, C. M., & Gudergan, S. P. (2017). Advanced issues in
partial least squares structural equation modeling. saGe publications.
DOI não indicado

R4 - Kalbers, L. P., & Cenker, W. J. (2008). The impact of exercised responsibility,

experience, autonomy, and role ambiguity on job performance in public accounting. Journal of Managerial Issues, 327-347. https://doi.org/10.1108/02686900710741928
Referência incompatível com DOI

R5 - Hair Jr, J. F., Sarstedt, M., Ringle, C. M., & Gudergan, S. P. (2017). Advanced issues in partial least squares structural equation modeling. saGe publications.
DOI não informado

R6 - Palomino, M. N., & Frezatti, F. (2016). Role conflict, role ambiguity and job satisfaction: Perceptions of the Brazilian controllers. Revista de Administração (São Paulo), 51, 165-181. https://doi.org/10.5700/rausp1232
Link não disponível

R7 - Podsakoff, P. M., Williams, L. J., & Todor, W. D. (1986). Effects of organizational formalization on alienation among professionals and nonprofessionals. Academy of management journal, 29(4), 820-831. https://doi.org/10.5465/255948
Link não disponível

R8 - Ravanello, R. P., Tolotti, C., Soares, A. R., & Gregori, R. (2021). Funções das controladorias municipais: um estudo nos municípios da associação dos municípios do centro do Estado do Rio Grande do SUL-AMCENTRO/RS. Revista Científica da Ajes
DOI não informado

Além disso, há trechos em que há afirmações sem a devida referência, uma vez que não são informações geradas pela presente pesquisa. A saber:
R9 - P. 2, linhas 23-30: "Em contextos municipais (...) dos controles" - falta referência
R10 - P. 3, linhas 5-10: "Em estruturas organizacionais (...) conflitantes" - falta referência
R11 - P. 5, linhas 6-14: "Aplicado ao setor público (...) técnicas de controle" - falta referência
R12 - P. 6, linhas 43-47: "Em controles (...) comprometendo o desempenho" - falta referência

Afirmações estatísticas

E1 - Há trechos em que o autor afirma que uma determinada variável é responsável por um efeito em outra.

No trecho da p. 7, linhas 19-25, há uma afirmação questionável. Não é possível extrair lógica causal da presente pesquisa, apenas correlação. Também não foram apresentadas proxys ou argumentos capazes de ligar governança, integridade e accountability.

Sugiro reformular o texto que apresenta a ilustração do modelo de estudo.

E2 - Na p. 16, linha 3 afirma-se que Conflito e Ambiguidade reduzem a Independência. Sugere-se cautela ao fazer uma afirmação que indique causalidade entre variáveis. Ao invés disso, é prudente mencionar que os resultados oferecerem suporte estatístico para o modelo proposto, o qual indica associação entre as variáveis.

Desenvolvimento teórico

T1 - Na p. 4, linhas 7-14, sugere-se apresentar a pergunta de pesquisa em formato literal de pergunta, com uma sentença interrogativa.

T2 - Em vários momentos do artigo, as expressões "controle interno" e "auditoria interna" são utilizadas como sinônimas. Faz-se necessário incluir texto trazendo a diferença entre controle interno e auditoria interna.

O público da pesquisa é composto apenas por auditores internos ou por gestores de controles internos e riscos, segundo o modelo das três linhas difundido pelo The IIA ?

Deixar isso explícito na metodologia também.

T3 - Na p. 9, linhas 19-30, as perguntas apresentadas carecem de um encadeamento argumentativo para comporem o constructo "desempenho". É necessário apresentar argumentos de como a autossatisfação pode construir uma proxy de desempenho.

Sem mais por ora.

Aguardo devolutiva.

REVIEWER 2

Date review returned: February 8, 2026

Comments to the authors:

Dear Authors,

The manuscript presents relevant contributions; however, there are a few points that would benefit from further consideration and development.

First, although the authors correctly acknowledge that the sampling strategy is non-probabilistic and based on convenience and self-selection through an online survey, the discussion of these issues could be further expanded. In particular, self-selection bias deserves more explicit attention, as it is plausible that professionals who are more engaged in internal control activities, or who perceive stronger organizational problems, may have been more inclined to participate in the survey. Clarifying how this potential bias may affect the generalizability of the findings to the broader population of Brazilian municipalities would strengthen the manuscript.

Another aspect that is not sufficiently explored concerns the perceptual nature of the measures employed. All core variables rely on self-reported data, which may increase susceptibility to social desirability bias, even though the authors have adopted procedural remedies to mitigate this issue. It is therefore recommended that this limitation be more explicitly acknowledged in the text. Additionally, the discussion could be enriched by outlining possible directions for future research, such as triangulating survey data with institutional sources (e.g., formal regulations or organizational documents), as well as incorporating external evaluations or more objective indicators of internal control performance.

Finally, issues related to directionality and causality could be more clearly addressed. The cross-sectional design of the study naturally limits causal inference, even though the proposed theoretical model is plausible and well grounded. In this regard, it would be important to explicitly recognize the possibility of reciprocal relationships—for instance, perceived performance influencing perceptions of role conflict or ambiguity—and to suggest

longitudinal studies as a way to assess the temporal stability and directionality of the estimated effects.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: March 11, 2026

Comments to the authors:

De acordo com as alterações.

REVIEWER 2

Date review returned: March 8, 2026

Comments to the authors:

Since my suggestions have been thoughtfully addressed and properly reflected in the manuscript, I am satisfied that it is now ready for submission.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Sengik, A. R., & Maçada, A. C. G. (2026). Nudges e processos cognitivos na administração pública: revisão sistemática e agenda de pesquisa. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0227. https://doi.org/10.1590/0034-761220250227

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628
Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

Damasio Duval Rodrigues Neto, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, RS, Brazil https://orcid.org/0000-0002-0537-8147
One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Date review returned: December 5, 2025

Comments to the authors:

Prezado(s)/a(s) autores/as,

Primeiramente, parabenizo-o(s) pelo trabalho. Acredito que o artigo pode trazer contribuições relevantes para o campo da Administração Pública.

Como pontos positivos, considero que o artigo consegue situar o leitor acerca de o que é a abordagem das intervenções nudges, e a introdução cumpre satisfatoriamente o papel de apresentar os quesitos básicos da pesquisa: tema central, questões, objetivo e o porquê de o artigo ser relevante. Parabenizo pela preocupação em elaborar a relevância para além da simples "lacuna", demonstrando porque a lacuna deve ser "preenchida".

Ademais, o texto está bem estruturado e a apresentação e discussão dos resultados na subseção 4.1 é extremamente elucidativa, proporcionando a "visão holística", conforme colocado na introdução. É o ponto alto do artigo.

Como aspectos a serem aperfeiçoados, aponto três questões fundamentais:

1) Em uma rápida pesquisa no repositório Scielo, é possível identificar que outros artigos recentes, publicados em periódicos nacionais, sobre a abordagem das intervenções nudge, incluem discussões conceituais mais amplas, situando a abordagem diante dos campos da economia comportamental e da administração pública (por exemplo, Correa, Ames e Zappellini, 2022). Esta construção conceitual enriqueceria muito o artigo e proporcionaria maior compreensão do/a leitor/a acerca do tema central do artigo. Assim, sugiro que seja realizado um maior desenvolvimento do conceito de "nudges", para além do curtíssimo parágrafo que foi dedicado para tal, logo no início do texto;

2) Enquanto que a subseção 4.1 é o ponto alto do artigo, a subseção seguinte (4.2) é muito mais curta e fica significativamente comprometida em relação ao que veio antes. Esta subseção se resume a descrever de forma muito sucinta os achados de algumas pesquisas. Sugiro desenvolver mais esta subseção, explicando porque essas pesquisas foram selecionadas para serem comentadas em específico. Caso não haja conteúdo para desenvolver esta subseção de forma comparável à subseção anterior, cabe rever se a base de dados da revisão realmente oferece recursos para responder à questão de pesquisa nº 2, sobre futuras agendas de pesquisa;

3) O texto necessita de atenta revisão gramatical, pois o uso irregular de vírgulas por vezes compromete a clareza textual. Além disso, identifica-se inconsistências no uso de crases e na concordância nominal e verbal. Por exemplo, o texto da questão de pesquisa nº 1, embora possa ser compreendido, precisa ser corrigido quanto à concordância nominal.
4) Na página 15, há menção à categorização da temas e intervenções "por meio da análise de conteúdo", porém, não há nenhuma explicação sobre como foi feita esta análise;

Sugiro que, caso o texto seja reformulado e fique demasiadamente longo, o conteúdo atual da seção de metodologia possa ser sintetizado.

Referência:
CORREA, Ana Luize; AMES, Maria Clara F.; ZAPPELLINI, Marcello B. Nudge Policies in COVID-19 Context: a necessary action or ethical dilemma?. Revista de Administração Contemporânea, v. 26, n. 5, p. 210033, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rac/a/dp9fFs98Zmfwcj4CyvLdtWm/?lang=en. Acesso em: 02 dez. 2025.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: March 1, 2026

Comments to the authors:

Gostei bastante de ler esta nova versão do artigo. A introdução melhorou consideravelmente e a fundamentação teórica está muito mais completa e informativa. O texto cumpre bem o papel de ajudar o leitor a compreender o que são nudges, como funcionam e quais são suas potenciais aplicações na administração pública. As análises bibliométricas e sua discussão ficaram mais aprofundadas e claras, e a seção de agenda de pesquisa também avançou em termos de consistência e utilidade.
O principal ponto que ainda requer ajuste está na análise bibliométrica de coocorrência de palavras-chave. As palavras behavioral (inglês americano) e behavioural (britânico) precisam ser padronizadas antes das análises. É necessário informar ao software que se trata

de sinônimos; caso contrário, ele as tratará como termos distintos. Softwares como o bibliometrix permitem esse ajuste de forma simples. Sem essa padronização, as análises apresentadas na Figura 2 ficam comprometidas. É necessário refazer a análise após o ajuste, o que exigirá também revisar a Tabela 3 e a discussão correspondente na página 15.

Pontos menores:

O título traz “Agenda Pesquisa”. O correto é “Agenda de Pesquisa”.

A expressão “passou a ocupar posição na discussão” está vaga no abstract. Sugiro explicitar qual posição, por exemplo, se é central ou outra.

No abstract, o número de artigos mencionado deve corresponder ao número efetivamente analisado na parte bibliométrica. Pelo texto, entendi que seriam 11. Peço confirmar e ajustar, se necessário.

Na Figura 2, alguns círculos aparecem com etiquetas cortadas, como “public administrat”, ou sem etiqueta visível, como o círculo entre “evaluation” e “behavior change”. É importante garantir que todos os termos estejam completos e legíveis.

Erros pontuais de redação

“sem recorte temporal em relação ao anos de publicação” → “aos anos de publicação”.

“public instituion” (Tabela 2) → “public institution”.

Problema de estrutura frasal: “Buscando atender ao objetivo principal deste estudo, de identificar e sintetizar..., Este estudo de revisão visa responder...”. Há uma quebra sintática que precisa ser corrigida.

“das intervenções exclusivamente voltada aos cidadãos” → “voltadas aos cidadãos”.

No abstract em inglês, “The approach of nudge-type interventions” soa pouco natural. Sugiro: “Nudge-type interventions have become central…”.

Mesmo em português, o início do resumo ficaria mais fluido como: “As intervenções do tipo nudge se tornaram centrais…”.

REVIEWER 2

Date review returned: February 26, 2026

Comments to the authors:

Novamente, parabenizo os/as autores/as pela elaboração do artigo e pela revisão, que traz avanços importantes. Praticamente todas as sugestões mais substanciais propostas pelos/as revisores/as foram atendidas.

Logo no resumo, percebe-se adesão aos valiosos comentários do Revisor 1, o que contribui para a apresentação do artigo e produz consistência na terminologia utilizada.

O Capítulo 1 traz uma melhor definição da "lacuna" à que se faz referência. Este capítulo introdutório também é muito eficiente em contextualizar acerca das intervenções do tipo nudge e seu potencial como recurso em processos decisórios nas organizações públicas, propiciando uma transição fluida para o capítulo seguinte.

O Capítulo 2 dedica maior atenção ao campo da Administração Pública Comportamental, embora a apresentação siga sucinta, ocupando cerca de uma página. Tal estruturação torna difícil o aprofundamento de temas e questões que são colocados de forma um tanto quanto vaga, como, por exemplo, a afirmação constante da p. 10: "Esses vieses podem comprometer a qualidade das decisões, mesmo em ambientes organizacionais formalmente estruturados e regulados". Neste caso, não é explicado porque os "vieses podem comprometer…". Mesmo assim, trata-se trata de uma apresentação satisfatória dos temas específicos mais pertinentes ao artigo.

A segunda questão de pesquisa está agora muito mais desenvolvida, promovendo fluidez e equilíbrio nas respostas às duas questões. Quanto à análise da segunda, destaco a conclusão pela conveniência de se "deslocar o foco da literatura de intervenções do tipo nudge pontuais para uma abordagem mais integrada", o que pode contribuir para avanços teóricos, generalização de achados e consolidação de uma agenda de pesquisa que, como demonstra o artigo, ainda é pouco explorada.

Assim, o artigo revisado traz mais e melhores informações, partindo de uma base de dados expandida e contando com melhores conceituações, desde a introdução, o que facilita a apresentação dos achados e conduz à construção de tipologias e categorias analíticas promissoras.

Somente recomendo uma "Pequena revisão", referente a trechos pontuais, em que o manuscrito parece carecer de coesão textual, além de brevíssimas sugestões sobre o conteúdo em si:

1) Na p. 9 do pdf, o texto entre as linhas 15-17 deixa incerta qual "estudo difere de revisões anteriores": o artigo citado logo anteriormente, ou o artigo que está sendo avaliado?

2) Na p. 13, a primeira frase da subseção 3.1 parece incompleta;

3) O parágrafo entre as pp. 19-20 parece partir do pressuposto de que os estudos sobre políticas públicas vinculam-se necessariamente a pesquisas sobre aspectos externos às organizações públicas, como comportamento individual. Embora exista de fato uma lacuna relativa à investigação de como as políticas públicas são absorvidas dentro do ambiente das organizações, o campo de estudos sobre políticas públicas não se vincula necessariamente a um desses tipos de pesquisa. Portanto, seria interessante reformular o parágrafo ou explicar mais detalhadamente o argumento que está sendo desenvolvido;
4) A discussão sobre acoplamento bibliográfico, na subseção 4.1, apresenta os resultados de forma demasiado sucinta. Seria interessante, por exemplo, ao menos citar quais são as três proposições de Kasdan (2020) e quais são as duas proposições de John (2013).
Por fim, parabenizo pelo trabalho mais "braçal" de revisão e, especialmente, pela análise qualitativa aprofundada dos resultados, convertendo os achados bibliométricos em insights e categorias extremamente interessante e relevantes para investigações na área da Administração Pública.
Caso sejam feitas esses ligeiros ajustes, acredito que o artigo estará plenamente adequado à publicação.
Atenciosamente,

ROUND 3

REVIEWER 1

Date review returned: March 17, 2026

Comments to the authors:

Todos meus comentários foram endereçados.
Parabéns os autores pelo bom trabalho. O artigo contribuirá para a discussão sobre nudges no setor público.

REVIEWER 2

Date review returned: April 2, 2026

Comments to the authors:

Prezados/as autores/as,

Novamente, parabenizo-os/as pelo artigo. A versão revisada mais recentemente atende a todas as recomendações dos revisores, trazendo uma importante síntese de temas de pesquisa, tipos de intervenção e observações sobre sua utilização nas organizações públicas. Breves ajustes, como a especificação mais nítida, no resumo, do número de artigos considerados para a análise qualitativa, e o aperfeiçoamento da legibilidade da Figura 2, habilitam mais facilmente o entendimento dos métodos empregados e da análise que foi feita. Especialmente, o esforço de mapeamento de uma literatura ainda relativamente pouco explorada, após a demonstração de que se trata efetivamente de uma lacuna teórica, contribui muito para a visualização dos temas abordados nas pesquisas correspondentes e poderá guiar novos estudos sobre nudges.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Ribeiro, F. W., Fontenele, R. E. S., Rodrigues, F. M., & Medeiros, M. F. P. de. (2026). Assessing the relationship between sustainability and regional competitiveness in the Brazilian context. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0173. https://doi.org/10.1590/0034-761220250173x

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

Adilson Giovanini, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brazil https://orcid.org/0000-0001-8948-1186

One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Date review returned: January 14, 2026

Comments to the authors:

The article addresses a relevant and contemporary topic for the fields of Public Administration and Regional Development by empirically analyzing the relationship between sustainability and competitiveness at the municipal level in Brazil. This agenda is central to the international debate and remains underexplored using subnational data in Global South countries, which confers relevance and potential contribution to the study.

The manuscript is well structured, internally coherent, and based on a comprehensive empirical dataset, in addition to the consistent use of multivariate statistical techniques. The choice of Brazil as the empirical object is particularly appropriate, given the country's profound territorial, institutional, and socioeconomic heterogeneities, which enhances the analytical and applied relevance of the findings for public policy design.

Overall, the study has academic merit and publication potential. However, considering the high standards of the Revista de Administração Pública, several conceptual, methodological, and interpretative limitations need to be addressed more rigorously prior to a possible acceptance.

1. Introduction

The introduction adequately presents the topic, motivation, and overall objective of the study. However, the research problem could be formulated in a more precise and analytically ambitious manner, explicitly stating which specific theoretical gap the article intends to fill, beyond the empirical identification of an association between sustainability and competitiveness.

Although the manuscript claims to contribute to the literature by using municipal-level data and by articulating sustainability and competitiveness, the theoretical and analytical innovations could be more clearly articulated, particularly regarding: a) How the study advances beyond previous works that also rely on composite indices; b) To what extent the results generate new theoretical insights for the field of Public Administration, rather than merely providing additional empirical evidence.

It is also recommended that the year of analysis be explicitly identified, both in the abstract and in the introduction, as this information is currently not clearly stated.

2. Theoretical Framework and Methodological Procedures

A critical issue in the article concerns the implicitly assumed causal relationship between sustainability and competitiveness. Although the text suggests that sustainability "influences" competitiveness, the causal mechanisms underpinning this relationship are not sufficiently developed in a clear and consistent manner. This theoretical gap raises an important concern: to what extent do the estimated results reflect a substantive causal relationship rather than a spurious association between composite indices? This represents the main limitation of the study and requires careful attention by the authors.

Given that sustainability and competitiveness share common structural determinants (such as income levels, institutional capacity, and productive structure), it is essential that the article more clearly explains:

• The proposed causal channels;

• Why the direction of the relationship runs from sustainability to competitiveness (and not the reverse);

• How the theoretical framework mobilized supports this empirical choice.

The use of indices produced by civil society organizations (ICS and CLP) is valid and widely accepted in applied research. Nevertheless, given the centrality of these indicators to the empirical results, a more critical discussion of their limitations is recommended, including:

a) Potential normative and methodological biases inherent in the construction of the indices;

b) The risk of endogeneity, since components of the sustainability and competitiveness indices may capture similar dimensions (such as institutions, education, governance, and social inclusion), potentially inflating the observed correlations. The procedures adopted to address overlapping dimensions should be explicitly discussed.

The methodological strategy is, in general, well structured, combining Exploratory Factor Analysis (EFA), multiple linear regressions, and Canonical Correlation Analysis (CCA). However, given the inferential claims made, several issues warrant further attention:

• The cross-sectional nature of the data severely limits any causal inference, a point that should be more explicitly acknowledged and discussed;

• Diagnostic tests for the regression models are not clearly reported, particularly with regard to the detection and treatment of heteroskedasticity.

It is recommended that the authors strengthen causal identification (currently the main weakness of the article) through additional strategies, such as structural equation models, plausible instrumental variables, or at least systematic robustness and falsification tests. These procedures are particularly relevant given the risks of endogeneity and spurious correlation between sustainability and competitiveness. Special attention should be given to the procedures and safeguards adopted to ensure that the estimated relationships are not spurious.

Additionally, the exclusion of central SDGs (such as poverty, inequality, and innovation), although methodologically justified, is conceptually sensitive, especially in Global South countries, where competitiveness is often associated with natural resource abundance and specialization in primary products. It is recommended that the authors: a) Discuss more thoroughly the implications of this exclusion; b) Consider alternative robustness analyses, such as EFA with theoretical constraints or even an exploratory confirmatory factor analysis (CFA).

3. Results and Interpretation

The results are presented clearly and in an organized manner. However, in some instances, the analysis tends to be overly descriptive, with limited critical engagement with theoretical literature.

4. Limitations and Scope of the Findings

Although some limitations are mentioned, it is recommended that they be stated more systematically, including:

• The impossibility of establishing causality with cross-sectional data;

• The absence of relevant control variables (productive structure, fiscal dependence, administrative capacity);

• The restriction of the sample to municipalities with more than 80,000 inhabitants, which limits the generalizability of the findings.

In sum, the manuscript demonstrates academic quality, thematic relevance, and strong alignment with the scope of the Revista de Administração Pública. The suggested revisions

are substantial but do not compromise the core structure of the study. With the recommended adjustments, particularly regarding the explicit articulation of causal mechanisms, methodological robustness, and deeper interpretative analysis, the article has strong potential to contribute to both academic debate and public policy formulation in Brazil and other Global South countries.

ROUND 2

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Date review returned: March 13, 2026

Comments to the authors:

The authors addressed the improvement suggestions presented in the previous round of review. The revisions contributed to enhancing the manuscript, so that the article Assessing the Relationship Between Sustainability and Regional Competitiveness in the Brazilian Context is suitable for publication.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Barbosa, F. R., & Lima, D. V. de. (2026). Resiliência fiscal dos estados brasileiros: uma proposta metodológica aplicada como subsídio à atuação preventiva dos Tribunais de Contas. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2026–0024. https://doi.org/10.1590/0034-761220260024

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

The reviewers did not authorize the disclosure of their identities.

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: February 3, 2026

Comments to the authors:

O manuscrito é bem estruturado, demonstra domínio da literatura sobre Condição Financeira Governamental e resiliência fiscal e apresenta uma proposta metodológica coerente para organização de indicadores fiscais em um rating sintético. Todavia, do ponto de vista científico, o trabalho enfrenta uma limitação central: os resultados apresentados não configuram, propriamente, evidência empírica no sentido estrito, mas sim a construção e ilustração de um modelo analítico.

A Análise de Componentes Principais é utilizada de forma adequada para reduzir dimensionalidade e estruturar indicadores, porém não é acompanhada de testes que permitam avaliar validade externa, capacidade explicativa, poder preditivo ou impacto institucional do rating proposto. Não há hipóteses testadas, nem comparação sistemática entre o modelo e eventos fiscais efetivos (crises, regimes de recuperação fiscal, intervenções federais, alertas prévios dos TCs etc.).

Ademais, as conclusões atribuem ao modelo um potencial transformador da atuação dos Tribunais de Contas que não é empiricamente demonstrado no artigo. A afirmação de que o rating viabiliza a transição da fiscalização reativa para a vigilância antecipada permanece, no estado atual do manuscrito, em nível normativo e prescritivo.

Diante disso, recomenda-se uma revisão substantiva, com escolha clara entre dois caminhos:

(1) Reforçar o caráter científico do estudo, incorporando testes empíricos adicionais (por exemplo, validação temporal, associação entre ratings e crises fiscais observadas, análise de capacidade preditiva ou evidências de uso institucional); ou
(2) Assumir explicitamente o caráter metodológico/aplicado do trabalho, reposicionando-o como proposta de ferramenta de apoio ao controle externo, com revisão das pretensões analíticas e das conclusões.

A indefinição atual entre pesquisa científica e proposição normativa fragiliza a contribuição do artigo e dificulta sua avaliação dentro dos critérios de originalidade e rigor empírico exigidos.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: April 9, 2026

Comments to the authors:

O manuscrito apresenta avanços relevantes em relação à versão anterior, sobretudo no que se refere ao seu enquadramento epistemológico e à moderação das pretensões analíticas. A leitura da carta-resposta e do texto revisado indica que os autores acolheram, em boa medida, a principal crítica formulada na rodada anterior: a inadequação entre o desenho metodológico do estudo e o nível de inferência originalmente reivindicado.

De fato, a nova versão passa a posicionar o artigo de maneira mais clara como um estudo metodológico-aplicado, com aplicação empírica aos estados brasileiros, voltado à construção de uma ferramenta analítica para apoio ao controle externo. Esse movimento é adequado e melhora a coerência interna do manuscrito. Também merece destaque a inclusão da comparação com a CAPAG, que contribui para conferir maior ancoragem empírica ao modelo proposto.

Dito isso, apesar dos avanços, o manuscrito ainda apresenta inconsistências importantes que precisam ser enfrentadas antes que o trabalho possa ser considerado plenamente publicável. Veja a seguir:

1. Persistência de inconsistência entre discurso e evidência

Embora os autores tenham declarado, na carta-resposta, a intenção de moderar o caráter normativo do texto, essa moderação não foi plenamente internalizada no manuscrito.

O resumo ainda afirma que o artigo “propõe uma mudança de paradigma” na atuação dos Tribunais de Contas, ao viabilizar a transição da fiscalização reativa para a vigilância antecipada. Essa formulação é incompatível com o próprio reposicionamento do artigo como estudo metodológico-aplicado, uma vez que tal transformação institucional não é empiricamente demonstrada no trabalho.

De modo semelhante, ao longo do texto permanecem afirmações que atribuem ao modelo capacidades que não são sustentadas pelas evidências apresentadas, como sua aptidão para "transformar dados contábeis em instrumentos de governança" ou para "transcender a conformidade legal". Essas formulações continuam operando no plano normativo-prescritivo, ainda que em linguagem mais moderada.

Em suma, há um descompasso entre a prudência assumida na carta-resposta e a linguagem efetivamente utilizada no artigo. Esse ponto requer revisão cuidadosa e consistente ao longo de todo o texto, especialmente no resumo, na introdução e na conclusão.

2. Comparação com a CAPAG: avanço limitado

A inclusão da comparação com a CAPAG constitui um avanço em relação à versão anterior. No entanto, sua exploração ainda é relativamente superficial.

A análise parece cumprir mais uma função ilustrativa do que propriamente analítica. Não fica claro, por exemplo:

• o grau de correlação entre as métricas;

• a existência de padrões sistemáticos de divergência;

• nem as implicações dessas divergências para a validade ou utilidade do modelo proposto.

Dado que a comparação com a CAPAG foi apresentada como resposta direta a uma crítica sobre validade externa, seria esperado um tratamento mais rigoroso desse exercício. Na forma atual, ela contribui mais para reforçar a plausibilidade do modelo do que para testá-lo de maneira substantiva.

3. Fragilidade na discussão de validação e robustez

Os autores optaram, legitimamente, por não transformar o artigo em um estudo de validação empírica ou preditiva. No entanto, essa escolha não foi totalmente compensada por um aprofundamento metodológico equivalente.

A ausência de testes de robustez mais consistentes (como análises de sensibilidade ou exploração da estabilidade do modelo) permanece como uma limitação relevante. A justificativa apresentada para não incorporar tais testes baseia-se mais em considerações de escopo e economia argumentativa do que em fundamentos metodológicos mais sólidos.

Em trabalhos que propõem métricas sintéticas, esse tipo de verificação não é um luxo analítico, mas um elemento central de credibilidade. Ao menos uma exploração mais direta da estabilidade do modelo (ainda que parcial) fortaleceria significativamente o trabalho.

4. Conclusão ainda excessivamente afirmativa

A seção de conclusões foi revisada e está, de fato, mais prudente do que na versão anterior. Ainda assim, persiste uma tendência a enfatizar a utilidade institucional do modelo sem a devida sustentação empírica.

Afirmações relacionadas ao uso do rating para monitoramento prudencial, priorização analítica e aprimoramento da governança fiscal são plausíveis, mas permanecem no plano potencial. O texto, contudo, ainda sugere essas aplicações de forma relativamente assertiva. Recomenda-se reforçar a distinção entre:

• o que foi efetivamente demonstrado pelo estudo; e

• o que constitui agenda futura ou possibilidade de aplicação.

5. Problemas formais e de revisão textual

Surpreendentemente para uma segunda rodada, o manuscrito ainda apresenta problemas de redação e revisão que não são triviais, incluindo:

• trechos com erros de digitação e colagem;

• palavras concatenadas indevidamente;

• repetições e inconsistências no resumo.

Esses problemas comprometem a apresentação do trabalho e devem ser integralmente sanados.

REVIEWER 2

Date review returned: April 16, 2026

Comments to the authors:

The authors attended most of the suggestions so the manuscript can be accepted for publication

ROUND 3

REVIEWER 1

Date review returned: May 7, 2026

Comments to the authors:

Os autores atenderam satisfatoriamente às questões substantivas levantadas nas rodadas anteriores. O manuscrito apresenta agora maior coerência entre escopo metodológico, evidência empírica e alcance das inferências, além de incorporar avanços relevantes na discussão de robustez e comparação com a CAPAG.

Persistem, contudo, ajustes editoriais e de limpeza textual importantes além de resíduos pontuais de linguagem normativo-performativa.

Recomenda-se aprovação condicionada à consolidação final das alterações e à revisão editorial completa do manuscrito.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Prado, C. A. P. de B. do, Teixeira, A. M. C., Wilhelms, R. P. de L., & Campos Júnior, Álvaro S. de. (2026). Governança universitária e resultados institucionais: uma análise dos estatutos das universidades federais brasileiras. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2026–0254. https://doi.org/10.1590/0034-761220250254

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628
Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

The reviewers did not authorize the disclosure of their identities.

ROUND 1

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 3

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Vitral, C., & Kondo, E. (2026). Transformação econômica verde e mudança política no governo Lula III. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0630. https://doi.org/10.1590/0034-761220250630

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

Debora Maria Carvalho da Silva, Universidade Federal do ABC, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2645-357X

One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: March 2, 2026

Comments to the authors:

correções efetivadas

PEER REVIEW REPORT FOR:

Oliveira Júnior, T. M. de, & Caeiro , J. C. (2026). Public integrity as a comprehensive multi-level policy framework and the study of the Brazilian case. *Brazilian Journal of Public Administration*, *60*, e2025–0201. https://doi.org/10.1590/0034-761220250201x

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

Marco Antonio Carvalho Teixeira, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0003-3298-8183

One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: December 18, 2025

Comments to the authors:

Overall Assessment

This manuscript addresses a relevant topic. The focus on public integrity systems is important, and the article contributes a very useful and didactic taxonomy. The comparative tables, in particular, are clear, informative, and carefully constructed. Overall, this is a paper with strong potential for publication, especially because the systematization it offers may serve as a valuable reference for researchers and practitioners working with integrity frameworks.

At the same time, certain sections feel somewhat "out of place," largely due to structural issues and the need for greater precision in articulating the theoretical contribution and objectives. Addressing these points would enhance both the coherence and the accessibility of the manuscript.

1. Major Comments

1.1 The introduction should be rewritten for clarity and flow

As currently written, the introduction does not clearly communicate what the article aims to do, what is being proposed, or how the core concepts connect.

Expressions such as "prescriptions that include a third systematization-based type" or early references to "integritism" and "compliancism" appear before these concepts are sufficiently defined for the reader, which may confuse readers unfamiliar with the terminology. SOE is also incorporated into the analysis without explaining why; the rationale—that the OECD includes SOE in public integrity recommendations—only appears later.

In addition, the sentence "This study focused on the integrity system of the Federal Executive Branch because it was the one best suited to its purpose" appears in the introduction, but the explanation for why it is "suited" only becomes clear on pages 10–11. This justification should be presented upfront, avoiding repetition throughout the text.

A more linear and transparent introduction—explicitly outlining the objective, conceptual innovation, methods, case-selection criteria, and overall structure—would significantly improve readability and guide the reader more effectively.

1.2 The stated objective does not fully align with what the paper accomplishes

The manuscript states: "This study aims to discuss the convergence of national governments towards public integrity by analyzing the Brazilian case."

However, the paper does not examine convergence of governments in a general or comparative sense—an assessment that would require analyzing multiple countries. Instead, the article (i) proposes a taxonomy for comparing international and local integrity frameworks (Table 1), and (ii) applies this taxonomy to the Brazilian federal executive system.

This is a valuable contribution, but it is more limited than the stated objective suggests. The article's contribution is best described as presenting a structured analytical framework and using the Brazilian case to illustrate its application. This is a solid and useful objective. hus, I suggest that the objective be framed more realistically in the manuscript.

1.3 Methodological boundaries and disclosure are incomplete

The manuscript does not clearly specify: (i) the time period in which documents were collected or analyzed (international and Brazilian frameworks—up to 2024? 2025?), and (ii) which documents were included in the analysis.

The statement "Its results indicated that governmental, intergovernmental, and non-governmental organizations' websites and free press publications..." should be accompanied by explicit identification of the regulations and publications consulted.

Clarifying these boundaries would strengthen methodological transparency and allow readers to better assess the robustness of the findings.

Perhaps this information was provided in an appendix not sent to the reviewer. The manuscript states that 'This study's corpus is available in an open-access virtual file folder at [link],' but the link was not accessible."

2. Suggestions (Conceptual and Analytical)

2.1 Clarify "inadequate information"

The phrase "inadequate information on the formulation processes of three regulations" should explain what "inadequate" refers to—insufficient detail, lack of transparency, missing public documentation, or something else.

2.2 Reconsider the conclusion on fragmentation

The text states: "It indicates a relevant fragmentation of public integrity in Brazil between political branches and levels of government."

Given Brazil's governmental structure and its federalist design, the fragmentation is expected. A useful question, therefore, is: What alternative scenario would the authors

anticipate? I understand that OECD recommendations often push toward more homogeneous integrity systems, yet such uniformity does not seem entirely realistic within the Brazilian institutional context. Framing this conclusion through the lens of comparative institutional analysis could strengthen the argument. In this regard, drawing on Hall & Soskice (2001) and their discussion of institutional complementarities would be appropriate and could provide valuable theoretical grounding.

3. Minor Comments

Define all acronyms at first appearance (UN, OECD, UNODC, etc.).

The phrase “magical features” would benefit from quotation marks and a source attribution.

Final Assessment

This is a thoughtful and promising manuscript. The taxonomy is insightful, the tables are particularly didactic, and the mapping of Brazilian regulations offers genuine value for practitioners and scholars. With structural adjustments—especially a clearer introduction, a more accurate framing of the objective, and enhanced methodological transparency—the manuscript would be well positioned for publication.

REVIEWER 2

Date review returned: December 23, 2025

Comments to the authors:

O autor faz um excelente artigo olhando para as agendas internacional e nacional. Todavia, falta de explorar mais o papel da Lei Anticorrupção (LAC) no contexto do debate proposto pelo autor. Sugiro essas duas bibliografias se achar que vale a pena ampliar.

1. TEIXEIRA, M. A. C. ; SPINELLI, MARIO. A Estruturação de Sistemas de Integridade como Política Pública. Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas do TCESP, v. 1, p. 66-82, 2024.

2. COMBATE À CORRUPÇÃO E IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS EMPRESAS: A EXPERIÊNCIA DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA NO BRASIL

Carlos Higino Alencar, MÁRIO VINICIUS CLAUSSEN, STEFANY SILVA ROCHA. https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/9268

Não da para falar em integridade e compliance no Brasil sem explorar mais as mudanças advindas da LAC. Tlvez vc bom ate entrar na agenda de pesquisas futuras

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: February 25, 2026

Comments to the authors:

I appreciate the detailed explanation of the revisions and am glad that the comments were helpful to the development of the paper. Good luck with the publication process.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Gonçalves, L. G., Rodrigues Junior, M. M., & Ribeiro, A. M. (2026). Gasto público municipal e o gênero do gestor. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0085. https://doi.org/10.1590/0034-761220250085

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628
Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

Paulo Ricardo da Costa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-8692-0750
One reviewer did not authorize the disclosure of their identity

ROUND 1

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Date review returned: June 9, 2025

Comments to the authors:

O artigo dedica-se ao exame de um tema relevante, especialmente no contexto brasileiro, marcado por problemas de sub-representação de gênero em cargos eletivos do executivo municipal, estadual e federal. Para tanto, o artigo apresenta o seguinte objetivo: examinar a influência do gênero do prefeito no montante de recursos orçamentários destinados às áreas de saúde, educação e assistência social nos municípios do Rio Grande do Norte (RN) no período de 2017 a 2022. Como estratégia metodológica, foram selecionadas as seguintes "variáveis de interesse: as características pessoais de gênero, idade e escolaridade como variáveis explicativas de interesse." Como resultados principais destacam-se "as características pessoais apresentaram resultados significativos para a variação dos gastos com saúde, educação e assistência social frente à despesa total." Tais resultados, contribuíram para ampliar "a literatura, teórica e prática, sobre o tema, assim como demonstrando como as características pessoais do gestor máximo do município podem impactar na estrutura de alocação das despesas orçamentárias no ensejo de atender às demandas da população."

Feita essa síntese do artigo, enumera-se abaixo as questões que carecem de revisões e explicações adicionais para fins de aceite e publicação do artigo.

1. Introdução:

1.1 O texto não especifica qual é a lacuna, apenas menciona a existência de certa lacuna nas linhas 39 a 48, p. 6. Deste modo, é fundamental que o texto apresente explicitamente qual a lacuna motivou a sua realização.

2.2 Em termos de contribuição, além de expandir a literatura no Brasil, ou seja, ser mais um estudo a examinar a influência do gênero no desempenho organizacional, qual(is) é(são) a(s) contribuição(ões) do artigo? Que novidades e avanços ele oferece?

2. Referencial teórico:

2.1 Na seção 2.1, percebe-se a ausência de uma maior problematização acerca da sub-representação de gênero na chefia dos cargos eletivos no Brasil (linhas 43 a 54, p. 5). Tal questão parece fundamental para um estudo que se propõe analisar a influência do gênero na gestão fiscal e precisa ser mais bem trabalhada no texto.

2.2 No último parágrafo da seção 2.1 (linhas 11 a 28, p. 6), são apresentados os estudos nacionais sobre a relação entre gênero e seus resultados organizacionais. Ou seja, apenas um parágrafo dedicado à literatura nacional e sem promover um diálogo com tais estudos. Esse diálogo poderia ser realizado demonstrando como o presente artigo difere dos estudos anteriores? Como contribui para o avanço teórico ou metodológico? Em síntese, não basta citar os estudos e dizer quais foram as suas conclusões ou resultados principais, é preciso estabelecer um diálogo com essas publicações.

2.3 Ainda na seção 2.1, sugere a inclusão de outros textos brasileiros que exploram o gênero dos gestores e burocratas na administração pública brasileira, pois apenas 4 estudos foram citados no parágrafo supramencionado. Isso é importante para aproximar o presente artigo da literatura nacional sobre o assunto. Apenas para ilustrar, podemos destacar os estudos produzidos por Arvate, que destacam os efeitos da liderança feminina em cargos eletivos, bem como de uma burocracia representativa em termos de gênero. Também podemos citar o trabalho de Batista, sendo esse último publicado recentemente pela ENAP, e o de Soares (2022)
https://www.sciencedirect.com/journal/the-leadership-quarterly/vol/29/issue/5
https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/puar.13478
https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/8534?mode=full
https://publicacoes.tesouro.gov.br/index.php/cadernos/article/view/184

Cumpre ressaltar que se trata apenas de sugestões de texto, o diálogo com a literatura nacional pode e deve ser feito considerando outros estudos que examinaram a questão de gênero e desempenho organizacional.

2.4 Na seção 2.2, mais do que uma apresentação da relevância e dos elementos normativos que constitucionalizam os gastos mínimos em Educação e Saúde, é fundamental que o texto ofereça uma discussão sobre como e por quais razões espera-se que a presença de mulheres na chefia das prefeituras tenha relação com os gastos de educação e saúde. Tal relação só é

mencionada no caso da Assistência Social usando o trabalho de Park (2014) como referência e de forma geral com a área social a partir da citação de Lautenschlage (2017).

Por exemplo, em que medida, a vinculação de receitas nas áreas de saúde e educação, com a fixação de percentuais mínimos de gatos, não limitam a influência de gênero? Não seria o caso de verificar se as mulheres reduzem as chances de ocorrência de gastos abaixo desses percentuais mínimos (vide página 7 – linhas 46 a 50).?

3. Procedimentos metodológicos

3.1 O artigo não consegue fundamentar a escolha dos municípios do RN como amostra para realização do estudo, quando os dados utilizados na pesquisa estão disponíveis para todos os municípios brasileiros. Ainda que o texto informe que o RN tenha sido o segundo estado com maior percentual de mulheres eleitas (com quase 23% dos eleitos, frente aos 12% na média nacional), não foi possível identificar elementos no texto para fundamentar esse recorte. Na realidade, o texto explicita que essa é a sua principal limitação (linhas 44 a 53, p. 18): “a maior limitação está acerca de o estudo ter sido realizado com municípios de apenas um estado brasileiro”. Não faz sentido, permanecer com essa limitação quando os dados estão disponíveis.

Além disso, com o reconhecimento dessa limitação, fica o questionamento se ao expandir a base de dados para todos os municípios brasileiros não teríamos resultados que caminhem na mesma direção dos encontrados em Pereira e Saes (2022, p. 574), “Ser do gênero masculino não foi significativo para justificar o desempenho em indicadores fiscais.”? Aqui cumpre ressaltar que as variáveis utilizadas no presente estudo são distintas das variáveis de desempenho fiscal utilizadas em Pereira e Saes (2022). Logo, não está sendo colocada uma comparação direta entre os artigos, mas uma preocupação quanto aos efeitos da amostra. Se os resultados são específicos para o RN, como explicá-los?

Ainda sobre esse aspecto, o texto não consegue demonstrar como sua metodologia e sua análise avançam comparativamente aos estudos que já exploraram a relação entre gênero e desempenho organizacional.

3.2 Outra limitação presente no estudo decorre do problema de omissão de variável relevante. Nesse sentido, em que medida os resultados apresentados na pesquisa seriam mantidos com a inclusão de outras variáveis de controle, como aquelas presentes nos estudos, como o partido político da prefeita eleita?

4. Resultados

4.1 Os resultados da tabela 2 poderiam ser apresentadas com médias anuais e com a desagregação por municípios com mulheres eleitas e municípios com homens eleitos. Essa representação é mais consistente com o objetivo do trabalho que é examinar a influência do gênero do prefeito no montante de recursos orçamentários destinados às áreas selecionadas.

4.2 Os resultados são demasiadamente descritivos, ou seja, não são acompanhados de explicações para a sua ocorrência ou contextualizados ao recorte escolhido. Também se percebe uma discussão incipiente com os estudos apresentados na seção de referencial, limitando-se a informar se os achados corroboram ou contradizem tais estudos.

4.3 Quanto às regressões, qual a implicação para um nível de significância de 10% nos resultados da variável gênero em todos os modelos estimados?

4.4 Boa parte da seção de resultados dedica-se a apresentação as significâncias observadas nas variáveis que não são as de interesse. Faz sentido destacar os resultados das variáveis de controle, dado que elas não são o foco do estudo e que os resultados para algumas delas corroboram uma literatura já pacificada, como o próprio texto informa (linha 36-41, p. 16). Não faria mais sentido, discutir os resultados e explicados sob a perspectiva de gênero – foco da pesquisa.

Questões menores:
Frases que precisam de revisões, como na linha 7 p. 17: “Por fim, os fatores socioeconômicos.”
Em alguns trechos o artigo fala em impacto, porém a metodologia utilizada não permite isso. Rever e ajustar para associação/relação.

ROUND 2

REVIEWER 2

Date review returned: April 6, 2026

Comments to the authors:

O(a)s autor(a/e)s realizaram mudanças significativas no texto, com destaque para justificar a escolha do RN como lócus do estudo. Contudo, a versão atual do texto ainda falha em comunicar a sua contribuição para o campo, ou seja, quais são os resultados novos que o artigo oferece?

A seguir apresento três considerações que sustentam esse questionamento:

1) O estudo confirma a expectativa teórica de que prefeitas estão estatisticamente associada com os gastos em saúde e educação, mas não consegue oferecer explicações para esse resultado. Nesse ponto, o que significa dizer que a educação é um gasto menos abrangente, como aparece nesse trecho da conclusão "a educação apresentou relação negativa, possivelmente por ser um investimento menos abrangente."?

2) No final da seção de resultados, o texto informa que oferece três achados importantes, porém não considero que o estudo seja capaz de suportar a conclusão " de que mulheres tendem a focar mais em resultados alinhados ao bem-estar social". Ao examinar apenas as variáveis de gastos em saúde, educação e assistência, não há elementos no estudo para esse achado.

3) Também não há elementos nos resultados que permitam de afirmar que o sinal negativo em educação signifique "que tais recursos, por focarem em um público específico (crianças e jovens), não gerariam um efeito tão abrangente no bem-estar imediato".

ROUND 3

REVIEWER 2

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Izycki, L. G. (2026). Análise comparativa das políticas industrial e de inovação da Coreia do Sul e do Brasil. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0249. https://doi.org/10.1590/0034-761220250249

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

Beatriz de Castro Fialho, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0001-8908-2054

Jackson De Toni, Agencia Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Brasília, DF, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2618-2597

ROUND 1

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Date review returned: November 10, 2025

Comments to the authors:

O artigo apresenta uma contribuição relevante ao comparar as políticas industrial e de inovação da Coreia do Sul e do Brasil, com foco na importância do planejamento de longo prazo e da continuidade institucional. Trata-se de um tema de grande interesse para a área de administração pública e políticas de desenvolvimento, e o texto demonstra domínio teórico e boa articulação entre os argumentos. O manuscrito é consistente, bem estruturado e dialoga com autores clássicos e contemporâneos da área, o que reforça seu mérito acadêmico e sua pertinência para publicação.

Entretanto, alguns aspectos podem ser aprimorados para fortalecer a clareza, a consistência metodológica e a coesão textual. A seguir, destacam-se os principais pontos a melhorar:

1 - Na introdução, recomenda-se explicitar de forma mais clara o problema de pesquisa e a pergunta central do estudo, bem como indicar com mais precisão a lacuna na literatura que o trabalho busca preencher. Alguns trechos descritivos sobre o contexto histórico dos países poderiam ser sintetizados, de modo a deixar mais espaço para a argumentação analítica.

2 - A metodologia merece maior detalhamento. Sugere-se que o autor explicite como foi conduzida a comparação entre os casos, quais critérios de seleção das fontes foram adotados e quais dimensões ou categorias foram utilizadas para a análise. Também seria importante mencionar as limitações da abordagem escolhida, o que reforça a transparência e o rigor científico.

3 - Na seção de resultados e discussão, o texto poderia se beneficiar da inclusão de uma tabela ou quadro comparativo que sintetize as principais diferenças e semelhanças entre os modelos coreano e brasileiro, especialmente quanto aos instrumentos de política, mecanismos de financiamento, e papel do Estado. Além disso, recomenda-se destacar com mais clareza as implicações práticas das conclusões para o contexto brasileiro — o que pode ser efetivamente aprendido da experiência coreana.

4 - A conclusão está bem estruturada, mas poderia enfatizar com mais força as contribuições originais do artigo e apresentar recomendações concretas de política pública ou de gestão que resultem da análise. Evite repetir informações já apresentadas na discussão; priorize o fechamento reflexivo, apontando possíveis caminhos para pesquisas futuras.

5 - Por fim, sugere-se revisar o resumo e o abstract para eliminar redundâncias e incluir uma breve descrição dos métodos e resultados principais. Também é recomendável revisar a lista de referências, garantindo a padronização conforme as normas da revista e atualizando as citações com estudos recentes (de 2020 em diante), especialmente sobre política de inovação e desenvolvimento no Brasil.

ROUND 2

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 3

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 4

REVIEWER 1

Date review returned: April 23, 2026

Comments to the authors:

Congrats! I hope the improvements proposed worth it.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Vásquez-González, Y. L. (2026). Opening the "black box" of failure: bureaucratic capacity and the implementation of participatory budgeting in Bogotá. *Brazilian Journal of Public Administration*, *60*, e2025–0044. https://doi.org/10.1590/0034-761220250044x

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628
Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

The reviewers did not authorize the disclosure of their identities

ROUND 1

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Almeida, R. J. L., Trevisan, D. M. de Q., Rodrigues, W., Prata, D. N., & Rodrigues, D. de C. (2026). Identificação de clusters com base em indicadores socioeconômicos, governança pública e transformação digital nos países da América do Sul. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0174. https://doi.org/10.1590/0034-761220250174

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

Luiza Reis Teixeira, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2241-9972

Charles Kirschbaum, Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2618-2597

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: July 29, 2025

Comments to the authors:

O artigo apresenta originalidade e relevância para o campo de estudos da Administração Pública. A articulação entre indicadores socioeconômicos, de governança pública e transformação digital se apresenta como uma importante ferramenta para análise da realidade de países da América do Sul. Contudo, acredito que seja fundamental que o trabalho desenvolva uma discussão mais aprofundada sobre o sentido de governança. O conceito, que é fundamental para a compreensão do trabalho aparece de forma muito superficial no texto. Acredito que seja importante trazer um conceito contextualizado historicamente, descrevendo quais são os atores envolvidos no seu desenvolvimento e a descrição de exemplos. Creio que o mesmo possa ser feito para os indicadores utilizados na análise. É importante apresentar o histórico dos indicadores e sua relevância para a avaliação dos países. A análise regional da América do Sul (p. 7) está muito superficial e até com informações que deveriam ser mais problematizadas, como no trecho em que o autor afirma que: "Conforme destacado por Cacciamali et. al., (2012), politicamente, quase todos os países da América do Sul adotam sistemas democráticos, com predomínio de regimes presidencialistas" (p. 8). Seria importante mencionar a instabilidade política vivenciada por países da América do Sul, que em sua maioria alternam regimes democráticos com regimes autoritários.

Logo, acredito que potencializaria bastante o trabalho incluir mais correlações com os diversos países analisados ao longo do texto. É importante compreender como os indicadores se expressam na realidade dos países. Por fim, creio que falta explorar mais as jusificativa para a realização da pesquisa. Por que essa pesquisa é importante para os países da América do Sul?

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 2

Date review returned: November 13, 2025

Comments to the authors:

Agradeço o esforço dos autores em revisar o manuscrito à luz dos comentários anteriores. É possível perceber atenção às sugestões e um avanço na clareza geral do texto. Ainda assim, gostaria de oferecer algumas observações adicionais que podem ajudar a fortalecer o trabalho.

Em primeiro lugar, reitero minha sugestão de remover a análise de cluster. Continuo entendendo que essa etapa é desnecessária, uma vez que a literatura já oferece bases sólidas para a formulação das hipóteses, sem a necessidade de uma análise exploratória adicional. Além disso, os resultados obtidos nessa análise — especialmente em relação à variável de digitalização — parecem bastante triviais, e a justificativa apresentada para sua manutenção ainda não me parece suficientemente convincente.

Outro ponto importante refere-se à estrutura das seções finais. O que atualmente aparece como "Conclusão" parece, na verdade, corresponder mais a uma interpretação dos resultados. Seria desejável que os autores desenvolvessem uma seção de Discussão propriamente dita, articulando seus achados com a literatura existente e destacando convergências, divergências e contribuições específicas. Com isso, a Conclusão poderia então cumprir seu papel de forma mais clara, resumindo os principais insights e explicitando a contribuição teórica e empírica do artigo.

Esses ajustes, a meu ver, tornarão o texto mais coerente e alinhado às expectativas de publicações acadêmicas na área, além de realçar melhor o valor do trabalho desenvolvido.

Agradeço novamente pela oportunidade de ler esse trabalho interessante!

ROUND 3

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Silva, S. K. G. da, Silva, L. H. G. da, & Passos, A. P. P. dos. (2026). O peso da farda para mulheres no Serviço Militar Temporário Voluntário do Exército Brasileiro. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0008. https://doi.org/10.1590/0034-761220250008

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

Elza Fátima Rosa Veloso, Fundação Instituto de Administração, São Paulo, SP, Brasil https://orcid.org/0000-0002-9494-2108

One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: April 19, 2025

Comments to the authors:

Parabenizo os autores, especialmente pela escolha do público das mulheres do exército para o estudo da transição.

O artigo é bem escrito e trata de um tema pouco explorado, não em termos conceituais, mas em termos práticos, que é a carreira feminina no exército brasileiro. Dessa forma, o método qualitativo com o emprego de entrevistas é adequado e foi bem explorado na construção do instrumento de pesquisa e na exposição e análise dos resultados.

Existem algumas poucas necessidades de ajustes, que estão aqui listadas:

Alguns poucos equívocos de texto que precisam ser corrigidos, por exemplo: "apresenta algund" e "Foi percebido quatro principais impactos da transição".

Tenho a sugestão de numerar os itens do trabalho, fazendo uma abertura para cada item e enumerando os subtítulos. Assim, o segundo item seria o referencial teórico o terceiro a metodologia e assim por diante.

A primeira parte do título é chamativa, porém, seria importante explorar melhor no decorrer do artigo "o peso da farda no âmago feminino"

REVIEWER 2

Date review returned: May 14, 2025

Comments to the authors:

Comentários gerais:

O artigo traz uma pergunta de pesquisa bastante relevante e caminha com a agenda sobre mulheres nas Forças Armadas.

Em um primeiro olhar sobre as referências do artigo, percebe-se que os(as) autores(as) não citaram tanto autores importantes no tema, quanto revistas consagradamente voltadas ao debate de temas do gênero. Entre os autores, Helena Carreiras com certeza deveria ter sido lida e citada, sendo uma das principais pesquisadoras da área.

Em termos de revistas e da comunidade epistêmica da área, falta alguma menção aos inúmeros trabalhos sobre integração de mulheres às Forças Armadas presentes na revista Armed Forces & Society - só para dar um exemplo.

Entendo que a citação de diversas monografias e dissertações se dá pelo baixo número de trabalhos no tema publicados em periódicos nacionais. Contudo, o artigo pode se beneficiar desse domínio maior sobre a produção internacional sobre o tema, especialmente tendo em vista o perfil da RAP, que promove a internacionalização de citações de trabalhos nacionais ao publicar os artigos também em inglês e estar conectado com bases de artigos que são referência no mundo.

Falta também uma mirada internacional ao tema, mesmo que apenas a título de contextualização, sobre outros países que possuem serviço militar aberto a mulheres e uma tentativa de compreender o que é fenômeno restrito ao caso escolhido (Exército Brasileiro), e o que extrapola casos específicos e dialoga com a realidade de outros países. Essa contextualização pode aumentar a relevância dos achados da pesquisa, que podem ser válidos para outros contextos, mesmo que talvez restritos à geração de hipóteses.

É importante, ao falar de cultura organizacional militar brasileira, ter em vista clássicos da sociologia militar que não são mencionados no texto. Maria Celina D'Araujo foi citada (apenas um texto, mas ela tem vários), mas nesse panorama cultural ficaram de fora: Celso Castro, José Murilo de Carvalho, dentre outros.

Uma consideração: há a transição entre carreiras, mas há também um processo (talvez incompleto) de transição do mundo civil para o mundo militar no serviço temporário. Sugiro a leitura do livro do Celso Castro "O Espírito Militar" para que os autores possam incorporar ao estudo a noção de que, após os treinamentos castrenses, um civil 'morre', e um militar 'nasce'. Mas isso não é exatamente o que acontece com o treinamento dado para se integrar o SMTV. Isso deve ser problematizado.

A seção 'Mulheres na Carreira Militar' tem que ser profundamente robustecida, dados os conhecimentos já publicados sobre o tópico internacionalmente. Ainda, os(as) autores(as) fazem um 'cherry picking' dos aspectos de uma carreira militar, deixando a análise pouco estruturada. Qual é o foco do trabalho? Dentre as razões para mulheres ingressarem na

carreira militar elencadas pela literatura internacional, por exemplo, está ter na família alguém no serviço ativo ou na reserva - isto aumentaria a predisposição do alinhamento de valores e tornaria mais fácil a adaptação, mas isso não aparece na revisão teórica, tampouco nas entrevistas. Enfim, para que todos esses aspectos estejam presentes nas perguntas das entrevistas, isso teria que já ter sido mapeado e enumerado nessa seção.

Sobre a metodologia, não é apenas descritiva. A pesquisa faz análise de algo que visa explicar - esse peso da farda. Basta então deixar mais claro: o que é que se pretende explicar? A seção sobre mulheres na carreira militar aprofundada pode ajudar nisso.

Sobre uso de maiúsculas, corrigir no texto inteiro, inclusive nas referências - Forças Armadas, Exército (quando se referir à um exército especifico), e exército começando com minúscula quando se tratar de termo genérico.

Sobre a generalização dos achados: todas as entrevistadas são apenas de uma base militar. Contudo, sabemos que há diferentes perfis culturais mesmo dentro das Forças Armadas. Seria interessante caracterizar de alguma maneira essa base militar, para que futuros estudos que queiram investigar a mesma realidade em outras Organizações Militares possam ter em mente as especificidades da tratada neste artigo. Pelo perfil das entrevistadas, parece uma OM de saúde. A cultura organizacional militar dentro de uma OM de saúde é distinta de outras OMs em que o foco primário é a manutenção de capacidades voltadas à guerra. Como isso afeta os resultados? Não há menção sobre isso.

A análise dos resultados foca em alguns pontos, sobre os quais tecerei comentários:
1) ressignificação profissional: o conceito não aparece no referencial teórico, então os(as) autores(as) precisam explicá-lo na seção de análise das entrevistas. Esse formato não é ideal.
2) impacto socioemocional: não há referência a esse conceito na literatura utilizada no artigo.
3) Impacto profissional: sobre trecho "A carreira militar transcende o conceito de profissão ou ocupação, configurando-se como um ofício que exige total dedicação e disponibilidade." - necessário adicionar referência que caracterize a instituição militar como total, ou quase-total.
3) impacto pessoal: não há referência a esse conceito na literatura utilizada no artigo. Como diferenciar esse conceito do conceito de "impacto socioemocional"? Ainda, explicações como as dadas com base em Herman e Yarwood (pah 14 linhas 40 a 49) deveriam fazer parte

do corpus teórico do artigo, ajudando os(as autores(as) a delimitar expectativas sobre o que vão encontrar no campo.

De maneira geral, as análises não tecem comentários sobre a frequência de algumas categorias analisadas, o que poderia ajudar o leitor a entender a magnitude, no universo pesquisado, de alguns posicionamentos, percepções e sentimentos.

Comentários pontuais:

Pg 1
- linha 48 - grafia errada "algund"

Pg 4
- linha 59 - trecho 'do que os homens' está redundante

Pg 5
- linha 12 - se o objeto de estudo é o Exército, e há ampla literatura internacional sobre as limitações da incorporação de mulheres nas Forças Armadas, qual o sentido de trazer um exemplo da Polícia Militar?

Há citações de Visentini ao longo do texto em que se omitiu o "et al", tendo em vista que o texto usado nas referências possui três autores.

Em resumo, creio que os(as) autores(as) têm um material muito bom a ser utilizado, mas que ainda carece de robustez teórica e de alguns cuidados mais meticulosos na integração entre teoria e metodologia - o que impactou na análise. Recomendo reformular e submeter novamente para avaliação.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: March 15, 2026

Comments to the authors:

Parabenizo os autores pela incorporação das sugestões dos diversos avaliadores ao manuscrito. O relatório está bem detalhado e demonstra a disposição de atualizar e aprimorar o trabalho. Apenas deixo uma sugestão de que seja incorporada a notícia de que as mulheres que completaram 18 anos a partir de 2025 passaram a ter o direito de alistamento voluntário ao serviço militar a partir de 2026, em uma decisão inédita, conforme informação que consta no link: https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/alistamento-militar-feminino-comeca-em-janeiro
Essa é uma importante notícia, que atualiza as informações do texto e reforça a importância do artigo para o cenário contemporâneo do trabalho militar.

REVIEWER 2

Date review returned: January 19, 2025

Comments to the authors:

Os autores dizem que corrigiram a letra maiúscula dos termos Forças Armadas e Exército, mas não o fizeram de fato, necessitando assim de uma nova revisão por parte dos autores.

p. 8 l. 52: "Trata-se de um ambiente que impõe maior pressão emocional". Maior em relação ao quê? E de acordo com quem? Acho que está faltando aqui uma explicação (com referências) das diferenças de pressão emocional entre um ambiente de atendimento de saúde civil versus o militar. Porque do jeito que está escrito, "ambiente que impõe maior pressão emocional", deixa dúbia a interpretação: a pressão é inerente à área da saúde ou está mais ligada ao ambiente militar?

p. 10: l. 23: o exemplo da Ucrânia cai bem, mas está colocado sem fluidez no texto.

p. 15, l. 50: Eu compreendi a adição dos exemplos como ilustrações de que algumas das coisas que acontecem no Brasil são comuns no mundo como um todo, reforçando a ideia de que há uma 'identidade castrense' que perpassa todas essas instituições no globo. Contudo,

da forma com que foram expostos no texto (igualmente no exemplo da página 10), a informação fica meio 'jogada', sem contexto, e se confunde com a análise.

Contudo, há mais um outro ponto, que acontece na página 16, que considero que necessita ajuste - a seção 4.2 não fala em nenhum momento de casos de assédio, mas a seção termina com um exemplo sobre isso. Qual a lógica desse exemplo estar ali então, se a seção se destina a analisar dados das entrevistas e esse tema não aparece nas mesmas entrevistas?

Fico com a impressão de que tais exemplos deveriam estar explicando as barreiras comuns encontradas por mulheres enquanto segmento dentro de forças armadas pelo mundo, ao invés de se imiscuírem aos achados provenientes dos dados coletados.

Acontece algo parecido na página 18, no exemplo retirado de Iermakov et al (2005) - os autores falam, no meio da análise do caso brasileiro, sem fazer menção ao país ao qual o exemplo se refere, que há uma falta de adequação dos uniformes ao corpo feminino. Fiquei esperando, depois de ler o parágrafo, alguma menção a essa adequabilidade no caso da OM do EB analisada... mas o parágrafo muda e o assunto também.

Quando pedi uma explicação sobre 'o peso da farda' na primeira revisão, e vocês me forneceram, logo ficou evidente que 'o âmago feminino' também deve ser explicado. Vejam, as dificuldades que vocês estão relatando que essas mulheres vivenciaram, são resultado da transição da vida civil para a militar ou só pelo fato de serem mulheres? É devido majoritariamente à transição civil-militar, mas agravada (ou dificultada) pelo fato de serem mulheres? Porque aí, para comprovar isso, vocês teriam de fazer entrevistas com homens civis no SMTV! Sem isso, essas duas categorias ficam impossíveis de serem 'isoladas' na análise. Portanto:

OPÇÃO: EXPANDIR A ANÁLISE PARA HOMENS do SMTV e comparar; as dificuldades em comum são as de adaptação à vida militar. as diferentes podem ser relativas ao fato de serem mulheres em uma instituição masculinizada.

Fora que discutir o 'âmago feminino' pode ser desafiador no espaço de um artigo. Talvez restringir a um termo menos poético (e problemático), mas mais funcional, seja uma solução. Como em: 'o peso da farda' em mulheres no SMTV. Ou seja, nessa formulação, o âmago

feminino sai de cena e entra simplesmente como critério de seleção das entrevistadas. É a visão das mulheres, e isso interessa por conta disso e daquilo. Logo:

RECOMENDADO: NÃO USAR TERMO COMPLEXO E AMBÍGUO COMO 'ÂMAGO FEMININO' E CENTRAR A ANÁLISE NA PERCEPÇÃO DAS MULHERES, justificando essa escolha e sendo claro sobre suas limitações

Contudo, mesmo que essa recomendação seja acatada, persiste a confusão entre os efeitos de ser mulher e de se ver como civil numa instituição militar. Essa é a mais grave limitação da análise do artigo, e só com uma adequação ou justificativa muito bem escrita é possível levar adiante a publicação.

Como os autores demonstraram fôlego na primeira revisão, opto por dar mais uma oportunidade de ajuste, já que ainda não considero o artigo apto à publicação. Isso traz a necessidade de adições e edições na introdução, conclusões e diversos outros pontos do texto, não se restringindo a páginas, linhas e referências que eu mencionei aqui.

Por último: há problemas nas referências, que começam com "(p. 6). Washington, DC: Pew Research Center."

ROUND 3

REVIEWER 2

Date review returned: April 22, 2026

Comments to the authors:

Os autores se esforçaram bastante para incorporar as sugestões das revisões 1 e 2. Considero o artigo apto para publicação.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Tavares, M. da C. da C., & Lourenço, C. E. (2026). Between global standards and local capacity: IPSAS adoption in the Mozambican public sector. *Brazilian Journal of Public Administration*, *60*, e2026–0089. https://doi.org/10.1590/0034-761220260089x

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628
Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

Robson Zuccolotto, Universidade Federal do Espirito Santo, Vitoria, ES, Brazil https://orcid.org/0000-0001-6739-5711
One reviewer did not authorize the disclosure of their identities.

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: April 7, 2026

Comments to the authors:

The article analyzes the adoption of IPSAS in the Mozambican public sector, exploring the tensions between global standards and local institutional capacities from an institutional perspective. This is a highly relevant topic, particularly in the context of developing countries, where accounting reforms are often intertwined with international agendas of harmonization and state modernization.

The manuscript presents important contributions. In particular, I highlight: (i) the choice of an empirical context that remains underexplored in the literature, (ii) the use of primary data collected from actors directly involved in the implementation process, and (iii) the effort to interpret IPSAS adoption through the lens of institutional theory. These elements provide the article with consistency and potential for both empirical and theoretical contributions.

That said, I believe the paper can be significantly strengthened with some adjustments, particularly in terms of analytical depth and the positioning of its contribution. The suggestions below are offered in this spirit.

1. Strengthening the use of institutional theory

The article presents institutional theory appropriately; however, its application throughout the analysis remains somewhat descriptive.

One possible way to advance the paper would be to more explicitly mobilize the core concepts of institutional theory in the interpretation of empirical findings, such as: coercive isomorphism (pressures from international organizations, legislation); normative isomorphism (professional training, diffusion of best practices); mimetic isomorphism (adoption by imitation under uncertainty); decoupling (gap between formal adoption and actual practices); the pursuit of legitimacy.

The empirical material appears sufficiently rich to support this type of analytical deepening. Making these connections more explicit would likely enhance the theoretical contribution of the article and align it more closely with established debates in the international literature.

2. Moving from description to analytical interpretation

The results section provides relevant evidence, particularly regarding limitations in training, technological infrastructure, and institutional coordination. However, at times, the analysis remains close to a descriptive account of interviewees' perceptions.

As a suggestion, the manuscript could be strengthened by: organizing findings into clearer analytical categories; explicitly discussing what these findings reveal in terms of institutional processes; exploring potential patterns of partial or symbolic implementation.

This does not require additional data, but rather a deeper interpretive effort, which would significantly enhance the study's contribution.

3. Further exploring the harmonization process from a critical perspective

The article already highlights the tensions between global standards and local realities, which is one of its key strengths. This argument could be further developed in a more analytical and critical direction.

In particular, it would be valuable to: more explicitly problematize the assumption that IPSAS adoption automatically leads to increased transparency and accountability; explore the possibility that adoption may also serve international legitimation dynamics, especially in contexts of external financial dependence; discuss the extent to which the case reflects adaptation, translation, or reinterpretation of international standards at the local level.

Such developments would help position the article more clearly within contemporary debates on accounting harmonization and public sector reforms.

4. Minor methodological clarifications

The methodological approach is appropriate for the study's objectives. However, a few aspects could be clarified to strengthen research transparency: criteria for selecting interviewees; procedures used for data analysis (e.g., thematic coding); any validation strategies employed (e.g., triangulation, peer review).

These are relatively minor adjustments, but they would reinforce the robustness of the study.

5. Making the contribution more explicit

The contribution of the article is present, but it could be more clearly articulated.

It would be useful to explicitly state, at the end of the introduction and/or in the conclusion, how the study contributes to: the literature on IPSAS in developing countries; the use of institutional theory in analyzing accounting reforms; the understanding of the relationship between global standards and local capacities.

This would help guide the reader and strengthen the positioning of the paper.

6. Writing and structural adjustments

Overall, the manuscript is clearly written and well structured. Nevertheless, a few minor improvements could enhance readability: reducing some repetition, particularly in the

discussion of challenges; strengthening the linkage between results and theory; making the conclusion slightly more interpretive and less descriptive.

The article presents a relevant empirical basis and addresses a topic of significant interest in public administration and government accounting. With the suggested improvements, particularly regarding theoretical and analytical depth, the manuscript has strong potential to make a meaningful contribution to the debate on accounting harmonization in contexts of limited institutional capacity.

REVIEWER 2

Date review returned: May 13, 2026

Comments to the authors:

First, the authors should be commended for their research on a contemporary topic of significant importance to the public sector, particularly for addressing its applicability in developing countries, specifically Mozambique.
The title and abstract are consistent with a good scientific article, although the abstract could be more objective and clearer regarding the methodology and the research conducted.
In the introduction, there is a clear gap in the formulation of the research question. What is the research question? A research question could be formulated as: “How...” or “What institutional factors facilitate or hinder....” The article presents a good historical contextualization and scientific maturity, which contribute to strengthening the justification of the problem (even without its definition) and the connection and tension between accounting reforms and international pressures. It adequately highlights the gap in studies on IPSAS in African countries, the need for more in-depth studies, and a strong connection between institutional theory, public sector reforms, and accountability. However, the introduction is overly descriptive, requiring greater analytical depth and critical problematization. There is little discussion of institutional conflicts or the practical limitations of reforms. These issues could be addressed by delving deeper into Institutional Theory and coercive isomorphism. The objective appears vague and could be stated more directly and clearly, such as: “This study investigates how institutional factors....” Finally,

there is an excessive anticipation of results, revealing conclusions before the methodology and analysis. This could be replaced by contributions, making it more explicit what this case study reveals about African countries and how it contributes to institutional theory and accounting harmonization.

The literature review presents recent references, an extremely positive aspect of the study, demonstrating a certain balance between classical literature, recent studies, and research on developing countries. The theoretical framework presents a well-constructed structure, with good thematic coherence and adherence to the literature on contemporary public accounting.

The text on Mozambique is presented in a generic manner. I believe it would be important to contextualize the country in relation to its dependence on multilateral organizations, as well as the trajectory and evolution of SISTAFE. The theoretical framework was constructed with reasonable progression, which supports the development of the central argument. It presents a solid study of institutional theory with consistency. The weakness of the theoretical framework lies in the fact that much of it is descriptive in nature, whereas an analytical approach would be more desirable. It could critically explore, among other things, how IPSAS could function as a mechanism for fiscal discipline.

The methodology is presented in a very concise manner. Part of it is diluted in Section 4. There is a gap regarding the details of the interviewees. It could be explained whether the sample was intentional, based on accessibility, or other criteria. The absence of explanations such as these may compromise the reliability and reproducibility of the study.

The analysis and discussion of the results are excessive, redundant, and descriptive in nature, revealing an analytical limitation and little exploration of the interpretation of qualitative data. There is a superficial discussion of the contradictions found and a weak connection between the literature and the study's findings. Despite these main limitations, the discussion offers a relevant contribution to accounting harmonization in the African public sector and succeeds in highlighting the main challenges of IPSAS implementation in Mozambique, particularly by clearly identifying the obstacles to its implementation.

The concluding remarks are well-structured, with a coherent line of argument, alignment with the empirical results, and acknowledgment of the study's limitations. They effectively link theory, findings, and practical implications, although they include excessive repetition of the results, lack a discussion of international influences, and offer only a superficial and barely perceptible exploration of the political dimension of the reforms. Finally, the article presents a good agenda for future research.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: June 3, 2026

Comments to the authors:

After carefully reviewing the response letter and the revised version of the manuscript, my overall assessment is highly positive. Compared to the previous version, the paper has improved substantially, particularly in the areas that had been identified as its main weaknesses during the first round of review. The authors not only addressed the reviewers' comments formally but also incorporated meaningful revisions throughout the manuscript, especially in the introduction, theoretical framework, methodology, results and discussion sections.

The most significant improvement lies in the transition from a predominantly descriptive account of IPSAS adoption to a more analytically grounded interpretation informed by Institutional Theory. The revised version explicitly incorporates concepts such as coercive, normative, and mimetic isomorphism, legitimacy, and decoupling, which were previously only implicitly addressed. Furthermore, the authors now connect IPSAS adoption to international pressures, donor dependence, and the pursuit of institutional legitimacy, thereby enhancing the analytical depth of the study.

The introduction has also improved considerably. The research question is now clearly stated, the study objective is more precisely defined, and the contribution of the paper is explicitly presented to the reader. In addition, the excessive anticipation of findings observed in the previous version has been reduced, resulting in a more coherent and academically appropriate framing of the research problem.

The methodology section has become substantially more transparent. The authors now provide clearer information regarding the selection of interviewees, data collection procedures, data analysis techniques, and triangulation strategies. Although the methodological approach is not particularly sophisticated, it is appropriate for the objectives of the study and sufficiently robust to support the conclusions presented.

The results and discussion section seems to have benefited most from the revision. The authors reorganized the findings into clearer analytical categories and substantially reduced

the repetition present in the earlier version. The connection between the empirical evidence and the theoretical concepts is now more consistent, especially in the discussion of institutional capacity constraints, international pressures, and the challenges involved in implementing accounting reforms.

That said, I still identified a few aspects that could benefit from minor refinements prior to publication.

First, although the revised manuscript incorporates discussions of international legitimacy, donor dependence, and external pressures, the analysis remains relatively cautious. Critical perspectives are now present in the manuscript, but they often appear as complementary elements rather than as central interpretive lenses. The paper has clearly moved beyond a purely technical discussion of IPSAS implementation; however, it remains closer to a moderate institutional interpretation than to a more critical examination of accounting harmonization processes.

Second, some of the newly introduced theoretical concepts could be mobilized more extensively in empirical analysis. For example, notions such as decoupling and symbolic implementation are discussed in the theoretical framework but could be more explicitly connected to the empirical findings. This does not constitute a major limitation, but rather an opportunity for further strengthening the manuscript.

Finally, some of the revisions appear to have been incorporated in a somewhat localized manner, occasionally producing minor disruptions in the overall flow of the text. A final editorial revision focusing on style, coherence, and integration of the revised sections would likely improve the manuscript's readability.

REVIEWER 2

Date review returned: June 29, 2026

Comments to the authors:

Dear authors, congratulations on your article.

With the revisions and suggestions, the article has reached a higher standard for publication.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Almeida, T. G. de, & Dusi, C. S. C. O. (2026). Inteligência artificial como problema público: proposta de agenda multidimensional para a administração pública. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2026–0052. https://doi.org/10.1590/0034-761220260052

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

William dos Santos Melo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0002-1908-3534

Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva, Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brazil https://orcid.org/0000-0002-2909-3103

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: February 24, 2026

Comments to the authors:

Considero importante a alteração da apresentação do texto, na direção de uma maior explicação sobre o referencial teórico utilizado e a supressão do excessivo uso de subseções ao longo do texto.

REVIEWER 2

Date review returned: May 1, 2026

Comments to the authors:

Parecer de Avaliação: Manuscrito RAP-2026-0052
Recomendação: Major Revision (Revisão Relevante)
Avaliação Geral: O artigo aborda um tema de alta relevância e atualidade para a Administração Pública: a Inteligência Artificial sob a lente de "problema público" e "Tecnologia de Propósito Geral" (TPG). Há mérito na tentativa de construir uma Matriz Multidimensional. Contudo, o manuscrito atual apresenta uma lacuna entre a revisão bibliográfica (corpus de 53 artigos) e as conclusões apresentadas. A análise carece de rastreabilidade qualitativa, o que compromete a validade científica da matriz proposta.
1. Fragilidades na Análise e Falta de Ancoragem Bibliográfica (Seção 4)
O texto apresenta conclusões como fatos consumados, mas não demonstra como eles emergiram do corpus analisado. Para que a revisão seja "integrativa", a voz do autor deve ser a síntese da voz dos dados (artigos selecionados):
• Página 9 (Seção 4.1): A apresentação dos "cinco eixos transversais" carece de fundamentação. O autor afirma que os eixos se repetem nos estudos, mas não mapeia quais autores compõem cada eixo. Sugestão: Incluir uma tabela-resumo ou matriz de síntese cruzando os 53 documentos com os 5 eixos.
• Página 10 (Seção 4.1.1): Ao citar problemas como "baixa explicabilidade" e "assimetrias", o uso de referências em bloco ao final do parágrafo é insuficiente. A RAP exige que o debate seja dialógico: quem, especificamente, dentro do corpus, traz a evidência para cada um desses três problemas?
• Página 11 (Seção 4.1.3): A discussão sobre a "perda de controle estatal" é tratada de forma teórica (Wirtz et al., 2019), mas o autor ignora os achados práticos do corpus. Onde, na

literatura empírica analisada, essa perda de controle foi verificada? Sem essa conexão, a revisão integrativa perde seu propósito.

• Página 12 (Seção 4.2): A afirmação de "maior densidade empírica" para os seis setores escolhidos precisa ser quantificada. É imperativo apresentar a distribuição percentual ou absoluta dos 53 artigos por setor para justificar a escolha da Matriz.

2. Reestruturação do Quadro Teórico para Ganho de Profundidade

A fragmentação em cinco subseções curtas prejudica o encadeamento lógico. Sugere-se a consolidação em dois eixos que dialoguem com a teoria contemporânea de burocracia e tecnologia:

• Eixo A: IA como TPG e o Desafio da Governança Transversal: Fusão das seções 2.1 e 2.3. O foco deve ser a tensão entre a natureza pervasiva da IA e as "caixas" setoriais da administração pública. Como a governança pode ser holística se a estrutura estatal é fragmentada?

• Eixo B: Do Problema Público à Soberania Digital (Dimensões Políticas da IA): Fusão das seções 2.2 e 2.4. Aqui, o autor deve elevar o tom crítico: a IA não é apenas um desafio técnico de "vieses", mas um desafio político de soberania. A dependência tecnológica (Big Techs) deve ser conectada à incapacidade de o Estado mitigar desigualdades algorítmicas.

3. Exigência de Transparência Metodológica ("Opening the Black Box")

Para a versão final, o autor deve detalhar o processo de codificação inspirado em Gioia et al. (2013). É necessário visualizar como os "dados brutos" dos 53 artigos se transformaram nos conceitos de 1ª e 2ª ordem que sustentam a Matriz. Sem isso, a proposta parece derivada da intuição dos autores e não de uma evidência científica rigorosa.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: April 14, 2026

Comments to the authors:

Organizar a numeração das seções do trabalho.

REVIEWER 2

Date review returned: April 20, 2026

Comments to the authors:

O artigo apresenta uma contribuição original e de elevada relevância para o campo da Administração Pública ao propor uma Matriz Analítica Multidimensional que supera a visão puramente técnica da Inteligência Artificial (IA). Nesse sentido, o manuscrito trata a tecnologia como um problema público que exige novas capacidades estatais, demonstrando maior rigor metodológico do que na versão anterior na condução da revisão integrativa e clareza na exposição das dimensões analíticas. O trabalho possui mérito acadêmico para publicação, embora se beneficie de ajustes para fortalecer sua fundamentação teórica, metodológica e a aderência à realidade administrativa brasileira.

A introdução apresenta uma síntese teórica poderosa sobre a interseção entre desigualdades estruturais, federalismo e dependência tecnológica, porém carece de maior sustentação bibliográfica nestes pontos específicos. Recomenda-se a inserção de referências que fundamentem os conceitos de "dependência tecnológica" e "assimetrias institucionais" no contexto nacional. Além disso, a afirmação sobre a ênfase das políticas nacionais em inovação, em detrimento das implicações distributivas, ganharia maior autoridade científica se acompanhada de citações que analisem criticamente as estratégias governamentais recentes, como a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA).

No que tange à metodologia, sugere-se que o parágrafo de abertura da seção 3.2 seja ajustado para conferir maior precisão à aplicação da lógica indutiva. É importante explicitar que a etapa analítica se valeu do rigor processual proposto por Gioia, Corley e Hamilton (2013) para conferir transparência à transição entre as evidências do corpus e a construção teórica. A técnica deve ser apresentada como uma adaptação para estruturar a "trilha de auditoria" dos dados, organizando a progressão dos conceitos de primeira ordem (empíricos) para temas de segunda ordem e, finalmente, para as dimensões agregadas que compõem a matriz (sem citar novamente de maneira equivocada o trabalho dos autores).

Embora o artigo mapeie com precisão os riscos associados à IA, a agenda de pesquisa proposta beneficiar-se-ia da incorporação da perspectiva de Public Interest Tech. Um avanço significativo seria explorar como o setor público pode atuar não apenas como supervisor de sistemas privados, mas como protagonista no design de tecnologias orientadas ao interesse coletivo e à soberania digital. Complementarmente, a agenda deve contemplar desafios específicos da realidade brasileira, como os gargalos de interoperabilidade de dados decorrentes do federalismo complexo e os riscos de dependência tecnológica (lock-in) nas contratações públicas de algoritmos proprietários.

A matriz analítica apresentada é louvável, contudo, os 38 temas de pesquisa propostos impõem um desafio de implementação considerável diante da fragmentação das capacidades estatais. Seria produtivo que os autores refletissem sobre caminhos para a priorização desses temas e sobre como a IA reconfigura a discricionariedade burocrática na prestação de serviços, unindo a discussão tecnológica às teorias clássicas da burocracia de nível de rua. Adicionalmente, a agenda ganharia robustez ao incluir tópicos voltados à experiência subjetiva e à contestabilidade direta pelo cidadão, garantindo que o controle social e o direito à explicação recebam a devida atenção.

Por fim, considerando a extensão do manuscrito e visando favorecer a fluidez da leitura, recomenda-se a supressão da seção 2.5 ou sua integração sintetizada à Introdução. Como a contribuição central é a própria Matriz Analítica, a fundamentação metateórica sobre a tradição de se propor agendas pode ser reduzida sem prejuízo ao argumento principal.

ROUND 3

REVIEWER 2

Date review returned: May 29, 2026

Comments to the authors:

Prezados autores,

Cumprimento-os pelo excelente e minucioso trabalho de revisão realizado nesta rodada (R2). É evidente o amadurecimento teórico e metodológico do manuscrito. A incorporação do debate sobre as assimetrias federativas na implementação da EBIA, o refinamento conceitual na transposição da metodologia de Gioia et al. (2013) para dados secundários e a melhoria em pontos da agenda de pesquisa (incorporando abordagens como Public Interest Technology e burocracia de nível de rua) elevaram a qualidade do artigo.

O trabalho possui mérito ao reposicionar a Inteligência Artificial como um problema público multidimensional, superando visões puramente instrumentais ou gerenciais.

Contudo, antes da sua publicação definitiva na Revista de Administração Pública (RAP), identificam-se alguns pontos que necessitam de ajustes finos de redação, concisão e fluidez analítica. Solicito a vossa atenção para os seguintes aspectos:

1. Concisão e Eliminação de Redundâncias no Encerramento da Introdução
O fechamento da Introdução (especificamente o trecho de transição onde se demarcam os objetivos, a matriz analítica e as contribuições do estudo) apresenta uma redação redundante, com repetição excessiva de expressões de propósito (como "Ao fazê-lo..."). Após as importantes inserções bibliográficas feitas nesta rodada, a seção acabou por perder alguma fluidez.

Recomendação: Recomenda-se condensar fortemente esse bloco final (substituindo o trecho que vai de "Com base nessa perspectiva..." até o encerramento da introdução) por um texto mais direto e elegante, unificado em um ou no máximo dois parágrafos. Sugere-se uma estrutura nos seguintes moldes:

"Em suma, este artigo reposiciona a inteligência artificial na Administração Pública como um problema público multidimensional que tensiona a governança democrática, a equidade e a autonomia estatal, superando abordagens estritamente instrumentais. Por meio de uma revisão integrativa, o estudo introduz uma matriz analítica e uma agenda de pesquisa que articulam eixos transversais da ação estatal a setores estratégicos de políticas públicas. A contribuição central reside em sistematizar debates fragmentados, oferecendo um framework para investigações empíricas futuras e subsidiando formulações políticas sensíveis a assimetrias institucionais e à dependência tecnológica, com especial aderência ao contexto

brasileiro. Estruturalmente, o trabalho organiza-se em cinco seções: esta introdução, referencial teórico, procedimentos metodológicos, apresentação da matriz com a agenda proposta e considerações finais."

2. Rigor e Precisão Terminológica no Referencial Teórico

Ao longo do referencial teórico — e em especial nas discussões que tangenciam as capacidades estatais no setor tributário, financeiro e de regulação —, observa-se o uso recorrente e algo repetitivo de expressões generalistas como "o contexto brasileiro" ou "o caso brasileiro".

Recomendação: Para garantir um tom mais orgânico e institucional, adequado ao padrão de alta governança do periódico, substitua essas ocorrências por construções diretas (ex: "No Brasil, as assimetrias...", "A administração pública brasileira..." ou "No cenário institucional brasileiro...").

3. Alinhamento das Referências Internas (Rastros de Seções Suprimidas)

Com a acertada supressão da antiga seção 2.5 ("Proposição de agendas de pesquisa na administração pública"), recomendada para evitar redundâncias, algumas remissões internas e transições textuais ao longo dos capítulos 3 e 4 podem ter ficado desalinhadas.

Recomendação: Realizem uma leitura de revisão técnica para garantir que nenhuma frase remeta a debates metateóricos ou a subdivisões que foram eliminadas ou fundidas na versão R2.

4. Ponderação sobre a Abordagem Setorial

Na seção 4.2, reconhece-se que alguns setores de políticas públicas (como o Tributário-Financeiro) possuem um volume menor de documentos analisados no corpus estrito se comparados aos eixos transversais. Embora o escopo macro do artigo justifique plenamente não exaurir cada subsetor isoladamente, certifiquem-se de que o texto reforce que esses domínios operam como contextos heurísticos integrados na Matriz, blindando a escolha analítica contra eventuais cobranças por profundidade empírica setorial.

Os ajustes solicitados são estritamente de natureza formal e de polimento textual. Uma vez sanados, o artigo estará integralmente pronto para publicação.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Guedes-Neto, J. V. (2026). Experimentos de survey na administração pública brasileira: conceitos, métodos e exemplos. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0695. https://doi.org/10.1590/0034-761220250695

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

Marcel Ferreira de Oliveira, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-6739-5711

Rodolfo de Camargo Lima, Universidad San Sebastián, Santiago, Chile. https://orcid.org/0000-0003-3236-3626

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: February 11, 2026

Comments to the authors:

O manuscrito oferece um guia didático sobre experimentos de survey aplicados ao campo de públicas, organizando a discussão em torno de três desenhos (lista, vinheta e checagem de fatos), com explicações conceituais e exemplos empíricos no contexto brasileiro. A estrutura é clara, os exemplos são úteis para fins pedagógicos e a discussão teórico-metodológica é, em geral, bem fundamentada. Avalio que o texto é publicável, desde que os pontos abaixo sejam ajustados antes da versão final.

1. Para cada tipo experimento, são usados exemplos tirados de dissertações de mestrado. Esses exemplos empíricos cumprem bem seu papel em ilustrar didaticamente o desenho experimental aplicado ao setor público brasileiro. No entanto, parece uma oportunidade parcialmente perdida não apresentar de maneira mais estruturada um mapeamento das aplicações desses experimentos em trabalhos publicados revisados por pares dentro e fora do Brasil, ainda mais quando o próprio texto menciona que esses tipos de experimento já são amplamente utilizados no campo. Sugiro a inclusão de uma tabela apresentando outros trabalhos, contendo o tipo de experimento, tema, população e variável dependente. Isso ajudaria o leitor a se familiarizar melhor com os padrões de uso de cada tipo de experimento.

2. Ainda na apresentação dos exemplos, o texto dá um foco grande em explicar didaticamente a forma de interpretação dos resultados, mas senti uma certa falta de aprofundamento sobre a fase de coleta dos dados. Esses próprios exemplos poderiam ser usados para explorar questões relacionadas ao recrutamento e acesso à amostra, taxa de resposta e não resposta, piloto do instrumento, controles de atenção e manipulação, e planejamento amostral - principalmente quando há limitações institucionais para construção de amostras maiores.

3. O manuscrito menciona considerações éticas, mas em nível relativamente genérico. Sugiro incorporar orientações mais operacionais e diretamente acionáveis, por exemplo: como estruturar consentimento informado em contexto organizacional (minimizando percepção de coerção), quando e como prever debriefing (especialmente se houver informação potencialmente enganosa/sensível), e boas práticas de transparência (distinção entre análises confirmatórias e exploratórias; disponibilização de questionário/roteiros de vignettes; registro de hipóteses quando aplicável).

4. Por que foram escolhidos especificamente experimentos de lista, de vinheta e de checagem de fatos? Pelo menos, seria importante informar ao leitor de que os experimentos de survey não se resumem apenas a estes três tipos.

5. Na página 18, é dito que "No presente caso, o efeito estimado foi 0,808, o que pode ser apresentado de forma direta e intuitiva como aproximadamente 80,8% dos respondentes, em média, atribuindo ao item sensível - 'reduz liberdades políticas dos cidadãos' - a capacidade de reduzir o empenho de um servidor público padrão". Essa formulação parece muito forte do ponto de vista metodológico, pois o coeficiente estimado em um experimento de lista corresponde à diferença média no número de itens assinalados entre grupos e, sob premissas específicas do modelo (como ausência de efeitos de desenho e validade das suposições comportamentais), pode ser interpretado como uma estimativa da proporção média de endosso do item sensível na população. Não se trata, contudo, de uma proporção observada diretamente de indivíduos que “atribuíram” tal efeito. Sugere-se, portanto, qualificar a redação para explicitar que se trata de uma estimativa agregada sob determinadas condições, evitando uma interpretação que possa induzir o leitor a atribuir ao método um nível de precisão que ele não oferece.

6. Ao discutir os resultados (Tabela 2), o texto alterna entre “percepção de qualidade” e afirmações sobre “produtividade” em si, o que pode confundir o leitor sobre o que está sendo medido. Sugiro padronizar a linguagem ao longo do trecho (ex.: “produtividade percebida/esperada/autoavaliada”, conforme a pergunta do instrumento).

7. Na página 14, ao afirmar que “o teste t é restrito a dois grupos e não se estende naturalmente à inclusão de covariáveis”, a redação parece referir-se especificamente ao teste t de diferença entre médias. No entanto, como a estatística t é também utilizada em modelos de regressão para testar coeficientes individuais, sugere-se esclarecer essa distinção para evitar ambiguidade terminológica, sobretudo em um texto de caráter metodológico.

8. Na página 9, aparece “Acharya, Blackwell e Sem (2018)”, mas na bibliografia o autor está como “Sen, M.”.

9. Numeração errada. A seção 3 "3. FUNDAMENTOS DA INFERÊNCIA EXPERIMENTAL" é seguido pela seção "3. TRÊS TIPOS DE EXPERIMENTOS DE SURVEY".

Não julgo nenhum dos pontos como excessivamente graves, a maioria aparece em tom de recomendação. Sendo assim, recomendo a aprovação do artigo com revisões menores.

REVIEWER 2

Date review returned: February 13, 2026

Comments to the authors:

Parabenizo os autores pela escolha temática e metodológica ao abordarem uma lacuna pedagógica relevante para a Administração Pública brasileira. O diagnóstico inicial é preciso: embora métodos experimentais estejam amplamente difundidos na literatura internacional, sua aplicação e a formação metodológica correspondente ainda são incipientes no país, sobretudo em pesquisas com burocracias e organizações públicas.

O artigo oferece uma contribuição importante ao propor um guia metodológico prático para o campo. Um dos grandes méritos do trabalho é não se restringir à teoria, mas traduzir a abordagem em casos e aplicações atuais da administração pública nacional. A estratégia de priorizar a acessibilidade linguística e a clareza expositiva é adequada para um texto de difusão, pois reduz barreiras de entrada, introduz apropriadamente o método e pode ampliar o uso responsável do método por estudantes e pesquisadores.

As sugestões abaixo visam fortalecer as delimitações conceituais e os instrumentos pedagógicos, sem exigir aumento de sofisticação metodológica, alterações estruturais ou mudanças no escopo do artigo.

2. Revisões menores
2.1.

Como se trata de um guia, recomendo reforçar a introdução ou a seção de fundamentos com 1 ou 2 parágrafos adicionais, ou com um quadro-resumo breve, distinguindo de forma clara as principais famílias de desenhos experimentais, como experimentos de campo, laboratoriais, naturais e quase-experimentos. Essa contextualização deve situar os survey experiments como um tipo específico da família de experimentos, com vantagens, limites e condições próprias de aplicação.

2.2.

Sugiro enfatizar, ainda na introdução ou em uma seção subsequente, que o principal investimento metodológico em survey experiments ocorre na etapa de desenho. Uma vez bem definido o tratamento e assegurada a randomização, a análise tende a ser relativamente simples, frequentemente baseada na comparação de médias entre o grupo tratado e o grupo controle ou na estimação do efeito médio do tratamento com instrumentos estatísticos usuais. Esse contraste pode ser explorado pedagogicamente (e como vantagem) em relação aos desenhos observacionais, nos quais o esforço analítico recai sobre o controle econométrico de variáveis para aproximar o contrafactual. Essa distinção ajuda o leitor a compreender onde reside o rigor do experimento e é um atrativo especial para iniciantes, dado que exige menor complexidade analítica após a coleta, desde que o desenho tenha sido adequadamente estruturado e testado.

2.3.

Sugiro explicitar, com maior objetividade, os critérios mínimos do desenho experimental. Mudanças em enunciados ou versões de formulário só caracterizam um survey experiment quando acompanhadas de definição clara de tratamento e controle, randomização do tratamento e estratégia mínima de verificação e reporte. Esse esclarecimento, embora aparentemente evidente, é relevante para o público não especializado, pois reforça que o experimento exige planejamento rigoroso e não se reduz à simples edição de perguntas, mas se fundamenta em lógica contrafactual.

2.4.

O manuscrito é consistente ao tratar das dimensões de validade interna e externa ao longo do texto. Ainda assim, sugiro inserir um parágrafo curto e direto sobre o equilíbrio entre essas duas dimensões em survey experiments, especialmente no contexto brasileiro, que, como os autores indicam, frequentemente envolve pesquisas com servidores realizadas com amostras de conveniência. Esse aspecto limita a generalização dos resultados e, portanto, a validade externa. Ao mesmo tempo, a randomização do tratamento preserva a comparação

interna entre os grupos, assegurando a validade interna. Essa distinção é central para delimitar o alcance dos achados e explicitar os limites e as potencialidades do método.

2.5. Instrumentos Didáticos

Para ampliar a utilidade do texto como guia, sugiro incluir ao menos um instrumento didático no corpo do texto ou em um apêndice. Indico quatro possibilidades que podem ser adotadas isoladamente ou de forma complementar, conforme a avaliação dos autores:

2.5.1.

Um checklist com a ordem do protocolo, incluindo pergunta, hipótese, desenho do tratamento, randomização, pré-teste ou piloto, coleta, checagens, análise básica e reporte.

2.5.2.

Um box de erros ou problemas comuns, com exemplos recorrentes, como tratamentos fracos ou ambíguos, problemas de atenção ao enunciado, noncompliance, dificuldades na obtenção ou na compra de amostras em plataformas comerciais, manipulações sem transparência e ausência de checagens de balanceamento.

2.5.3.

Uma tabela de terminologia útil para familiarizar o público com termos recorrentes, como tratamento, controle, randomização, contrafactual, framing, priming, contaminação, compliance e noncompliance.

2.5.4.

Considerando que os exemplos utilizam modelos de regressão no reporte de resultados, incluir explicações sintéticas sobre o significado dos coeficientes e dos principais estimadores e procedimentos mencionados. Pode-se também sistematizar brevemente o ATE, o ATT, a ANOVA, a ANCOVA e o OLS, com finalidade didática. Embora todos esses elementos já apareçam explicitados ao longo do texto, uma apresentação mais organizada em um quadro pode facilitar a compreensão inicial, especialmente na subseção dedicada à estimação de efeitos.

Esses recursos costumam ser eficazes em textos de difusão metodológica, pois reduzem a insegurança do leitor iniciante sem elevar o nível de tecnicismo. A intenção não é ampliar a ambição do manuscrito, mas torná-lo mais orientado à instrução prática, por meio de tabelas ou boxes que auxiliem a prevenir confusões típicas de públicos com menor formação metodológica, ao mesmo tempo em que cumprem função formativa.

2.6. Sugestão de Manuais e Menção ao Final

A bibliografia é adequada a um texto de difusão. Como complemento, sugiro incluir algumas referências-ponte, preferencialmente manuais gerais e didáticos de desenho experimental, como orientação adicional ao leitor interessado em aprofundamento, sem ampliar o escopo do manuscrito.

Por fim, nas considerações finais, recomendo mencionar brevemente os conjoint experiments como uma variante relevante da modalidade de survey experiments. A proposta não é incorporar essa modalidade ao escopo do artigo, mas sinalizar ao leitor a existência dessa subfamília, que acrescenta camadas de complexidade e, embora não coberta pelo guia, pode ser explorada em leituras futuras pelos pesquisadores interessados.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: June 2, 2026

Comments to the authors:

Do que vi na resposta dos autores e nos ajustes feitos no corpo do texto, com marcação em vermelho, me parece que sim: os autores responderam de maneira satisfatória à maior parte dos comentários, com revisões no enquadramento conceitual, na delimitação do escopo e na qualificação metodológica do manuscrito. Em particular, considero positiva a decisão de situar os exemplos em uma literatura mais ampla, bem como o esclarecimento dos critérios mínimos dos experimentos de survey.

Noto também que algumas respostas não atendem de maneira completa aos questionamentos dos pareceristas iniciais, sobretudo no que se refere à incorporação de instrumentos didáticos mais estruturados, como tabela de mapeamento, checklist ou quadro de terminologia. A justificativa foi o limite de escopo, o que é aceitável, mas isso também significa que parte do potencial pedagógico sugerido na avaliação permaneceu apenas parcialmente explorado. As revisões reforçam a utilidade do artigo como guia introdutório e tornam o manuscrito mais preciso, transparente e metodologicamente defensável. Nesse estágio, eu me posiciono pela aceitação.

REVIEWER 2

Date review returned: June 1, 2026

Comments to the authors:

Agradeço aos autores pela revisão cuidadosa do manuscrito e pelo atendimento aos pontos levantados na primeira rodada de avaliação. A contextualização das famílias de desenhos experimentais, a discussão sobre o investimento metodológico no desenho, os critérios mínimos para caracterização do experimento, o trecho revisado sobre amostras de conveniência e as menções aos manuais gerais e aos conjoint experiments atendem ao solicitado e fortalecem o artigo.

Quanto à sugestão de incorporar instrumentos didáticos formais (em formato de tabela, box ou quadro), reitero que ela havia sido apresentada como facultativa e a critério dos autores. A preocupação pedagógica que a motivou foi parcialmente contemplada no próprio corpo do texto, especialmente na estrutura mais organizada, na discussão sobre tratamentos fracos ou ambíguos, na recomendação de pré-teste e de piloto, e na sistematização dos estimadores na seção de estimação de efeitos.

Parabenizo os autores pela contribuição, que preenche uma lacuna pedagógica relevante para a pesquisa experimental em administração pública no Brasil, e recomendo o artigo para publicação.

Atenciosamente,

Parecerista 2

PEER REVIEW REPORTS:
"Forum: Practical Perspectives"

PEER REVIEW REPORT FOR:

Taveira, M. F., Mariano, R. de A., Trinta, P. Q., Bento, M. B. C., & Rocha, C. (2026). Resiliência urbana em grandes eventos: a atuação do COR-Rio no G20. *Revista de Administração Pública*, *60*, e2025-0579. https://doi.org/10.1590/0034-761220250579

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITORS:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

Gustavo M. Tavares, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-7330-9699

REVIEWERS:

João Mendes Rocha Neto, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brazil https://orcid.org/0000-0002-2306-992X

One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: June 29, 2025

Comments to the authors:

Caros/as autores/as,

Agradeço pela oportunidade de ler e comentar o artigo "Resiliência Urbana em Grandes Eventos: A Atuação do COR no G20". O texto trata de um tema atual e relevante, qual seja, a governança multinível e multisetorial necessária para que cidades recebam grandes eventos internacionais. Ele apresenta dados consistentes com seu desenho de pesquisa, explorando mapas que ajudam significativamente a compreensão do caso analisado. Adicionalmente, o texto é exitoso ao apresentar as diferentes estratégias e instrumentos usados pelo COR no planejamento e gestão do G20 no Rio de Janeiro.

No entanto, o texto apresenta alguns pontos críticos que sugiro que sejam revisados. Primeiro, o artigo aponta que a experiência do Rio na organização do G20 decorre de aprendizados obtidos por meio da realização de vários eventos internacionais anteriores, incluindo avanços institucionais, como a própria criação do COR. Porém, ao menos em minha leitura, não está devidamente explicitado o que torna singular a gestão integrada da cidade durante o G20, justificando a sua escolha como estudo de caso. A organização deste evento teve especificidades ou avanços significativos, em relação aos eventos prévios? Ou representa a continuidade de uma tendência instaurada anteriormente? Afinal, por que estudar este caso, e não os demais ou a trajetória da cidade na gestão de grandes eventos internacionais?

Segundo, na seção de método, o artigo indica que é realizado um estudo de caso único. Em seguida, apresenta duas sub-seções (Geração de mapas termográficos e Análise de dados) que estão pouco explicadas. Se integram os materiais e métodos, como foram usadas e integradas na análise?

Terceiro, na introdução, o artigo aponta que terá como foco os mecanismos de coordenação interinstitucional e inovações operacionais adotadas. Contudo, o artigo explora pouco tais mecanismos: eles foram efetivos? Tiveram desafios? Foram diferentes dos existentes na gestão integrada da cidade para os eventos internacionais anteriores? Além disso, quais foram as inovações operacionais adotadas, de fato? O artigo cita algumas, como o monitoramento e a atuação integrada entre COR, CASP e CESIR. Mas, se essas inovações

são centrais, é necessário que haja clareza sobre quais são, por que são inovadoras e como foram realizadas.

Adicionalmente, o artigo também indica que visa "compreender de que forma o modelo adotado contribui para a governança de grandes eventos, na lógica da gestão urbana, e quais lições podem ser extraídas para o fortalecimento da capacidade estatal em contextos semelhantes". Entretanto, o texto traz poucas evidências sobre as contribuições específicas do modelo adotado para a gestão integrada da cidade no G20 em relação à governança de grandes eventos. Tampouco indica com clareza as lições extraídas para o fortalecimento de capacidades estatais em contextos semelhantes. Ainda mais quando se considera que o debate sobre capacidade estatal é bastante profícuo e este conceito, polissêmico, torna-se interessante identificar que dimensões de capacidade estatal podem ser fortalecidas a partir do modelo adotado.

Por fim, na introdução, afirma-se que há dificuldades históricas de coordenação entre entes federativos no Brasil. Esta afirmação é colocada em xeque por estudos sobre o Federalismo brasileiro, em especial a partir dos anos 2000, que indicam que, no Brasil, a União logrou coordenar a ação de governos subnacionais a partir de incentivos para a implementação descentralizada de políticas públicas intergovernamentais, mas elaboradas pela União. Dentre esses, destaco o livro de ARRETCHE, Marta. Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Ed. FGV (coedição), 2012.

REVIEWER 2

Date review returned: July 27, 2025

Comments to the authors:

Observar parágrafo repetido na página 5. Sugiro que seja esclarecida a forma de criação do COR (se houver algum instrumento legal), e os órgãos que integram, embora no corpo do texto alguns apareçam na análise do caso.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: August 14, 2025

Comments to the authors:

Caros/as autores/as,

Agradeço pela oportunidade de ler e comentar o artigo "Resiliência Urbana em Grandes Eventos: A Atuação do COR no G20". A nova versão do trabalho respondeu aos comentários realizados, apresentando com mais clareza as razões que tornam o G20 um evento único e mais desafiador e as contribuições específicas do modelo adotado para a gestão integrada da cidade no G20 em relação à governança de grandes eventos. Por esta razão, recomendo a publicação do artigo, mediante a resolução de algumas sugestões, apresentadas a seguir.

O principal ponto é relacionado à estrutura do artigo. Primeiro, sugiro uma reestruturação da seção sobre resultados, com títulos e subtítulos numerados, para deixar mais claro para o leitor a organização geral e os argumentos desta parte do texto. Em minha leitura, por vezes não ficou claro quais eram os resultados principais, por exemplo. Sugiro que as sub-seções, numeradas, sejam reorganizadas em torno dos principais resultados, que suponho que sejam esses: (1) planejamento operacional integrado, (2) mudança de estágio na cidade, (3) infraestrutura digital e inteligência operacional? Não ficou claro se as sub-seções "COR, CASP e CESIR" e "Monitoramento" também se referem a resultados e inovações operacionais.

Segundo, a sub-seção "Geração de mapas termográficos" ainda me pareceu deslocada nesta nova versão. Esses mapas foram produzidos pela COR ou durante o desenvolvimento desta pesquisa? Caso tenham sido produzidos pela COR, sugiro que esta descrição metodológica de tais mapas seja deslocada, possivelmente para a sub-seção denominada "monitoramento", desde que realizados os ajustes necessários no texto.

Por fim, sugiro explorar melhor, na introdução, elementos institucionais do COR: a que secretaria municipal está vinculado? Que órgãos o integram numa perspectiva cotidiana e

quais foram envolvidos apenas para o G20? Esses elementos ajudam a compreender melhor aspectos institucionais e operacionais do Centro.

REVIEWER 2

Date review returned: August 16, 2025

Comments to the authors:

Os apontamentos foram atendidos.

ROUND 3

REVIEWER 1

Date review returned: January 13, 2026

Comments to the authors:

Caros/as autores/as,

A nova versão do artigo responde de forma satisfatória aos comentários e sugestões apresentados anteriormente, especialmente quanto ao aprimoramento da descrição do caso, à organização do texto e à explicitação do papel do COR na coordenação interinstitucional e nas inovações operacionais adotadas durante o evento.

Entretanto, permanece uma lacuna analítica relevante. O artigo se propõe a analisar “o COR na gestão integrada da cidade durante o G20, com foco em coordenação interinstitucional e inovações operacionais, buscando compreender como o modelo contribui para a governança de grandes eventos e quais lições fortalecem a capacidade estatal em contextos complexos”. No entanto, a dimensão das lições aprendidas que fortalecem a capacidade estatal em contextos complexos não é explorada de forma adequada ao longo do texto. O conceito de capacidade estatal é polissêmico na literatura e não é claramente definido ou

operacionalizado pelos autores, assim como não fica explícito o que se entende por "contextos complexos". Como resultado, as lições anunciadas não são efetivamente entregues pela análise empírica apresentada.

Dessa forma, recomenda-se que os autores reconsiderem esse trecho do objetivo do artigo, avaliando sua exclusão ou reformulação, de modo a alinhar mais claramente os objetivos declarados com o escopo e os resultados efetivamente desenvolvidos no texto.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Saraiva, M. C. C. M., & Freire, F. de S. (2026). Ética algorítmica e regulação econômica: como autoridades antitruste enfrentam os riscos da IA?. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2025–0255. https://doi.org/10.1590/0034-761220250255

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Alketa Peci, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-0488-1744

ASSOCIATE EDITORS:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Fernando Filgueiras, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, DF, Brazil https://orcid.org/0000-0001-9570-8113

Maria Irene da Fonseca e Sá, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-7077-4664

Kleber Cuissi Canuto, Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Curitiba, PR, Brazil https://orcid.org/0000-0002-9571-3438

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: July 30, 2025

Comments to the authors:

I recommend rejecting the article for the following reasons:

- The article fails to clearly identify a research problem, which would be related to the advancement of ethical regulation of AI and its use by regulatory agencies, particularly regarding competition.
- The article fails to connect the data with the findings and makes complicated inferences when it is actually working with qualitative data.
- The conclusions, therefore, repeat statements regularly presented in the literature without adding anything new to the discussion on the integration of AI into regulatory processes. The article ends up being essentially normative and descriptive, without adding anything new to the body of knowledge.

REVIEWER 2

Date review returned: September 4, 2025

Comments to the authors:

O texto necessita de forte revisão, no sentido de revisitar o texto de Floridi e Cowls (2019) e explicar quais e como os princípios da Bioética de proteção de Schramm podem ser utilizados na Ética de aplicações IA

REVIEWER 3

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 3

Reviewer 3 did not authorize the disclosure of their review report.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Ribeiro, L. M. da S. (2026). Variações no perfil dos ingressantes na carreira diplomática brasileira. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2026–0001. https://doi.org/10.1590/0034-761220260001

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Caique Sanches Bodine, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0001-5621-8381

One reviewer did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Date review returned: February 9, 2026

Comments to the authors:

Inicio este parecer parabenizando a autora (esclareço que utilizarei a forma feminina como escrita neutra) pela escolha do objeto de estudo. Trata-se de um tema relevante,

especialmente no que diz respeito ao aprofundamento da análise sobre quais corpos e sujeitos efetivamente operam a política externa brasileira.

Entendo, contudo, que o texto ainda carece de algumas análises mais aprofundadas para que se torne um trabalho plenamente apto à publicação. Apresento, a seguir, alguns pontos que me chamaram a atenção.

1) Como observação de caráter mais pontual, a autora utiliza a denominação "tabela" para se referir a elementos que, na realidade, correspondem a gráficos. Essa escolha pode causar estranhamento ao leitor. Recomenda-se, portanto, a revisão dessa nomenclatura, salvo se tal uso estiver alinhado a uma diretriz editorial específica da revista.

2) Em alguns trechos, considero que seria mais produtivo trabalhar com os dados de forma mais desagregada. Na chamada "Tabela" 5, por exemplo, seria pertinente incluir os demais cursos, ao menos os cinco com maior número de ingressantes. Além disso, observa-se a ausência de um recorte temporal mais forte nas análises. O período entre 2011 e 2024 corresponde a um momento particularmente conturbado da história recente do Brasil, marcado por governos com distintos alinhamentos ideológicos e por intervenções relevantes na burocracia estatal, incluindo mudanças no concurso do CACD. Nesse sentido, seria possível identificar alterações na tendência do perfil dos ingressantes ao longo dos diferentes anos ou governos? O crescimento de ingressantes que não fazem parte dos quadros hegemônicos que sempre preencheram o Itamaraty ocorreu de forma contínua ao longo de todo o período ou há momentos em que esse ingresso se torna mais significativo? Há variações regionais ao longo do tempo, como já ocorreu anteriormente? Caso existam mudanças temporais em ambos os casos, como essas mudanças poderiam ser interpretadas ou justificadas? O que elas significariam?

3) Para que o texto se torne apto à publicação, avalio que seria necessário um maior aprofundamento na análise dos dados apresentados. A descrição detalhada dos dados e das tendências observadas já constitui, por si só, um achado de pesquisa relevante. Contudo, tais resultados ainda demandam um tratamento analítico mais denso para alcançar a robustez esperada em um texto acadêmico. As tendências identificadas dialogam de maneira significativa com o método adotado por Lima e Oliveira. Nesse sentido, cabe questionar: o que esta pesquisa propõe de novo em relação às leituras desses autores? Trata-se da

constatação da hipótese indicada por esses autores, isso é, a continuidade do aumento da diversidade de perfis na carreira diplomática? Em caso afirmativo, por que essa constatação seria relevante? O que ela indica para a condução da política externa e para a administração pública brasileira? De que modo essa mudança poderia impactar políticas públicas? Recomendo, a título de contribuição ao aprofundamento do debate, a leitura dos textos abaixo. Não considero imprescindível nem necessário a inclusão de citação direta ou indireta a esses trabalhos, mas entendo que eles exemplificam algumas possibilidades analíticas, dentre tantas outras, igualmente válidas que podem auxiliar na resposta às questões levantadas.

Siss, A., & Almeida, V. D. S. (2019). O poder da branquitude e racismo institucional: Percepções sobre o acesso à diplomacia brasileira. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, 83–102. https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v24i50.1172

Putnam, R. D. (2010). Diplomacia e política doméstica: A lógica dos jogos de dois níveis. Revista de Sociologia e Política, 18(36), 147–174. https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200010

Collins, P. H., & Bilge, S. (2020). O que é interseccionalidade? (R. Souza, Trad.). Em P. H. Collins & S. Bilge, Interseccionalidade (1º ed., p. 16–51). Boitempo.

Lacerda, L. G., Santoro, P. F., Alho, I. B., Brito, G. A. de S., & Harkot, M. K. (2022). Despossessão, violências e a potência transformadora: Um olhar interseccional sobre as remoções. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 24(1). https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202231pt

Por fim, reitero os parabéns à autora pelo trabalho desenvolvido e espero que as observações aqui apresentadas sejam recebidas como contribuições construtivas ao aprimoramento do artigo.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 1

Date review returned: March 3, 2026

Comments to the authors:

Segue uma versão revisada, com ajustes de clareza, fluidez e formalidade:

Parabenizo a autora pelas alterações realizadas. Considero que o trabalho adquiriu maior consistência analítica e desenvolvimento argumentativo, o que representa um desafio significativo diante do espaço limitado característico desta modalidade de publicação. Nesse sentido, entendo que o texto se encontra apto para apresentação no fórum em questão.

Caso se trate de uma pesquisa ainda em andamento, sugiro a continuidade e o aprofundamento da análise dos dados apresentados. O aumento do número de empossados autodeclarados pretos e pardos constitui um achado relevante. A investigação pode ganhar maior densidade analítica ao examinar, por exemplo, se essa mudança produziu impactos concretos na condução da política externa brasileira ou na administração pública de maneira mais ampla.

REVIEWER 2

Date review returned: February 24, 2026

Comments to the authors:

Infelizmente, o autor não procedeu às reformas solicitadas no texto. Ignorou as referências bibliográficas indicadas, substituindo-as por outros textos genéricos de alguns dos autores recomendados. Essa manobra, no entanto, não resolve o principal problema apontado na primeira rodada de pareceres: trata-se de um escrito carente de densidade sociológica e histórica. A apropriação tópica e perfunctória de alguns trechos de autores do campo não supre essa lacuna.

Por isso, insisto na importância de que o autor leia efetivamente as referências e, após tê-lo feito, as incorpore à reflexão. Só assim, com uma mudança de enquadramento, o manuscrito poderá subir de nível e eventualmente oferecer contribuição relevante ao estado da arte. Da forma como se encontra, ainda é pouco mais do que um compilado de dados: promissor, mas incompleto.

PEER REVIEW REPORT FOR:

Guerra, J., Monteiro, J., Santos, Y. dos, & Couto, M. E. (2026). Política municipal de prevenção à criminalidade: governança e implementação do Programa CEP no Rio de Janeiro. *Revista De Administração Pública*, *60*, e2026–0260. https://doi.org/10.1590/0034-761220260260

DISCLAIMER:

The content of the peer review report is the full copy of the reviewers' comments. Typing and punctuation errors are not edited.

PEER REVIEW METHOD:

This content was evaluated using the double-blind peer review process.

EDITOR-IN-CHIEF:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brazil https://orcid.org/0000-0002-6648-8649

ASSOCIATE EDITOR:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brazil https://orcid.org/0000-0003-2801-1628

REVIEWERS:

Two reviewers did not authorize the disclosure of their identity.

ROUND 1

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Reviewer 2 did not authorize the disclosure of their review report.

ROUND 2

REVIEWER 1

Reviewer 1 did not authorize the disclosure of their review report.

REVIEWER 2

Date review returned: March 12, 2026

Comments to the authors:

The authors now more clearly recognize that the empirics in this article is based on previous research, which was my main contention. I recommend it to be published at RAP.